

PREFÁCIO

Thais Mesquita

Guilherme José Roeder Friaça

MARIA JOSÉ DE CASTRO REBELLO MENDES (1890-1936)

Ana Beatriz Nogueira

Tarcisio de Lima Ferreira Fernandes Costa

BEATA VETTORI (1909-1994)

Paula Rassi Brasil

João Alfredo dos Anjos

ODETTE DE CARVALHO E SOUZA (1904-1970)

Carolina von der Weid

Eduardo Uziel

DORA ALENCAR DE VASCONCELLOS (1910-1973)

Maria Nazareth Farani Azevêdo

Gustavo Fortuna de Azevedo Freire da Costa

VERA PEDROSA (1936-2021)

Daniele Luz

Carlos Duarte

MÔNICA DE MENEZES CAMPOS (1957-1985)

Rafaela Seixas Fontes

Pedro Mahin Araujo Trindade

MARCELA MARIA NICODEMOS (1953-2022)

Maria Clara de Paula Tusco

Benoni Belli

Esta coleção de artigos constitui oportuno resgate da contribuição de diversas mulheres à diplomacia brasileira. Começa com a pioneira Maria José de Castro Rebello Mendes que, em 1918, rompeu a barreira não escrita à entrada de mulheres no serviço público, sendo seguida por dezoito colegas que ingressaram no Itamaraty até 1938.

A legislação que, naquele ano, vedou a inscrição de candidatas no concurso só seria abolida em 1953. Tem-se, assim, nos anos 1940, a situação peculiar de Beata Vettori chefiando a secretaria do recém-criado Instituto Rio Branco, academia diplomática onde as mulheres não podiam estudar.

O grupo de autoras e autores aqui reunidos, sob a hábil organização de Thais Mesquita e Guilherme Friaça, celebra as conquistas de diplomatas brasileiras que se destacaram em um Itamaraty masculino e socialmente homogêneo, como Dora Vasconcellos, propulsora da diplomacia cultural brasileira; Vera Pedrosa, influente na formulação de nossa política ambiental; e Marcela Nicodemos, especialista no tema dos direitos das mulheres e combativa negociadora em foros multilaterais.

Ao mesmo tempo, é inevitável pensar nos talentos que o Itamaraty deixou de atrair com sua política de portas fechadas – que, de resto, nada tinha de incomum entre os serviços diplomáticos durante boa parte do século XX.

Com a publicação desta obra, a FUNAG dá cumprimento a alguns de seus principais objetivos, ao contribuir para o maior conhecimento público sobre a memória diplomática e, em última análise, para a promoção dos interesses nacionais, que passam pela incontornável temática da participação feminina nas diversas esferas da sociedade brasileira.

Márcia Loureiro

Embaixadora, Presidente da Fundação Alexandre de Gusmão



FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO



Thais Mesquita
Guilherme José Roeder Friaça
(Orgs.)

DIPLOMATAS

Sete trajetórias inspiradoras de mulheres diplomatas



THAIS MESQUITA

Bacharel em Administração de Empresas pela EAESP/FGV, especialista em Relações Internacionais pela NYU e mestre em Diplomacia pelo Instituto Rio Branco. Diplomata de carreira desde 2002, especializou-se na área econômico-comercial multilateral. Serviu na Missão do Brasil junto à OMC em duas ocasiões e nas Embaixadas do Brasil em Buenos Aires e em Assunção. Foi Assessora do Diretor-Geral da OMC. É Coordenadora-Geral de Gestão e Governança e professora do Instituto Rio Branco.

GUILHERME JOSÉ ROEDER FRIAÇA

Diplomata desde 1994. No Brasil, especializou-se na área de gestão administrativa, havendo sido chefe de várias divisões e Coordenador-Geral de Orçamento e Finanças. No exterior, serviu nas embaixadas em La Paz e em Madri, na Delegação junto à Organização das Nações Unidas em Genebra e nos consulados-gerais em Buenos Aires e em Madri. Atualmente é Diretor do Departamento de Administração. É autor do livro *Mulheres diplomatas no Itamaraty (1918-2011): uma análise de trajetórias, vitórias e desafios*.



**Thais Mesquita
Guilherme José Roeder Friaça
(Orgs.)**

DIPLOMATAS

Sete trajetórias inspiradoras de mulheres diplomatas



FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO



DIPLOMATAS

SETE TRAJETÓRIAS INSPIRADORAS DE
MULHERES DIPLOMATAS

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Ministro de Estado Embaixador Mauro Luiz Iecker Vieira

Secretária-Geral Embaixadora Maria Laura da Rocha

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

Presidente Embaixadora Márcia Loureiro

Diretor do Centro de História
e Documentação Diplomática Embaixador Gelson Fonseca Junior

Diretor do Instituto de Pesquisa
de Relações Internacionais Ministro Almir Lima Nascimento

Conselho Editorial

Ana Flávia Barros-Platiau	Maitê de Souza Schmitz
Daniella Poppius Vargas	Maria Regina Soares de Lima
João Alfredo dos Anjos Junior	Maurício Santoro Rocha
Luís Cláudio Villafañe Gomes Santos	Rogério de Souza Farias

A Fundação Alexandre de Gusmão – FUNAG, instituída em 1971, é uma fundação pública vinculada ao Ministério das Relações Exteriores e tem a finalidade de levar à sociedade informações sobre a realidade internacional e sobre aspectos da pauta diplomática brasileira. Sua missão é promover a sensibilização da opinião pública para os temas de relações internacionais e para a política externa brasileira.

A FUNAG, com sede em Brasília, conta em sua estrutura com o Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais – IPRI e com o Centro de História e Documentação Diplomática – CHDD, este último no Rio de Janeiro.

Thais Mesquita
Guilherme José Roeder Friaça
(Organizadores)

DIPLOMATAS
SETE TRAJETÓRIAS INSPIRADORAS DE
MULHERES DIPLOMATAS



Brasília – 2023

Direitos de publicação reservados à
Fundação Alexandre de Gusmão
Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H, anexo II, Térreo
70170-900 Brasília-DF
Tel.: (61)2030-9117/9128
Site: gov.br/funag
E-mail: funag@funag.gov.br

Coordenação-Geral:

Henrique da Silveira Sardinha Pinto Filho

Equipe Técnica:

Acauã Lucas Leotta
Alessandra Marin da Silva
Ana Clara Ribeiro Teixeira
Gabriela Del Rio de Rezende
Nycole Cardia Pereira
Luiz Antônio Gusmão

Revisão:

Fernanda Antunes Siqueira

Programação Visual e Diagramação:

Denivon Cordeiro de Carvalho

Capa:

Ilustração vetorial - Maria Luiza Rodrigues dos Anjos

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Diplomatas: sete trajetórias inspiradoras de mulheres diplomatas / Thais Mesquita,
Guilherme José Roeder Friaça (Organizadores). -- Brasília : FUNAG, 2023.

248 p. -- (História diplomática)

ISBN: 978-85-7631-970-2

1. Biografia - Mulheres. 2. Diplomacia. 3. Gênero. 4. Itamaraty. I. Mendes,
Maria José de Castro Rebello, 1890-1936. II. Souza, Odette de Carvalho e, 1904-1970.
III. Campos, Mônica de Menezes, 1957-2021. IV. Vettori, Beata, 1909-1994. V. Vasconcellos,
Dora Alencar de, 1910-1973. VI. Pedrosa, Vera, 1936-2021. VII. Nicodemos, Marcela Maria,
1953-2022. VIII. Mesquita, Thais. IX. Friaça, Guilherme José Roeder.

X. Título. XI. Série.

CDD-920.72

Depósito legal na Fundação Biblioteca Nacional conforme Lei nº 10.994, de 14/12/2004.

Elaborado por Sueli Costa - Bibliotecária - CRB-8/5213

(SC Assessoria Editorial, SP, Brasil)

APRESENTAÇÃO

Esta coletânea de relatos biográficos de mulheres da diplomacia brasileira foi idealizada para comemorar o primeiro aniversário do Dia Internacional das Mulheres na Diplomacia, estabelecido pela Resolução A/RES/76/269 da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 2022. É um convite à academia, à sociedade civil e ao governo, incluindo o próprio Itamaraty, para o (re)conhecimento da importante contribuição das mulheres para a construção do patrimônio diplomático brasileiro. Serve também como instrumento de sensibilização para a necessidade de promover a participação plena e igualitária das mulheres em todos os espaços da diplomacia.

Escritos por duplas de diplomatas (um homem e uma mulher), os sete artigos deste livro refutam, desde logo, a ideia de que uma genealogia das mulheres na diplomacia brasileira é tema de interesse exclusivo do público feminino. Reforçam, em contrapartida, que o resgate das trajetórias dessas profissionais possui o efeito não apenas de inspirar uma maior identificação das novas gerações de mulheres com a profissão, como também de demonstrar a todos, homens e mulheres, como a diversidade de gênero, de raça e de origem social e regional influenciam a elaboração e a execução de uma política externa mais plural e calcada na realidade brasileira.

O livro registra as biografias de diplomatas pioneiras mais conhecidas, como Maria José de Castro Rebello Mendes, a primeira diplomata mulher brasileira; Odette de Carvalho e Souza, a primeira diplomata de carreira a ser promovida a Embaixadora no Brasil; e Mônica de Menezes Campos, a primeira mulher negra a entrar no corpo diplomático brasileiro. Mas, também traz à luz trajetórias fascinantes de outras mulheres não tão estudadas, como Beata Vettori

e Dora Alencar de Vasconcellos, ambas integrantes do “Grupo das 20” primeiras mulheres que ingressaram no Itamaraty entre 1918 e 1938. Das gerações seguintes, o livro registra a carreira inspiradora de Vera Pedrosa, primeira mulher a chefiar a Assessoria Diplomática da Presidência da República, primeira Subsecretária-Geral de Assuntos Políticos e primeira Embaixadora do Brasil em Paris, e também de Marcela Maria Nicodemos, exemplo de liderança segura, capacidade negociadora e competência na projeção internacional do Brasil em foros multilaterais.

Longe de descreverem de forma meramente laudatória a biografia dessas sete mulheres e seus inegáveis méritos profissionais, os artigos da presente coletânea reiteram o caráter multidimensional das personagens apresentadas, situando seu pioneirismo e brilhantismo no contexto histórico e sociocultural em que viveram, sem deixar de pontuar os obstáculos legais, institucionais e sociais que tiveram que superar.

A leitura nos faz perceber, porém, que os 105 anos desde o ingresso da primeira mulher e os 44 anos do ingresso da primeira mulher negra não foram suficientes para tornar o Itamaraty mais diverso e heterogêneo. Apenas em 2023 uma mulher chegou ao cargo de Secretária-Geral das Relações Exteriores. Nos dias atuais, o percentual de mulheres na carreira diplomática brasileira é de apenas 23% e o número de embaixadoras não chega a 45 (de um total de 219).

O Itamaraty está empenhado em adotar políticas concretas de promoção de diversidade e inclusão não só para incentivar mais mulheres a tornarem-se diplomatas, mas também para dar o devido reconhecimento àquelas que estão na ativa, permitindo que elas alcancem os níveis mais altos da carreira e exerçam de maneira plena suas capacidades e habilidades a serviço do Brasil.

Que o resgate da memória proposto por este livro seja apenas o começo de um esforço conjunto para atrair mais mulheres para a carreira diplomática e para fazer, indubitavelmente, a diplomacia brasileira um espaço também feminino.

Maria Laura da Rocha

Secretária-Geral do Ministério das Relações Exteriores

Mauro Vieira

Ministro de Estado das Relações Exteriores

SUMÁRIO

PREFÁCIO	11
<i>Thais Mesquita</i>	
<i>Guilherme José Roeder Friaça</i>	
I. MARIA JOSÉ DE CASTRO REBELLO MENDES (1890-1936)....	19
<i>Ana Beatriz Nogueira</i>	
<i>Tarcisio de Lima Ferreira Fernandes Costa</i>	
II. BEATA VETTORI (1909-1994).....	51
<i>Paula Rassi Brasil</i>	
<i>João Alfredo dos Anjos</i>	
III. ODETTE DE CARVALHO E SOUZA (1904-1970).....	89
<i>Carolina von der Weid</i>	
<i>Eduardo Uziel</i>	
IV. DORA ALENCAR DE VASCONCELLOS (1910-1973)	125
<i>Maria Nazareth Farani Azevêdo</i>	
<i>Gustavo Fortuna de Azevedo Freire da Costa</i>	
V. VERA PEDROSA (1936-2021)	157
<i>Daniele Luz</i>	
<i>Carlos Duarte</i>	
VI. MÔNICA DE MENEZES CAMPOS (1957-1985)	183
<i>Rafaela Seixas Fontes</i>	
<i>Pedro Mahin Araujo Trindade</i>	
VII. MARCELA MARIA NICODEMOS (1953-2022)	205
<i>Maria Clara de Paula Tusco</i>	
<i>Benoni Belli</i>	

PREFÁCIO

Nanos gigantum humeris insidentes.
(atribuído a Bernardo de Chartres)

Se eu vi mais longe, foi por estar sobre ombros de gigantes.
(Isaac Newton)

No primeiro aniversário do Dia Internacional das Mulheres na Diplomacia (24 de junho), este livro celebra a história de sete diplomatas brasileiras cujas trajetórias, feitos e conquistas devem ser amplamente divulgados, para o conhecimento da sociedade em geral e de seus pares em particular. Sem a atuação dessas mulheres, os horizontes que atualmente podemos enxergar não estariam ao alcance da visão.

Para dar a merecida visibilidade ao legado deixado por essas profissionais, apesar dos limites a elas impostos, cada capítulo se dedica ao relato biográfico de uma diplomata, escrito por seus colegas de profissão. Mulheres e homens cujas visões amplas e sensíveis foram construídas a partir de experiências de precursoras como elas, que se atreveram a vivenciar o mundo de ângulos que ao sexo feminino estava permitido apenas observar.

Suas biografias testemunham uma diversidade de origens, perfis, estilos de vida, pontos de partida – pessoais e profissionais – e posições alcançadas. Cada uma trilhou um caminho próprio e próspero, seja pelo mérito de romper padrões e ideias engessadas, com a coragem de desbravar terrenos hostis, seja pela precisão e firmeza com que se impuseram na sua área de atuação. Algumas, ainda, expandiram seus feitos e sua influência para além da carreira

diplomática, ao se dedicarem paralelamente a uma expressiva e reconhecida produção acadêmica e cultural.

O traço comum entre as escolhidas é o ineditismo das suas conquistas. Maria José de Castro Rebello Mendes (1891-1936), Beata Vettori (1909-1994), Odette de Carvalho e Souza (1904-1969), Dora Alencar de Vasconcellos (1910-1973), Vera Pedrosa (1923-2021), Mônica de Menezes Campos (1957-1985) e Marcela Maria Nicodemos (1953-2022) romperam o padrão da mulher como coadjuvante na história diplomática brasileira. Todas precisaram transpor preconceitos, obstáculos legais e culturais, desconfiças e estereótipos sociais para conquistar seu espaço.

Ao contar as histórias dessas mulheres escolhidas para compor a obra, entremeiam-se eventos históricos nacionais e internacionais. Entre eles, momentos do Ministério das Relações Exteriores (MRE) e de como ele e a própria sociedade brasileira, da qual foi e é reflexo, responderam à evolução da presença das mulheres no mundo do trabalho e na diplomacia. Assim, permeiam os textos legislações que pautaram os avanços e retrocessos do acesso da mulher à carreira, disposições em matéria de casamento, serviço e remuneração no exterior, bem como reformas institucionais e socioculturais, a exemplo da criação do Instituto Rio Branco e dos movimentos das mulheres por seus direitos. Alguns avanços já estão devidamente consolidados, mas tantos outros permanecem necessários!

Como não podia deixar de ser, o livro inicia com a história da soteropolitana Maria José de Castro Rebello Mendes (de autoria de Ana Beatriz Nogueira e Tarcisio Costa), quem de fato abriu as portas do Itamaraty e do serviço público em geral para a mulher brasileira, em 1918. Diante da novidade, o prédio do MRE no Rio de Janeiro logo ganhou seu primeiro banheiro feminino. Mas nem tudo acompanhou com agilidade a mudança. Por muitas décadas os títulos da carreira continuaram sendo declinados apenas no

masculino, evidenciando a resistência das estruturas em incorporar, até mesmo na linguagem, o lugar da mulher.

Outro avanço que tardou em acontecer diz respeito à representação racial, como um todo, e em seu recorte de gênero, em particular. Depois de ter uma primeira mulher nos quadros da diplomacia, foi preciso aguardar seis décadas para que o país tivesse a primeira diplomata negra, a carioca Mônica de Menezes Campos (capítulo escrito por Rafaela Seixas Fontes e Pedro Mahin Araujo Trindade), que ingressou no Instituto Rio Branco em 1979. Apesar de Maria José e Mônica terem tido carreiras bastante breves, interrompidas por motivos de saúde, foram determinantes marcos da diversidade no universo diplomático.

A história das mulheres no Itamaraty foi também marcada por inúmeros retrocessos. Na década de 1930, ou seja, pouco tempo após a entrada de Maria José no Ministério, reformas internas restringiram a atuação da mulher. Em 1931, a Reforma Mello Franco alterou a estrutura vigente de três carreiras distintas do serviço exterior para apenas duas: a diplomática e a consular. As diplomatas em exercício foram automaticamente transferidas para o corpo consular. Como as atividades do corpo diplomático eram consideradas mais importantes e de maior prestígio, optou-se por mantê-las como privilégio para os homens.

Pouco tempo depois, em 1938, as carreiras consular e diplomática foram fundidas em uma só pela Reforma Oswaldo Aranha. Em princípio as alterações poderiam ter representado uma bela evolução, ao permitir que as mulheres atuassem também nas embaixadas. Mas a nova reforma marcou, na verdade, um grande retrocesso, já que passou a impedir legalmente a entrada de mulheres na profissão. Essa proibição somente foi revertida 15 anos depois, em 1953.

Mas antes que as portas se fechassem para as novas colegas, ingressaram na carreira, além de Maria José, outras 18 mulheres,

entre as quais Beata, Odette e Dora. Como todas as três contaram mais de 30 anos de carreira, tendo ocupado com muito mérito o espaço laboriosamente conquistado, ainda puderam ver mais mulheres ingressando no Itamaraty.

Beata Vettori (capítulo de autoria de Paula Rassi Brasil e João Alfredo dos Anjos Junior) e Dora Alencar de Vasconcellos (que tem sua história contada aqui por Maria Nazareth Farani Azevêdo e Gustavo Fortuna de Azevedo Freire da Costa), para além de sua atuação diplomática, marcaram presença na vida artística e cultural da época. Odette de Carvalho e Souza (capítulo escrito por Carolina Von der Weid e Eduardo Uziel), por sua vez, ampliou o espaço ocupado pela mulher na carreira, chegando ao posto mais alto da hierarquia¹. Não apenas foi a primeira Embaixadora do Brasil, mas também um personagem único e complexo na cena diplomática brasileira, de poder sem igual, com forte influência na vida política nacional.

Por fim, Vera Pedrosa (que tem sua história escrita por Daniele Luz e Carlos Duarte) e Marcela Maria Nicodemos (capítulo assinado por Maria Clara de Paula Tusco e Benoni Belli), que ingressaram nos anos 1960 e 1970, respectivamente, já vivenciaram um período de emancipação feminina e de relativa abertura do mercado de trabalho para a entrada da mulher. O caminho da igualdade de oportunidades e tratamento, entretanto, ainda estava longe de ser satisfatório – e prometia ser longo.

Apesar de diversos entre si, uma vez que foram escritos por colegas com diferentes formações e vivências, cada relato salienta o legado deixado pela diplomata e como ser mulher definiu sua carreira,

1 A carreira diplomática está estruturada em seis níveis hierárquicos (do mais baixo para o mais alto): Terceira(o)-Secretária(o), Segunda(o)-Secretária(o), Primeira(o)-Secretária(o), Conselheira(o), Ministra(o) de Segunda Classe [“Ministra(o)”] e Ministra(o) de Primeira Classe [“Embaixadora/Embaixador”].

sua vida pessoal e seu lugar na memória institucional². Com isso, esta obra busca também contribuir, com o imprescindível apoio da Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), para romper com o lugar opaco relegado às mulheres na construção da nossa História e favorecer uma maior identificação das novas gerações de brasileiras com a carreira diplomática.

Em comum, as histórias de vida dessas sete pioneiras demonstram a competência das profissionais mulheres e a valiosa contribuição que prestaram à diplomacia, ao Itamaraty e ao Brasil. Evidenciam, é certo, as diversas camadas de obstáculos legais e institucionais impostos às mulheres que foram lentamente removidos. Mas expõem igualmente uma resistente névoa machista e patriarcal, marca registrada da nossa sociedade. Embora combatida por regras, leis e empenho, o arraigado comportamento de vários séculos ainda ofusca as possibilidades de atuação plena da mulher nesta área e no mercado de trabalho como um todo. Ainda é escassa, por exemplo, a presença feminina nos níveis hierárquicos mais altos ou de maior visibilidade política, nos mais variados espaços de poder.

Além de uma questão de justiça, a equidade de gênero na carreira diplomática também traz consigo promessa de impacto no

2 Não se deve ignorar os desafios para escrever uma obra com perfis dessas profissionais. A primeira dificuldade é ir além do exemplar e do anedótico, compreendendo o viés da análise e os aspectos que levaram à decisão de escrever sobre as diplomatas. A segunda dificuldade é de cunho metodológico. Para além da questão estrutural de insuficiente preservação da memória histórica no país, as fontes imediatas disponíveis são capazes de contar história limitada, e podem ser divididas em três categorias. A primeira compreende os escassos escritos “autorais”, isto é, livros e artigos assinados pela diplomata (quando existem), que dizem respeito à sua visão de mundo. A segunda abrange os expedientes produzidos no contexto do MRE, tanto no Brasil (Secretaria de Estado) quanto nos postos no exterior. Embora sejam capazes de transmitir parte de seus pensamentos, é muito difícil precisar o quanto de cada texto burocrático deriva da pessoa e o quanto é uma obra coletiva, dentro de padrões definidos pela instituição. A terceira categoria diz respeito ao apelo recorrente a referências em textos ou testemunhos de terceiros [fontes fragmentárias, como artigos de jornal, livros de memórias, expedientes burocráticos sobre as profissionais (“maço pessoal”), entrevistas com colegas, amigos e familiares (quando seguem vivos) e até cartas]. O que não é possível localizar, na grande maioria dos casos, são fontes produzidas pelas próprias diplomatas sobre suas vidas, seus sentimentos, sua valoração do cotidiano – o que limita a percepção dos aspectos mais pessoais de cada uma.

desempenho institucional. São inúmeros os estudos que demonstram a melhora nos resultados econômicos e institucionais das organizações que investiram na equidade de gênero e na diversidade de suas lideranças. Trata-se de dados muito distantes do entendimento expresso por Oswaldo Aranha em carta a Bertha Lutz, em 1938, na qual afirmava que as nomeações femininas para o serviço exterior do Brasil prejudicavam uma maior eficiência de sua representação e criavam embaraços para o próprio governo brasileiro e para os governos de outras nações. Diametralmente oposto ao que afirmou Aranha, o que causa embaraço hoje é a escassa presença de mulheres nas mesas decisórias.

Após 200 anos de tradição nas relações internacionais e quase 80 anos de Instituto Rio Branco, as brasileiras seguem sub-representadas na carreira, não chegando a 25% do quadro total de diplomatas do Itamaraty. Em abril de 2023, a carreira diplomática brasileira estava composta por 360 mulheres e 1.205 homens. Também tem sido baixa a média percentual de inscrições de candidatas ao exame de admissão à carreira, ainda que a presença de 40% de mulheres entre os ingressados no ano de 2022³, das quais 53% mulheres negras⁴, poderia estar sinalizando uma nova e desejável evolução.

É sabido que a diplomacia interfere muito mais na vida pessoal do que a esmagadora maioria das carreiras, ao definir moradias temporárias e exigir da família flexibilidade para acompanhar essa trajetória de mudanças constantes de endereço. É inegável ainda que paira sobre a cabeça das mulheres a exigência da infalibilidade. Para que uma mulher assuma um posto ou suba na hierarquia, costuma-se demandar dela uma performance superior à média masculina. Mas espera-se que a força do exemplo dessas e de outras mulheres diplomatas inspire mais brasileiras a entrarem para a profissão e

3 Quinze mulheres em um total de 37.

4 Oito mulheres negras em um total de 15 mulheres.

rompa com um desestímulo velado que muitas vezes se impõe a aspirantes femininas nesta área.

Evidentemente esta obra não pretende nem pode esgotar a história das mulheres na diplomacia ou a biografia das escolhidas. Ademais, são muitas mais as mulheres que merecem estar nas próximas páginas. Por isso, ao mesmo tempo que celebra o primeiro aniversário do Dia Internacional das Mulheres na Diplomacia, este livro pretende inaugurar uma série de obras sobre a vida e o legado das mulheres diplomatas. Uma contribuição de colegas e da FUNAG para que não restem questionamentos sobre o mérito dessas profissionais e o interesse nacional de que exerçam suas já demonstradas competências nas mais diversas áreas. E para que não falem modelos para outras mulheres se espelharem.

Boa leitura!

Thais Mesquita
Guilherme José Roeder Friaça

I. MARIA JOSÉ DE CASTRO REBELLO MENDES (1890-1936)

*Ana Beatriz Nogueira
Tarcisio de Lima Ferreira Fernandes Costa*

*Therefore, this same world
Uncomprehend by you must remain
Uninfluenced by you. Women as you are,
Mere women, personal and passionate,
You give us dotting mothers, and chaste wives.
Sublime Madonnas, and enduring saints!
We get no Christ from you, —and verily
We shall not get a poet, in my mind.*

(Elizabeth Barret-Browning, *Aurora Leigh*)¹

Em 1856, a britânica Elizabeth Barret-Browning publicou *Aurora Leigh*, novela em verso cuja protagonista é uma mulher que aspira a ser poeta. O trecho reproduzido na epígrafe deste artigo é uma fala de seu primo e pretendente, Romney Leigh, sobre o que se compreendia como o papel reservado às mulheres: mães dedicadas, esposas castas, madonas sublimes e santas abnegadas – porém, jamais uma profeta, ou mesmo uma poeta.

1 “Portanto, este mesmo mundo / que vocês não conseguem compreender, vocês também não devem / influenciar. Na qualidade de mulheres / meras mulheres, passionais e pouco objetivas / vocês nos dão mães dedicadas, e esposas castas / madonas sublimes, e santas abnegadas! / Mas não emergirá um Cristo de entre vocês – e, verdadeiramente / tampouco emergirá uma poeta, em minha opinião” (tradução livre).

Em sua obra mais influente, Simone de Beauvoir esclarece, depois de longo capítulo dedicado a examinar as diferenças orgânicas entre homens e mulheres, que “nenhum destino biológico, psíquico ou econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado, que qualificam de feminino” (BEAUVOIR, 2009, p. 307). Assim, o *tornar-se mulher* apresentado por Beauvoir em *O segundo sexo* corresponde ao processo segundo o qual o ser do sexo feminino se molda ao que sua cultura entende como o lugar e o papel reservados à mulher naquele momento histórico e espaço geográfico.

Em 1918, tornar-se mulher no Brasil implicava não poder votar². Implicava não poder dispor de seu patrimônio, não estar apta a aceitar herança ou litigar judicialmente sem autorização do marido. Já havia mulheres poetas – anátema para o personagem Romney Leigh da Inglaterra de 1856. Havia inclusive escritoras como Nísia Floresta, que publicou, em 1832, *Direitos das mulheres e injustiça dos homens*, texto considerado a obra fundacional do feminismo no Brasil³.

Tornar-se mulher no Brasil de 1918 também implicava não poder aspirar a ser diplomata – até as mudanças desencadeadas por Maria José de Castro Rebello Mendes⁴. A jovem baiana, com sua luta para se inscrever no concurso do Itamaraty, acabou por tornar-se não apenas a primeira diplomata, mas também a primeira funcionária pública concursada do país (A NOITE, 1936). Graças a esta pioneira,

2 O usufruto do direito ao voto por uma mulher brasileira somente viria em 25 de novembro de 1927, com a inscrição em Mossoró, no oeste do Rio do Grande do Norte, da professora Celina Guimarães Vianna, de 29 anos, na lista de eleitores do estado, com base na Lei estadual nº 660, de 25 de outubro de 1927 (BRASIL, 2012). O sufrágio feminino em escala nacional viria cinco anos mais tarde, com o Código Eleitoral de 1932, introduzido por decreto de um governo provisório e não por deliberação do Poder Legislativo, que havia sido dissolvido logo após a Revolução de 1930 (PINTO, 2003).

3 Trata-se de uma tradução livre de *Vindication of the Rights of Women*, obra na qual Mary Woolstonecraft defendia o direito das mulheres a receberem uma educação formal (DUARTE, 2019).

4 O presente artigo utilizará o nome de solteira da primeira diplomata brasileira, por ter sido com este nome que ela pleiteou sua inscrição e prestou o concurso, feitos que definem seu legado.

a definição dos papéis reservados às mulheres foi ampliada. Maria José expandiu o molde a que as brasileiras teriam que se adequar.

Maria José de Castro Rebello Mendes nasceu em Salvador, em 20 de setembro de 1890, filha de uma professora e um advogado. Com o falecimento do pai, passou a dirigir o colégio da mãe, que “adoecera dos olhos” (A NOITE, 1º set. 1918). Foi nesse estabelecimento, administrado em sociedade com a alemã Mathilde Elizabeth Schroeder, que a futura diplomata aprendeu alemão, inglês, francês e um pouco de italiano. Responsável pelo sustento da família, e enfrentando dificuldades para dirigir o colégio sozinha, Maria José acabou por mudar-se para o Rio de Janeiro. Na capital, passou a dar aulas particulares e a frequentar a Academia do Comércio, com vistas a diversificar sua formação. À reportagem de *A Noite* (1918), em perfil intitulado “A moça do Itamaraty”, Maria José comentou que ouvira falar do concurso do Itamaraty e, ao verificar quais as matérias exigidas, percebeu que a carreira de Terceiro-Oficial das Relações Exteriores “muito lhe viria a suavizar as dificuldades da vida inquieta pela casa das discípulas”.

Configurado o interesse pela função e dada a admirável autoconfiança da candidata, que se percebia suficientemente bem formada para pleitear a vaga, restava a dúvida sobre a possibilidade de sua inscrição no concurso. Maria José “lembrou-se, então, que seu pai fora, como advogado na Bahia, muito amigo do Conselheiro Ruy Barbosa, e, apelando para as velhas relações de família, foi consultá-lo” (A NOITE, 1º set. 1918). Barbosa respondeu, por intermédio de seu filho, Alfredo Ruy, não haver óbice na legislação pátria para que as mulheres concorressem a funções públicas, dispondo-se inclusive a encaminhar à potencial candidata os papéis do concurso. Friaça (2018) registra que alguns jornais da época publicaram versões segundo as quais Ruy Barbosa teria defendido a causa de Maria José como advogado, em suposta demanda ao Itamaraty, inferindo até mesmo a existência de parecer escrito sobre o tema. Tal documento,

contudo, não foi encontrado pelo pesquisador nos acervos do Itamaraty ou da Casa de Ruy Barbosa. Os filhos de Maria José admitem jamais terem visto o parecer. Segundo o diplomata Mário de Lima Barbosa, grande amigo de Ruy, a opinião do jurisconsulto foi transmitida ao então Chanceler Nilo Peçanha verbalmente, em encontro presencial, tendo sido levada em conta pelo Ministro de Estado para informar sua decisão sobre o tema, posteriormente plasmada em famoso despacho (FRIAÇA, 2018).

A edição de 31 de agosto de 1918 do jornal *A Noite* publicou reportagem de capa intitulada “Podem as mulheres ocupar cargos públicos? O Sr. Ministro do Exterior diz que sim”. Antecipando que o concurso de Terceiro-Oficial de Relações Exteriores daria muito o que falar, pois dele participaria candidata do sexo feminino, a matéria reproduzia o despacho do Chanceler, em transcrição na íntegra:

Ouvido o Sr. Dr. Consultor Jurídico do Ministério, deferido, ficando autorizado o Sr. Secretário-Geral a mandar fazer a respectiva inscrição.⁵

Não há na Constituição da República nenhum dispositivo que impeça às mulheres acesso aos cargos públicos.

O Código Civil vigente também estabeleceu a mais completa igualdade entre o homem e a mulher, quanto ao gozo e exercício dos direitos privados. Num dos seus artigos prevê que as mulheres possam ser admitidas no exercício das funções administrativas, quando estabelece: “considera-se sempre autorizada pelo marido a mulher que ocupar cargos públicos”.

Não sei se as mulheres desempenhariam com proveito a diplomacia, onde tantos atributos de discrição e de capacidade são exigidos, mas que não são privilégio dos

5 O Consultor Jurídico do Ministério a emitir parecer favorável ao pleito de Maria José Rebello para inscrição no concurso foi o venerado Clóvis Beviláqua (A NOITE, 1931).

homens, bem como se a requerente está aparelhada para disputar um lugar nesta Secretaria de Estado, e só as provas do concurso hão de dizer, mas o que não posso é restringir ou negar o seu direito, toda a vez que as leis existentes não o restringem nem o negam.

Se nas monarquias as mulheres podem ser imperatrizes ou rainhas, não vejo por que nas repúblicas se lhes feche o ingresso aos cargos administrativos.

Melhor seria, certamente, para seu prestígio, que continuassem à direção do lar, tais são os desenganos da vida pública, mas não há como recusar a sua aspiração, desde que disso careçam e fiquem provadas as suas aptidões.

O histórico despacho do Chanceler, em que pese haver aberto as portas de todo o serviço público para as mulheres, deixava claro ser motivado pelo zelo para com as leis – e não por qualquer entusiasmo com a causa da emancipação feminina. Formulada como dúvida (“não sei se as mulheres desempenhariam com proveito a diplomacia”) ou como certeza (“melhor seria, certamente, para seu prestígio, que continuassem à direção do lar”), Peçanha fez questão de afirmar sua convicção favorável à divisão tradicional de tarefas, que reserva à mulher a esfera privada e entende a diplomacia como um espaço identificado com o masculino.

No entanto, o que faltava ao Chanceler em entusiasmo foi amplamente compensado pelo interesse despertado na imprensa e no movimento de mulheres, que celebrou abertamente a novidade.

Em 1918, a principal figura do movimento feminista brasileiro era Leolinda Daltro (KARAWEJCZYK, 2014). Daltro fundara, em 1910, o Partido Republicano Feminino – PRF, primeira agremiação

dedicada à defesa do voto das mulheres em nosso país⁶. Oito anos antes, criara a pioneira Associação Protetora dos Silvícolas (CORREIO DA MANHÃ, 1934). Baiana e professora, Leolinda Daltro percorreu sozinha o interior do Brasil em 1895, em uma cruzada em defesa dos indígenas (PINTO, 2003). Em função dessa preocupação, buscou obter um cargo oficial para atuar na área de educação indígena, mas foi impedida com a justificativa de que era mulher (KARAWAJCZYK, 2014). A partir dessa experiência, a militância de Daltro à frente do Partido Republicano Feminino também defendia que “os cargos no serviço público deviam ser abertos a todos os brasileiros, independente do sexo” (HAHNER, 2003, p. 280).

Em matéria intitulada “Reivindicações femininas”, o *Jornal do Brasil* noticiou que o despacho de Nilo Peçanha havia despertado grande entusiasmo no Partido Republicano Feminino. O jornal apurara que a Sra. Aurea Daltro, Secretária do PRF, buscava agendar reunião com o Chanceler, a fim de agradecer-lhe por haver “aberto nova senda à liberdade feminina brasileira” (JORNAL DO BRASIL, 2 nov. 1918). “Escusado será dizer”, anotava o periódico, “que o espírito animador da manifestação que será feita ao Sr. Dr. Nilo Peçanha é a Exma. Professora Leolinda Daltro, a esforçada propugnadora dos direitos da mulher no Brasil”.

Previsivelmente, o despacho do Chanceler não despertou apenas reações positivas. Colunas e cartas para os jornais questionavam a sabedoria de tal inovação. Com um candor ausente das manifestações antifeministas modernas, sublinhava-se o temor de que as mulheres prontamente suplantassem os homens. Matéria do jornal *A Noite*, de 31 de agosto de 1918, anotava que o despacho do Ministro de Estado

com toda certeza alvoroçou muito mais aos milhares de rapazes candidatos aos empregos públicos. (...) se

6 A Federação Brasileira para o Progresso Feminino, de Bertha Lutz, só seria criada em 1922, a partir do embrião lançado em 1919 com a Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher.

todos os Ministérios seguirem o exemplo do Itamaraty, os candidatos barbados vão ser abarbados nos futuros concursos. E não levará muito tempo que não haja mais ninguém do sexo feio nas repartições públicas (FRIAÇA, 2018, p. 66).

O mesmo jornal *A Noite* trazia, na edição de 2 de setembro de 1918, charge de capa em que um homem mantinha sua longa barba dentro de um lago, curvado qual Narciso. Junto à imagem, lia-se: “Ao sexo barbado (a propósito da moça do Itamaraty). Eva triunfa. Que Adão ponha desde já as barbas de molho”.

O já citado perfil de Maria José Rebello, intitulado “A moça do Itamaraty”, antecipava cenário similar:

Os rapazes candidatos hão de ter muita pestana a queimar para se medirem, sem ruidoso desastre para o sexo, com uma moça que possui tantas línguas e que assim penetra pelas searas dos bacharéis. É curioso mesmo se afigurar a imagem dessa moça, tão despreziosa quanto instruída, pelos severos corredores do Itamaraty, ao lado de uns moços de casaco cintado, tropeçando talvez na conjugação dos verbos irregulares franceses, enquanto ela vai se dirigindo aos lentes em inglês e alemão (*A NOITE*, 1º set. 1918).

Os temores masculinos decerto evocavam a frase de Virginia Woolf, lembrada por Branca Moreira Alves (2019) a propósito precisamente da luta sufragista: a história da oposição masculina à emancipação da mulher caminha lado a lado com a história dessa emancipação mesma.

Mas tampouco eram temores infundados: no concurso daquele ano, realizado de 12 a 19 de setembro, Maria José de Castro Rebello Mendes foi aprovada em primeiro lugar. A candidata obteve nota máxima em inglês, geografia geral, geografia do Brasil e alemão. Foi

superada por outros candidatos apenas em três disciplinas: álgebra, aritmética e direito (FRIAÇA, 2018).

Mais uma vez, os jornais destacaram o feito de Maria José. Já não se tratava apenas do ineditismo de uma mulher concorrendo a uma vaga no Itamaraty, mas dessa mesma moça superando a todos os demais concorrentes. As provas orais, abertas ao público, contaram com numerosa audiência (A ÉPOCA, 13 set. 1918). Texto veiculado na edição de 26 de setembro do *Correio da Manhã* destacava a sala cheia, em que dez examinadores “graves, sisudos e solenes” eram enfrentados por “um franzino tipo de mulher: Mlle. Maria José de Castro Rebello”. Era possível perceber “a prevenção dos outros candidatos: dos bacharéis formados, de quase todos os barbados, ferozes na detenção de seus sagrados direitos masculinos”. O texto seguia destacando a capacidade de análise, a erudição e a proficiência em idiomas da candidata. Ao final do concurso, relata o jornal, “havia o espanto na cara de todos, e todo o mundo parecia pedir outras provas, o grego, o sânscrito, mais examinadores que examinassem aquela delicada mocinha” (CORREIO DA MANHÃ, 1918).

Em edição de 26 de setembro, o jornal *A Época* destacou, em breve nota (“As provas do exame no Itamaraty”) que “Mlle. Maria José fez figura brilhante”, tendo-se mostrado “à altura de competir com os candidatos do sexo forte”. No dia 13 de setembro, o mesmo periódico já noticiara o exame, em matéria com foto intitulada “O concurso da Secretaria do Exterior”. Entre elogios às qualidades profissionais dos examinadores e referências ao interesse despertado pela candidata feminina, o texto destacava ser “natural que a jovem Maria José se mostrasse acanhada ao prestar suas provas. [...] Tal não se deu, porém. A senhorinha Maria José portou-se [...] *como um homem*” (A ÉPOCA, 13 set. 1918, grifos nossos).

A despeito da relevância de seu feito, verdadeiro divisor de águas na história das mulheres do Brasil, Maria José de Castro

Rebello Mendes relutava em classificar-se como feminista. À época do concurso, a imprensa não se furtou de destacar que a candidata carecia de simpatias feministas e jamais se ocupara de tal espécie de literatura, desejando apenas trabalhar e viver, “sem preferência por este ou aquele lugar, e sim pela sua remuneração” (A NOITE, 1º set. 1918). Vale a pena buscar o contexto dessa declaração, a fim de especular sobre os motivos de tal relação de ambiguidade com as pautas feministas.

Como já afirmado, a principal referência de feminismo em 1918 era o coletivo liderado por Leolinda Daltro. Apelidadas pejorativamente de *sufraettes*, o grupo acabou sendo associado às mulheres britânicas, cujas iniciativas de ação direta como atear fogo a caixas de correio, quebrar vidraças e interromper discursos de políticos eram tidas como violentas e pouco femininas (KARAWJCZYK, 2014). Daltro foi caracterizada como “mulher-homem” por ter afrontado as convenções sociais (CORREIO DA MANHÃ, 1934). No ano de 1917, o carnaval de rua do Rio de Janeiro trouxe nada menos de três “carros críticas” que zombavam do feminismo (KARAWJCZYK, 2014). Parece legítimo especular que a relutância de Maria José Rebello em se reivindicar feminista talvez guardasse relação com o desejo de fugir ao estigma que a sociedade costuma conferir, de forma eficazmente disciplinadora, à mulher que não se confina ao lugar que lhe é reservado⁷.

Por outro lado, não se pode descartar uma hipótese mais simples: que Maria José rejeitasse a caracterização como feminista por simplesmente não se identificar com uma visão mais militante. Afinal, Maria José não era um personagem unidimensional. Ao mesmo tempo em que reivindicava direitos, também desejava constituir

7 A reflexão proposta por Mary Beard em seu manifesto *Women & Power*, em especial quanto à caracterização das mulheres que ocupam espaços masculinos como uma abjeção, é de grande interesse para pensar a persistência destes estigmas. A análise proposta por Beard acerca de repetidas caracterizações de líderes políticas contemporâneas como a górgona Medusa é exemplificativa da percepção de uma mulher em espaço masculino como uma monstruosidade.

família – e mesmo acalentava o sonho mais convencional de vir a gerar um filho homem (FRIAÇA, 2018).

A relação de ambivalência com o rótulo “feminista” não é, no Brasil, uma curiosidade do passado. Pesquisa realizada entre 2020 e 2022 pelo Instituto Update/Idea Big Data, intitulada “Conservadorismo, gênero e feminismo”, fornece pistas para compreender essa ambiguidade. Perguntadas sobre sua identificação com o feminismo, as brasileiras se dividem em três partes: 34% se definem como “não feministas”, 29% se assumem feministas e 37% não reivindicam o rótulo feminista, mas tampouco o rejeitam. No entanto, quando perguntadas sobre as pautas relativas aos direitos das mulheres, 92% das entrevistadas se afirmam a favor do combate a todas as formas de violência de gênero; 88% defendem medidas que garantam a equiparação salarial entre os sexos; 77% concordam que é necessária maior participação feminina na política, com apenas 8% se afirmando contrárias a hipotéticas cotas de 50%; e somente 4% afirmam que não votariam em uma mulher negra para a Presidência da República (PEDREIRA & ROCHA & SOLANO, 2022). Na pesquisa qualitativa, veio à superfície a interessante categoria de mulheres que se afirmam conservadoras e feministas – aparente incongruência que pode ser decifrada pelo recurso à polissemia de ambas as categorias no discurso político brasileiro. Vale anotar que, a exemplo de Maria José Rebello, a relutância em reivindicar o rótulo “feminista” não necessariamente se traduz em ausência de apoio às demandas relativas aos direitos das mulheres.

Interessante ressaltar, ademais, que a ambiguidade demonstrada por Maria José ao abordar a questão da mulher na diplomacia não deixa de ser atual. Towns (2022), em estudo com Embaixadoras, registra a ambivalência de seus discursos em torno da categoria mulheres: em determinados momentos, as entrevistadas buscavam pintar a diplomacia como uma atividade neutra, a fim de avançar a ideia de que ambos os gêneros podem desempenhá-la igualmente;

em paralelo, e muitas vezes na mesma conversa, as Embaixadoras registravam desvantagens e reconheciam vivências distintas entre homens e mulheres diplomatas⁸. As contradições no discurso das Embaixadoras não destoam das tensões no discurso de Maria José Rebello, que se propunha corajosamente a disputar lugar nunca antes ocupado por mulher, enquanto afirmava, de forma apaziguadora, não ser feminista.

A ambivalência humaniza e torna Maria José mais próxima, não apenas das Embaixadoras entrevistadas por Towns, mas de cada uma das diplomatas brasileiras, que seguem navegando as mesmas contradições. No entanto, caso consideremos que o feminismo é uma prática, torna-se incontornável reconhecer a grande contribuição da desbravadora Maria José para a emancipação das mulheres no Brasil.

Aprovada no concurso, Maria José de Castro Rebello Mendes tomou posse no dia 28 de setembro de 1918 e começou a dar expediente no Itamaraty no dia 1º de outubro. Não havia, nesse momento, a obrigatoriedade de cursar a academia diplomática: o Instituto Rio Branco só viria a ser criado na década de 1940. Em virtude da lotação imediata de Maria José Rebello, o Ministério teve que adaptar, às pressas, um banheiro feminino (FRIAÇA, 2018):

8 “Uma espécie de representação comum da diplomacia é caracterizá-la como indiferente ao gênero, como um espaço onde profissionais podem avançar sem depender de nada mais que suas capacidades. Esse argumento sobre uma suposta neutralidade de gênero pode ser usado como uma plataforma para as mulheres, estabelecendo a premissa de que seu gênero não constitui impedimento ou desvantagem intrínseca para o exercício da diplomacia. Levando em consideração esse ângulo, não causa surpresa que todas as entrevistadas tenham reproduzido alguma versão da ideia de que a diplomacia seria uma atividade neutra no que diz respeito ao gênero. No entanto, essa mesma representação pode simultaneamente desempoderar as mulheres diplomatas, por cobrir de invisibilidade as desvantagens sistêmicas que elas enfrentam. Um exemplo: a representação da diplomacia como indiferente ao gênero esconde o fato de que a função de Embaixador segue modelada à imagem do casal heterossexual ocidental: um homem Embaixador desempenhando suas funções e uma mulher, sua esposa, atuando como apoio doméstico e mesmo profissional [...]. Como nossa pesquisa demonstra, as diplomatas membros do WAW [Women Ambassadors of Warsaw] reafirmaram a perspectiva da neutralidade de gênero, mas também a desafiaram, articulando a categoria “mulheres diplomatas” como submetida a maiores desafios e experiências profissionais mais difíceis que seus colegas homens” (TOWNS, 2022, p. 361, tradução livre).

o espaço físico do Palácio havia sido construído a partir da premissa de uma diplomacia inteiramente masculina. O episódio ecoa a construção recente, em 2016, de banheiro feminino no plenário do Senado Federal (BRASIL, 2016).

A primeira lotação de Maria José Rebello foi na Seção de Protocolo e, um mês depois, na Seção de Despesa da Direção-Geral de Contabilidade e Administração (FRIAÇA, 2018). Era subordinada a Henrique Pinheiro de Vasconcelos, que havia sido examinador de datilografia e caligrafia em seu concurso. A relação do casal extrapolou o espaço profissional: Maria José e Henrique casaram-se em 25 de março de 1922 (CRUZ, 1993).

O jornal *A Noite* noticiou o enlace em tom divertido, qualificando o fato como uma “surpresa do feminismo patrício”. Parecia inusitado que a Terceiro-Oficial – “e por que não Terceira-Oficiala?” – agora desse a mão em casamento a um colega de Ministério⁹. A matéria entretinha especulações jocosas sobre o casamento entre diplomatas: se a lei vigente (Código Civil de 1916) dispunha que o homem era o chefe da sociedade conjugal, o que aconteceria na hipótese de a mulher casar-se com um subordinado? Aos “primeiros arrufos, fora das horas do expediente, o pobre subalterno não teria, no dia seguinte, nem mesmo o tradicional quarto de hora de tolerância”? (A NOITE, 1922).

Com o casamento, Maria José solicitou licença sem vencimentos e acompanhou o marido, designado para o Consulado em Bremen. Voltaram ao Brasil em 1923, retomando a diplomata suas atividades e desmentindo a previsão de *A Noite* – o jornal vaticinara que, uma vez casada, Maria José em breve pediria exoneração¹⁰. Nesse ano, Maria José teve sua primeira filha, Myriam, seguida por Yara e Yolanda

9 No momento em que se redige o presente texto, a finais de 2022, os cargos das diplomatas seguem indicados, na rede interna do Ministério (Intratec), na flexão masculina.

10 A NOITE, 1922.

em 1924 e 1925. Friaça (2018) registra que o casal sonhava em ter um filho homem, que só nasceria em 1933 – o hoje aposentado Embaixador Guy Pinheiro de Vasconcellos, seguido um ano depois pelo caçula, Acyr.

É de grande importância simbólica que, em 1924, ao pedir licença médica por gravidez e ter suspensa a percepção de seu salário, Maria José tenha optado por solicitar ao Itamaraty a reconsideração do ato (FRIAÇA, 2018). Mais que o aspecto legal, interessa-nos ressaltar a convicção de Maria José, nesse momento ainda a única diplomata do Itamaraty, em afirmar uma vez mais que mulheres são seres multifacetados, capazes de assumir uma miríade de papéis. Depois da batalha para afirmar a possibilidade de ser mulher e diplomata, Maria José não parecia disposta a aceitar sem disputa que, uma vez esposa e mãe, tornava-se menos funcionária.

Maria José foi promovida por antiguidade a Segundo-Oficial em 2 de setembro de 1930 (CRUZ, 1993). Em 1931, durante o período de exceção do governo provisório de Vargas, o Decreto nº 19.592 reformulou a Secretaria de Estado e as carreiras do Ministério das Relações Exteriores. Pela nova regra, as funcionárias do sexo feminino ficavam restritas ao corpo consular. Adicionalmente, as diplomatas restavam impedidas de servir no exterior por período superior a 12 meses. Maria José Rebello foi então reclassificada como Cônsul de Segunda Classe (CRUZ, 1993)¹¹.

As restrições impostas pela reforma de 1931, conhecida como Reforma Mello Franco, afetaram a vida funcional do casal, que jamais conseguiu servir junto no exterior. Henrique Pinheiro de Vasconcellos seria designado novamente para o Consulado em Bremen, desta vez por um período de quatro anos. Impedida de servir no exterior por interregno superior a doze meses, Maria José optou por consultar

11 Dado curioso é que foi o regulamento dessa mesma reforma de 1931 – promulgado pelo Decreto nº 19.926 – a criar a Comissão de Promoções e Remoções (ROMERO, 2019, p. 166).

a administração – em vez de novamente solicitar uma licença, como fizera após o casamento. Clóvis Beviláqua, ainda Consultor Jurídico do Itamaraty, não logrou encontrar saída para o impasse: sugeriu apenas que Henrique Pinheiro de Vasconcellos se abstinhasse da nomeação, permanecendo o casal no Brasil (FRIAÇA, 2018). O parecer de Beviláqua tinha o mérito de não pressupor de forma automática caberem à mulher os sacrifícios a fim de acomodar os interesses do casal. E, de fato, a solução adotada por Henrique e Maria José foi a mais igualitária possível, frente às desfavoráveis circunstâncias: desistiram da remoção, seguindo lotados no Rio de Janeiro.

Há outros indícios de que Henrique Pinheiro de Vasconcellos via com bons olhos o pioneirismo de Maria José. Edição de 22 de janeiro de 1931 do jornal *A Noite* publicou longa e corajosa carta assinada pelo diplomata, na qual ele criticava as restrições impostas às mulheres pela Reforma Mello Franco. Em meio a minucioso arrazoado jurídico, Vasconcellos apelava com habilidade aos princípios reivindicados pela chamada “Revolução de 1930”, defendia a excelência dos serviços prestados pelas mulheres ao Itamaraty e denunciava a injustiça das novas limitações (A NOITE, 1931).

Em 20 de junho de 1934, Maria José foi aposentada, a seu pedido, após 14 anos, 2 meses e 13 dias de serviço, descontadas as faltas e licenças (CRUZ, 1993). A aposentadoria precoce deveu-se às complicações associadas a uma osteomielite, “possivelmente como decorrência do encadeamento de muitas gestações” (FRIAÇA, 2018, p. 83)¹². Após a aposentadoria de Maria José, seu marido aceitou o posto de Conselheiro Comercial na Embaixada do Brasil na Bélgica, para onde embarcou em agosto de 1934, na companhia da família (A NOITE, 1934).

12 FRIAÇA (2018) registra que, além dos cinco filhos, Maria José Rebello teve ainda duas gestações que não chegaram a termo.

Retornaram ao Brasil em 1936, em função de complicações na saúde de Maria José. A primeira diplomata brasileira faleceu em 29 de outubro daquele ano, em sua residência, à rua Visconde de Cabo Frio (A NOITE, 1936). A imprensa noticiou o falecimento e destacou seu pioneirismo: “a Sra. Pinheiro de Vasconcellos era a primeira funcionária pública do Brasil, tendo feito memorável concurso para o Itamaraty ao tempo em que era Ministro do Exterior Nilo Peçanha” (A NOITE, 1936).

Como lembrado por ocasião de sua morte, o legado de Maria José de Castro Rebello Mendes para as mulheres brasileiras é incalculável. Sua contribuição para a redefinição do papel da mulher em nossa sociedade foi destacada pelo *Jornal do Brasil* em passagem memorável da edição de 30 de setembro de 1918, a propósito da aprovação no concurso do Itamaraty:

Talvez não se tenha demorado o espírito público a apreciar a imensa importância que um dos últimos atos do governo possui, e que vai afetar a nossa organização social profundamente, pelo valor de grave reforma de costumes em que importa. O governo nomeou a Sra. Maria José de Castro Rebello Mendes Terceiro-Oficial da Secretaria de Relações Exteriores, isto é, abriu à mulher brasileira a carreira de funcionária pública, qualquer que seja o cargo a prover. As mulheres, doravante, não têm suas aspirações limitadas ao professorado e às agências de correio. Como qualquer cidadão, podem se inscrever nos concursos abertos nos diversos Ministérios, e, tais sejam as suas habilitações, concorrer à nomeação em perfeito pé de igualdade. [...] Começa, de fato, em nosso país, um regime que, na Europa, só a situação anormalíssima criada pela guerra tornou viável. [...] não é nosso intuito apreciar aqui o imenso alcance do ato governamental que

a Sra. Maria José de Castro Rebello Mendes, escudada no seu próprio valor, provocou. Assinalamos tão somente o ponto de partida de uma grande reforma de costumes no seio da família brasileira.

Em 2018, o centenário de admissão da primeira mulher diplomata mereceu significativa comemoração por parte das colegas que a sucederam – e que seguem, a exemplo de Maria José Rebello, enfrentando-se com os desafios inerentes à busca por igualdade na carreira. O Grupo de Mulheres Diplomatas, coletivo informal que reúne cerca de um terço das diplomatas brasileiras na ativa (BALBINO & NOGUEIRA, 2018), organizou-se para trazer à atenção das chefias a relevância da data.

Fruto dessa mobilização, foi realizado, em 27 de setembro de 2018, na sede do Ministério das Relações Exteriores, seminário intitulado “Jornada Maria José de Castro Rebello: um século de mulheres diplomatas no Itamaraty”. Organizado pela Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), com apoio do Grupo de Mulheres Diplomatas (MRE, 2018), o evento contou com duas mesas que reuniram diplomatas e acadêmicas. Representante da Associação de Mulheres Diplomatas do Quai D’Orsay integrou uma das mesas e projetou mensagem gravada pela Presidente da associação francesa especialmente para a ocasião. A conferência foi encerrada com fala de representante do Grupo de Mulheres Diplomatas brasileiras. O interesse gerado pela celebração garantiu não apenas casa cheia – havia ouvintes sentados por todo o piso do auditório lotado – mas também uma concorrida transmissão por *streaming*, viabilizada pela FUNAG a pedido das diplomatas lotadas no exterior que não desejavam perder tal jornada histórica. As discussões celebraram o legado e a memória de Maria José de Castro Rebello Mendes e promoveram ampla reflexão sobre a situação das mulheres no Itamaraty, 100 anos depois. O filho primogênito de Maria José,

Guy Pinheiro de Vasconcellos, compareceu ao evento e recebeu, em nome de sua mãe, as homenagens do Ministério e de suas colegas.

Ainda a propósito do centenário de admissão da primeira diplomata, a FUNAG publicou o livro *Mulheres diplomatas no Itamaraty (1918-2011): uma análise de trajetórias, vitórias e desafios*, de autoria do Ministro Guilherme José Roeder Friaça. Fruto de minucioso trabalho de pesquisa histórica, o texto foi originalmente apresentado como tese do CAE em 2012¹³. Revisado para publicação e acrescido de apresentação de lavra da Embaixadora Thereza Quintella, primeira mulher a dirigir o Instituto Rio Branco, o volume supre relevante lacuna bibliográfica sobre a trajetória das diplomatas brasileiras.

A despeito da importância das iniciativas empreendidas em parceria com o Ministério, a realização de maior visibilidade foi de iniciativa própria das diplomatas: a filmagem do documentário *Exteriores – mulheres brasileiras na diplomacia*. Viabilizado por campanha de financiamento coletivo, à qual posteriormente se somou apoio da Associação de Diplomatas Brasileiros (ADB), o documentário de 52 minutos, dirigido por Ivana Diniz, extrapolou os muros do Itamaraty para apresentar à sociedade brasileira a história das mulheres na diplomacia. Entrelaçando as trajetórias de Maria José Rebello e outras precursoras a depoimentos de diplomatas na ativa, o filme se propunha a um exercício de memória, mas também a registrar as questões prementes para as diplomatas brasileiras no ano de seu centenário. Após estrear em Brasília em dezembro de 2018, o documentário esteve em cartaz no prestigioso CineSesc, em São Paulo (MANTOVANI, 2018) e já contabiliza exposições em instituições como USP, FGV, UERJ, UFRGS, UFMG, King's College, Universidade de Cambridge, Casa Thomas Jefferson e em numerosas cidades do Brasil e do exterior (Amã, Beirute, Belo Horizonte, Bissau,

13 Curso de Altos Estudos, requisito indispensável para habilitar o diplomata à promoção a Ministro de Segunda Classe.

Bogotá, Bucareste, El Alto, Estocolmo, La Paz, Lima, Porto Alegre, Roma, Salvador, São Paulo, São Tomé, Seul, Recife e Rio de Janeiro, dentre outras). No dia 8 de março de 2019, o documentário foi simultaneamente disponibilizado nas plataformas Vimeo e YouTube e exibido no auditório do Instituto Rio Branco, para uma plateia repleta de alunos e diplomatas estrangeiros¹⁴.

Como coroamento das celebrações do centenário de sua admissão, Maria José Rebello foi mais uma vez pioneira: tornou-se, em dezembro de 2018, a primeira mulher a nomear um dos prédios do Ministério das Relações Exteriores. O então Chanceler Aloysio Nunes Ferreira, acolhendo gestões formuladas pelo Grupo de Mulheres Diplomatas com intermediação de colegas aliados, decidiu batizar o Anexo I do Itamaraty como Anexo Maria José de Castro Rebello, em singela, porém tocante, cerimônia de descerramento de placa. Pela primeira vez, um Ministro de Estado se referiu ao Grupo de Mulheres Diplomatas em um discurso. A alocução do Chanceler não apenas reconheceu a justiça das demandas das diplomatas, mas também abonou seu agrupamento como sujeito político¹⁵.

Em 8 de março de 2023, o Itamaraty e a FUNAG anunciaram a criação do prêmio “Maria José de Castro Rebello Mendes” para artigos sobre política externa e relações internacionais escritos por pesquisadoras brasileiras¹⁶.

Todos os esforços envidados em torno da memória de Maria José evocam a interpelação formulada pela psicanalista Luce Irigaray, que destaca a importância de que as mulheres possam encontrar uma genealogia a qual reivindicar:

14 Vide canal do Grupo de Mulheres Diplomatas, no YouTube, em: <<https://www.youtube.com/channel/UCsbVORpuBiZbxov8kb4mSw?>>; e da produtora Argonautas, no Vimeo, em: <<https://vimeo.com/303550770>>. Acesso em: 25 abr. 2023.

15 Vide circular telegráfica nº 109760, de 28 de dezembro de 2018, para transcrição do pronunciamento do então Ministro de Estado durante a cerimônia.

16 Portaria FUNAG nº 71, de 09/03/2023, publicada no DOU de 09/03/2023.

Esquecemos em demasiado essa genealogia de mulheres. Dito de outro modo, nos vemos induzidas a renegá-la. Devemos buscar nos situar dentro dessa genealogia feminina para conquistar e conservar nossa identidade. E não esqueçamos tampouco que já temos uma História. Que, na História, mesmo que à custa de muitas dificuldades, houve mulheres – e com demasiada frequência as olvidamos (IRIGARAY, 1985, p. 42, tradução nossa).

A lição de Irigaray ilustra os objetivos do presente artigo. A rejeição da invisibilidade de pioneiras como Maria José é também a rejeição da invisibilidade das diplomatas de hoje. É salutar o esforço de reivindicação de uma genealogia, da construção de um cânone da diplomacia brasileira no qual as mulheres também encontrem em quem se espelhar e inspirar.

Direcionando nosso olhar para o futuro, Maria José Rebello simboliza – juntamente com Mônica de Menezes Campos, a primeira diplomata negra, também retratada neste volume – agendas pendentes para a construção de uma diplomacia mais democrática e representativa do povo brasileiro. Maria José era baiana, vinda do Norte – a invenção do Nordeste só viria a se cristalizar institucionalmente décadas depois (ALBUQUERQUE JR., 1999). Embora bem-educada, não pertencia à classe social que não necessitava trabalhar para sobreviver. Em um Itamaraty ainda majoritariamente masculino e homogêneo, as diversidades regionais, de origem social, de gênero e de raça continuam incontornáveis para qualquer agenda de modernização.

Esforços por arejar este ambiente rarefeito vêm sendo envidados e merecem o devido reconhecimento¹⁷. Contudo, a persistência de

17 GOBO (2016) lista, dentre estes esforços, a criação da Bolsa-Prêmio de Vocação para a Diplomacia, em 2002, voltada a afrodescendentes, e, em décadas anteriores, a diversificação das cidades em que se realizam as provas do concurso, facilitando a participação de candidatos de fora do eixo Brasília-Rio-São Paulo. Adicionalmente, o pagamento de salário integral de Terceiro-Secretário durante o curso

encarniçada oposição interna à pauta feminina (SPEKTOR, 2015) constitui a prova mais contundente de que urge oxigenar a cultura institucional¹⁸. Como há cem anos, ainda causa escândalo que “o velho casarão da rua Larga, órgão tradicionalista, instituição de natureza conservadora” se veja “transformado na fonte de uma conquista social, em veículo das reivindicações femininas” (A NOITE, 1922).

Em 2022, resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) instituiu o dia 24 de junho como o Dia Internacional das Mulheres na Diplomacia. Em seu discurso, o Presidente da 76ª AGNU, Abdulla Shahid, destacou a contribuição das mulheres diplomatas para o traçado da presente arquitetura multilateral e de Direitos Humanos, registrando, ao mesmo tempo, sua invisibilidade: “all too often, women and their stories are edited out of History”¹⁹. Shahid exortou os países representados na Sessão a não apenas incentivar mais mulheres a tornarem-se diplomatas, mas também a conferir o devido reconhecimento às diplomatas na ativa, possibilitando que mais mulheres possam vir a alcançar os altos níveis da carreira²⁰.

No mesmo ano de 2022, foram celebrados os 90 anos da conquista do voto feminino no Brasil.

Entre as perspectivas para o futuro projetadas pela iniciativa da ONU e os eflúvios de lutas passadas, é inevitável recordar o axioma proposto por Robert Putnam sobre elites políticas. Segundo sua “lei da desproporção crescente”, a cada degrau que se suba em direção

do Instituto Rio Branco possibilitou que filhos de famílias que não poderiam ajudar a custear os primeiros dois anos em Brasília aspirassem à carreira.

18 “As resistências existem. ‘Essas meninas vão dividir o Itamaraty’, diz um embaixador. Quando um texto sobre o assunto vazou, um chefe concluiu: ‘isso é um ataque ao Ministério’. Como sempre, o atraso reage mostrando os dentes” (SPEKTOR, 2015).

19 “Com frequência demais, as mulheres e suas estórias são excluídas da História” (tradução nossa).

20 CELEBRATING the Adoption of the “International Day of Women in Diplomacy”. Remarks by H. E. Mr. Abdulla Shahid, President of the 76th session of the United Nations General Assembly. United Nations, 20 jun. 2022. Disponível em: <<https://www.un.org/pga/76/2022/06/20/celebrating-the-adoption-of-the-international-day-of-women-in-diplomacy/>>. Acesso em: 25 abr. 2023.

aos píncaros do poder, o número de mulheres decrescerá (PUTNAM apud AGGESTAM & TOWNS, 2018).

O resgate da memória de pioneiras como Maria José Rebello e a celebração de eventos como o Dia Internacional das Mulheres na Diplomacia têm o potencial de se revelar pujantes antídotos contra a inevitabilidade da lei de Putnam. No entanto, continuamos, passados mais de cem anos da admissão de Maria José Rebello, a contabilizar “primeiras”. Se assim o fazemos, é tão somente porque um século não foi suficiente para conquistar todos os espaços jamais ocupados por mulheres na diplomacia brasileira.

Em 2023, ano de publicação deste volume, celebraremos 105 anos do ingresso de Maria José Rebello nos quadros do Itamaraty. É necessário, como exorta Paffenholz (2018), darmos um salto qualitativo: não basta apenas contarmos mais mulheres – devemos, sobretudo, fazer com que as mulheres contem.

Jornada Maria José de Castro Rebello: Um século de mulheres diplomatas no Itamaraty

Auditório Paulo Nogueira Batista
27 de setembro de 2018, às 9h



FUNDAÇÃO
ALEXANDRE
DE GUSMÃO

MINISTÉRIO DAS
RELAÇÕES EXTERIORES

GOVERNO
FEDERAL

Cartaz de divulgação de Jornada comemorativa do centenário de ingresso da primeira mulher diplomata nos quadros do Itamaraty. FUNAG, 27 de setembro de 2018.

Ao sexo barbado

(A propósito da moça do Itamaraty.)



Eva triunpha. Que Adão ponha desde já
as barbas de molho...

Charge a propósito da aprovação do requerimento de Maria José Rebello para prestar o concurso do Itamaraty. *A Noite*, 2 de setembro de 1918.



Maria José Rebello presta o concurso.
Revista Fon Fon, 21 de setembro de 1918.



Notícia de falecimento relembra Maria José Rebello como a primeira funcionária pública concursada do Brasil. *A Noite*, 30 de outubro de 1936.

Surpresas do feminismo patricio

Um casamento abre vagas
na secretaria do Ex-
terior

As cautelas que o caso
suggerê

Elle, primeiro official do Ministerio das Relações Exteriores, tendo, ainda joven, um consideravel cabedal de serviços prestados ao Itamaraty em cargos de confiança e de responsabilidade, parte para a Alemanha, onde va servir na categoria de consul geral, *attaché* ao consulado em Bremen.

Ella, terceiro official (e por que não terci-



Sra. Pinheiro Vasconcellos e o consul geral, attaché ao nosso Consulado em Bremen, ex-primeiro official do Itamaraty Dr. Henrique Pinheiro de Vasconcellos

O casamento de Maria José Rebello com um colega de profissão é noticiado como uma surpresa do feminismo. *A Noite*, 25 de março de 1922.

REFERÊNCIAS

A ALIANÇA Nacional de Mulheres. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 31 jan. 1932. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/089842_04/10362>. Acesso em: 13 nov. 2022.

A MOÇA do Itamaraty: como se explica a resolução da senhorita Maria José. *A Noite*, Rio de Janeiro, 1º set. 1918. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/348970_01/13463>. Acesso em: 30 set. 2022.

AGGESTAM, Karin; TOWNS, Ann E. The Study of Gender, Diplomacy and Negotiation. In: AGGESTAM, Karin; TOWNS, Ann E. (Org.) *Gendering Diplomacy and International Negotiation*. Gothemburg: Palgrave McMillan, 2018.

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. Rio de Janeiro: Cortez Editora, 1999.

AS PROVAS do exame no Itamaraty. *A Época*, Rio de Janeiro, 26 set. 1918. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/720100/18374>>. Acesso em: 30 nov. 2022.

BALBINO, Viviane; NOGUEIRA, Ana Beatriz. O Grupo de Mulheres Diplomatas. In: FRIAÇA, Guilherme José Roeder. *Mulheres Diplomatas no Itamaraty (1918-2011): uma Análise de Trajetórias, Vitórias e Desafios*. Brasília: FUNAG, 2018.

BEARD, Mary. *Women and Power*. London: Profile Books, 2017.

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Seminário Jornada Maria José de Castro Rebello: um século de mulheres diplomatas no Itamaraty*. Brasília, set. 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/aviso-as-redacoes/seminario-jornada-maria-jose-de-castro-rebello-um-seculo-de-mulheres-diplomatas-no-itamaraty>. Acesso em: 8 nov. 2022.

BRASIL. Senado Federal. *Bancada Feminina do Senado conquista direito a banheiro feminino no plenário*. Brasília, 6 jan. 2016. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/institucional/procuradoria/comum/bancada-feminina-do-senado-conquista-direito-a-banheiro-feminino-no-plenario>>. Acesso em: 4 nov. 2022.

BRASIL. Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte. *Os 80 anos do voto de saias no Brasil*. 2012. Disponível em: <<https://www.tre-rn.jus.br/o-tre/centro-de-memoria/os-80-anos-do-voto-de-saias-no-brasil-tre-rn>>. Acesso em: 13 dez. 2022.

CRUZ, Luiz Dilermando de Castello. As primeiras gerações de mulheres diplomatas no Brasil. *Boletim da ADB*, jul. 1993. Disponível em: <<https://adb.org.br/wp-content/uploads/pdf/revisata-adb-3.pdf>>. Acesso em: 28 set. 2022.

DECLARING 24 June International Day, General Assembly Stresses Women's Participation in Diplomacy Crucial to Achieving Peace, Democracy. *United Nations*, 22 jun. 2022. Disponível em: <<https://press.un.org/en/2022/ga12427.doc.htm>>. Acesso em: 5 nov. 2022.

DUARTE, Constância Lima. Feminismo: uma história a ser contada. In: BUARQUE DE HOLLANDA, Heloisa (Org.). *Algumas histórias sobre o feminismo no Brasil: lutas políticas e teóricas*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

EVA triunfa. *A Noite*, Rio de Janeiro, 2 set. 1918. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/348970_01/13469>. Acesso em: 30 set. 2022.

EVOcando os primeiros surtos do feminismo. *A Noite*, Rio de Janeiro, 3 ago. 1934. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/348970_03/18927>. Acesso em: 13 nov. 2022.

EXTERIORES – Mulheres Brasileiras na Diplomacia. Ivana Diniz. Brasília: Argonautas, 2018. On-line (52 min.). Disponível em: <<https://vimeo.com/303550770>>. Acesso em: 5 nov. 2022.

FALECEU a Sra. Pinheiro de Vasconcellos. Era a primeira funcionária do Brasil. *A Noite*, Rio de Janeiro, 30 nov. 1936. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/348970_03/36363>. Acesso em: 4 nov. 2022.

FRIAÇA, Guilherme José Roeder. *Mulheres diplomatas no Itamaraty (1918-2011): uma análise de trajetórias, vitórias e desafios*. Brasília: FUNAG, 2018.

GOBO, Karla. *Noblesse d'État: do campo ao habitus da diplomacia brasileira*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2016. Tese de doutorado.

HAHNER, June Edith. *Emancipação do sexo feminino: a luta pelos direitos da mulher no Brasil 1850-1940*. Florianópolis: Editora Mulheres EDUNESC, 2003 [Duke University Press, 1990].

IRIGARAY, Luce. *El cuerpo a cuerpo con la madre*. Barcelona: laSal, edicions des dones, 1985. Disponível em: <<http://intercambia.educalab.es/wp-content/uploads/2015/04/elcuer1193.pdf>>. Acesso em: 30 nov. 2022.

KARAWAJCZYK, Mônica. Suffragettes nos Trópicos?! A primeira fase do Movimento Sufragista no Brasil. *Locus: Revista de História*, v. 20, n. 1, 2014, p. 327-346. Disponível em: <<https://periodicos.ufff.br/index.php/locus/article/view/20768>>. Acesso em: 7 set. 2022.

MANTOVANI, Flávia. Mulheres diplomatas relatam discriminação e dificuldade de avançar na carreira. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 12 dez. 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/12/mulheres-diplomatas-relatam-discriminacao-e-dificuldade-de-avancar-na-carreira.shtml>>. Acesso em: 7 set. 2022.

MOREIRA ALVES, Branca. A luta das sufragistas. In: BUARQUE DE HOLLANDA, Heloisa (Org.). *Algumas histórias sobre o feminismo no Brasil: lutas políticas e teóricas*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

O CONCURSO da Secretaria do Exterior. *A Época*, Rio de Janeiro, 13 set. 1918. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/720100/18247>>. Acesso em: 30 out. 2022.

O CONCURSO do exterior. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 26 set. 1918. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/089842_02/36829>. Acesso em: 30 nov. 2022.

O FEMINISMO triunfa. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 30 nov. 1918. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/030015_03/43032>. Acesso em: 30 nov. 2022.

O INGRESSO da mulher brasileira no corpo consular: uma carta de um funcionário do Ministério das Relações Exteriores. *A Noite*, Rio de Janeiro, 22 jan. 1931. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/348970_03/3320>. Acesso em: 4 nov. 2022.

PAFFENHOLZ, Thania. Women in Peace Negotiations. In: AGGESTAM, Karin; TOWNS, Ann E. (Org.). *Gendering Diplomacy and International Negotiation*. Gothemburg: Palgrave McMillan, 2018.

PEDREIRA, Beatriz Della Costa; ROCHA, Camila; SOLANO; Esther (Orgs). *Feminismo em disputa: um estudo sobre o imaginário político das mulheres brasileiras*. São Paulo: Boitempo, 2022.

PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

PODEM as mulheres ocupar cargos públicos? O Sr. Ministro do Exterior diz que sim. *A Noite*, Rio de Janeiro, 31 ago. 1918. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/348970_01/13459>. Acesso em: 30 set. 2022.

POETRY and Feminism: tracing the fight for equality and women's rights through poetry. *Poetry Foundation*, s/d. Disponível em: <<https://www.poetryfoundation.org/collections/146073/poetry-and-feminism>>. Acesso em: 23 set. 2022.

REIVINDICAÇÕES femininas. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 2 nov. 1918. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/030015_03/42674>. Acesso em: 30 nov. 2022.

ROMERO, Marcos. *História da organização administrativa da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e das Relações Exteriores (1808-1951)*. Brasília: FUNAG, 2019.

SPEKTOR, Mathias. Mulheres diplomatas. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 12 nov. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/mathiasspektor/2015/11/1705242-mulheres-diplomatas.shtml>>. Acesso em: 20 nov. 2022.

SURPRESAS do feminismo patricio. *A Noite*, Rio de Janeiro, 25 mar. 1922. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/348970_02/5300>. Acesso em: 13 nov. 2022.

TOWNS, Ann E. WAW, No Women? Foucault's Reverse Discourse and Gendered Subjects in Diplomatic Networks. *Global Society*, v. 36, n. 3, 2022, p. 347-367. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/13600826.2022.2052021>>. Acesso em: 1º set. 2022.

UMA HEROÍNA. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 27 set. 1934. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/089842_04/24157>. Acesso em: 13 nov. 2022.

VIAJANTES. *A Noite*, Rio de Janeiro, 15 ago. 1934. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/348970_03/19087>. Acesso em: 4 nov. 2022.

II. BEATA VETTORI (1909-1994)

*Paula Rassi Brasil
João Alfredo dos Anjos*

*[...] aquele pedaço de caminho devia ser “una pampa inmensa”,
um obstáculo apetitoso para a sua vontade de potência
e para o seu lirismo obstinado que não se contentava com um pedacinho do lago
e queria o lago todo, a paisagem toda, tanto a real como a efêmera e ocasional
que descansava dentro das águas paradas*
(Beata Vettori, aos 28 anos)¹

Quando ingressou, passos firmes, no Palácio de Carondelet, em Quito, no dia 4 de outubro de 1968, Beata Vettori levava nas mãos as cartas credenciais que a transformariam na primeira Embaixadora do Brasil no Equador, na única mulher a chefiar uma missão diplomática em Quito naquele momento e em uma das primeiras Embaixadoras na história diplomática brasileira. O semblante compenetrado deu lugar, na conversa que manteve com o Presidente Velasco Ibarra, a largos sorrisos, prenúncio da relação de amizade que cultivaria com o mandatário equatoriano. Para além da relação estratégica com o Equador, por temas de interesse comum como a Amazônia, a dinâmica da integração regional e exploração de petróleo e gás, Beata seria admirada por Velasco Ibarra em virtude de sua ampla e reconhecida cultura pessoal. Ambos compartilhavam interesse por

1 VETTORI, Beata. O sapinho do Lago Esmeralda. *Revista de Cultura e Técnica* (Órgão Oficial da União Universitária Feminina), ano 1, n. 5, Rio de Janeiro, dez. 1937, p. 6.

literatura e filosofia, temas que os aproximariam, lançando base para interlocução que elevaria a presença política e diplomática do Brasil no Equador.

Aos 58 anos de idade e 34 anos de carreira, a filha de Angelo e Teresa Capra Vettori percorreria largo caminho, *una pampa inmensa*, até aquela entrega de credenciais. As notícias que se podem recolher da jovem Beata nos jornais do Rio de Janeiro dos anos 1930, antes do concurso de ingresso para o Ministério das Relações Exteriores, mostram uma jovem que amava as artes, especialmente a música e a dança. Foi aluna do conhecido João Pereira, que desenvolvera método de ensino próprio e era pai do compositor Pereira Filho. Notícia no *Jornal do Brasil* de 15 de agosto de 1933, dá conta de festa de confraternização promovida pela colônia portuguesa, que teria lugar no Sport Club Mackenzie, no Méier, em que se encontra referência ao “insigne professor João Pereira” e com a participação “das conhecidas e proeminentes figuras da nossa alta sociedade”, entre elas figurava Beata Vettori. No programa do dia se vê que ela cantaria fados e canções brasileiras. O programa finalizava com solos de violão de João Pereira Filho, “o rei do violão”. Já na semana seguinte, a 26 de agosto, no Tijuca Tennis Club, realiza-se “festa de arte” com música e dança. Encontramos Beata entre as alunas de dança clássica “sob a direção dos professores do clube, Vera Grabinska e Pierre Michailowsky”. O grupo iniciaria a apresentação com a “Dança Cigana do Dvorah”, executada pelas “Srtas. Juracy de Carvalho, Alair de Carvalho, Maria de Lourdes Piragibe e Beata Vettori”. O casal de bailarinos tivera o objetivo de fundar a primeira escola de balé do Rio de Janeiro, sem sucesso: “dedicaram-se então a ministrar aulas de balé em clubes cariocas”².

2 *Jornal do Brasil*, edições de 15 de agosto e 25 de agosto. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Sobre Grabinska e Michailowsky, ver CERBINO, Ana Luiza; CERBINO, Beatriz. *Imagens da dança: Jacques Corseuil e a invenção do bailarino nacional. XIV encontro regional da Associação Nacional de História (ANPUH)*, Rio de Janeiro, 19 a 23 de julho de 2010, e referência, p. 2, a FARO, Antonio José; SAMPAIO, Luiz Paulo. *Dicionário de balé e dança*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1989.

O ponto alto, certamente, da breve carreira artística de Beata terá sido a apresentação ocorrida no Tijuca Tennis Club em homenagem a passagem de tenistas portugueses pelo Rio, no sábado 30 de setembro de 1933. Ela cantou em companhia dos “mais reputados artistas” da época: Francisco Alves – que gravara *Divina Dama* naquele ano; as irmãs Carmen e Aurora Miranda – ambas na rádio Mayrink Veiga e já consagrado o sucesso *Ta-Hi, pra você gostar de mim*; e o próprio João Pereira Filho, além de artistas portugueses convidados. Beata e Carmen tinham 23 anos³.

Em 1934, a decisão de fazer o concurso de ingresso para o Itamaraty mudaria a vida de Beata. Naquele ano, houve 57 inscritos para as provas: 50 homens e 7 mulheres⁴. Dentre os aprovados no concurso de ingresso para o cargo de Cônsul de Terceira Classe havia duas mulheres: a quarta colocada, Beata Vettori, e a quinta colocada, Myriam Leonardo Pereira. Dentre os homens, João Guimarães Rosa (segundo colocado) e Jayme de Azevedo Rodrigues (oitavo colocado)⁵. Uma particularidade sobre o concurso: Beata havia solicitado fazer prova opcional de italiano e nela fora aprovada. Apenas um outro candidato solicitara prova adicional, no caso, de espanhol, e também fora aprovado. Os demais se submeteram apenas às provas básicas⁶.

3 *Jornal do Brasil*, 29 set. 1933. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Beata nascera a 4 de dezembro de 1909.

4 *Correio da Manhã*, 27 maio 1934. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. As inscritas mulheres eram: Myriam Leonardo Pereira, Flora Rodrigues Silva, Conceição de Maria Pereira Nunes, Odette de Carvalho e Souza, Beata Vettori, Maria José Monteiro Lobato e Helena de Irajá Pereira. Em: FRIAÇA, Guilherme José Roeder. *Mulheres diplomatas no Itamaraty (1918-2011): uma análise de trajetórias, vitórias e desafios*. Brasília: FUNAG, 2018. Na página 113, aparece referência a 59 inscritos naquele concurso.

5 *O País*, 7 jul. 1934, primeira página. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

6 *O Radical*, 6 jul. 1934. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. O exemplo de Zoraima de Almeida Rodrigues, quarta mulher a se tornar diplomata, e segunda, por concurso público, em 1928, terá tido influência sobre a jovem Beata, considerando-se a ampla repercussão do fato na imprensa. Ver FRIAÇA, op. cit., p. 90.

Àquela altura, o movimento feminista havia alcançado algumas vitórias no Brasil, entre elas o direito ao voto e a eleição de mulheres para funções públicas, em movimento que nascera e se intensificara nas décadas anteriores. É nesse contexto que o ingresso de mulheres no Ministério das Relações Exteriores era visto e discutido. Matéria, com chamada de primeira página, do vespertino *Diário da Noite*, de 9 de fevereiro de 1935, traz não apenas reportagem de destaque sobre o tema, mas entrevistas com duas diplomatas, com direito a fotografia de capa, em que aparecem junto ao repórter responsável. O título por si só já diz do modo como se via, em geral, o ingresso das mulheres no Itamaraty: “O sentimentalismo exuberante das mulheres ante a fria descrição da diplomacia”. O subtítulo trazia, contudo, ponto que até hoje é central na discussão do tema: “Tendo chegado ao posto consular, a mulher pode e deve atingir os demais cargos de representação”. A matéria assinala: “[...] temos já três consulesas (*sic*) que honram, pela sua cultura e zelo, os postos que conquistaram. Uma está na Europa, no Consulado de Liverpool, e duas estão no Rio, em serviço no Itamaraty”. Seguem-se entrevistas com Leontina Licinio Cardoso e Beata Vettori. A ambas foi posta a seguinte pergunta: “É natural a entrada da mulher para a carreira diplomática?”. Leontina responde “[...] a pergunta surpreende” e cita a nova constituição brasileira, artigo 168: “Todos os cargos públicos são acessíveis a todos os brasileiros sem distinção de sexo ou estado civil”.

Em seguida, o repórter descreve Beata: “Espírito ágil, vivaz, inteligência arguta, com nome firmado como poetisa de sensibilidade, a Consulesa Beata Vettori julga a questão resolvida no Brasil”. Ela responde:

[...] a entrada da mulher na carreira diplomática é um dos grandes passos do feminismo e um gesto simpático do Brasil, que é um dos primeiros países que adotaram

este critério. É uma iniciativa que demonstra quanto tem diminuído entre nós o preconceito da incapacidade feminina, pois em todos os ramos de atividade, quer política, profissional, intelectual ou comercial, é apreciável a percentagem de mulheres, principalmente se considerarmos quanto é recente o feminismo brasileiro e se levarmos em conta a barreira quase intransponível que vinha sendo oposta às nossas mais legítimas aspirações.

Para Beata, a diplomacia deixara “de ser uma arte sutil e elegante; tornou-se positiva, prática, desenvolve-se principalmente no campo econômico e intelectual”. Ao elencar atributos femininos que auxiliam o desempenho das funções diplomáticas, afirma que [as mulheres]

[...] temos uma aversão espontânea a qualquer ideia de guerra. Nós nos chocamos, nos debatemos contra essa mentalidade que a considera um mal, mas um mal inevitável e empregaremos todos os meios que estiverem ao nosso alcance para que o pacifismo não seja um sonho e, sim, um fato.

Ela mesma se pergunta se seriam seus pensamentos utopias: “Por quê? E o Direito Internacional? Para que existe? Qual é seu fim? E os tribunais internacionais? E os tratados? São por acaso utopias? Ou representam já o fruto dessas ideias?”. Quando o repórter pede que ela compare a atuação da mulher à atuação do homem na diplomacia, ela é “sutil”, na avaliação do próprio repórter. Ela responde: “Naturalmente não quero dizer com isto que o homem não seria capaz de desenvolver uma atividade nesse sentido, nem estabelecer comparações [...]”⁷.

Nessa altura, em 1935, tanto Beata (25 anos), quanto Leontina (47 anos), estavam lotadas na seção dedicada aos “Serviços

7 *Diário da Noite*, 9 fev. 1935. Capa e p. 8. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Comerciais”, juntamente com outros cinco diplomatas, todos chefiados pelo Ministro de Segunda Classe Sebastião Sampaio⁸. Foi neste mesmo ano que Beata fez publicar vários poemas, um deles na *Gazeta de Notícias*, em 19 de maio, que vem, contudo, com o seguinte texto de apresentação sobre ela, “Beata Vettori, expressão do novo Brasil”. O autor se refere a ela como “uma dessas lindas garotas da nossa América, que com um sorriso são capazes de mudar o curso da doutrina de Monroe”. Refere-se a sua atividade como diplomata nos Serviços Comerciais nos seguintes termos textuais:

A gente custa até a se conformar com a seriedade do seu cargo de Cônsul do Brasil, quando a vê por entre os corredores do Ministério das Relações Exteriores, conversando a fundo com velhos e horríveis técnicos sobre assuntos de alta finança internacional. Mas Beata Vettori é assim. À primeira vista apenas uma deliciosa boneca de carne e osso que Deus pôs no mundo para colorir a sua criação. No fundo, porém, é a “Senhora Cônsul do Brasil”, pronta a responder às perguntas graves das firmas comerciais [...] Para nós, entretanto, [...] ela é uma magnífica poetisa que sabe deixar correr pela pista ilimitada da sua fantasia todas as nuances de uma delicada inspiração.

Segue-se o poema “O vento nos pampas”, que Beata dedicara à Argentina e que, segundo a apresentação, teria sido publicado também naquele país⁹.

O poema reflete, além de “delicada inspiração”, conceito que ela retomará em artigo publicado em 1937 a respeito de viagem que

8 Relatório apresentado ao Presidente da República pelo Ministro das Relações Exteriores, ano de 1935, volume 1. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1937, p. 35. Leontina nascera em 13/07/1887 e havia prestado serviços ao MRE antes de ser admitida, também em 1934, mas por concurso de títulos. FRIAÇA, op. cit., p. 108.

9 *Gazeta de Notícias*, 19 maio 1935. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

realizou por países da América do Sul, o de uma “raça nova” que se formava nas Américas, conceito que ganhava força no início dos anos 1930, com interpretações sobre a formação do Brasil, refletidas em obras como a de Gilberto Freyre (*Casa-Grande & Senzala*, 1933):

<p>[...] E o vento canta, canta, e loucamente dança o seu bailado de tormenta e de alegria expandindo, na fúria do seu gozo, um frêmito incontido de volúpia e a sensação tremenda de ser livre, de não mais encontrar barreiras no caminho, de não mais dispensar forças inúteis na luta inglória contra os impossíveis. O silêncio macio dos pampas solitários todo se enche de estranhas harmonias... Às dissonâncias se misturam gritos altos, cochilos e rumores.</p>	<p>O vento leva na sua voz a voz das Américas, une ao soluço triste das violas o ritmo largo das canções crioulas. Vibra, no ritmo da sua dança estranha, Toda a cadência de uma raça nova. [...] Quem me dera deitar-me sobre a terra para que a tua carícia me tomasse toda, num abraço macio, num beijo longo, onde vibrasse tudo o que absorveste no teu caminho para a liberdade.</p>
--	--

Naquele mesmo 1935, Beata publicaria ainda dois poemas no jornal *A Nação*: “Símbolo” e “Árvore Seca”, este último na capa de 10 de março do prestigioso suplemento dominical “*A Nação Ilustrada*”, em que figurava também um poema de Manuel Bandeira, “*Estrela da Manhã*”. Nesta última edição, há comentário do editor sobre ela:

No suplemento do domingo último publicamos a poesia “Símbolo”, firmada pela senhorita Beata Vettori. Hoje novamente as nossas colunas se enfeitam com outra produção dessa poetisa, que é, por sinal, funcionária

do Ministério das Relações Exteriores [...] a sua classificação, num dos primeiros lugares, deu-lhe prestígio extraordinário na Casa [...] A sua imaginação é servida por um grande preparo de humanidades, e os seus trabalhos, por isso, não têm o sentido vago dalguns poetas vazios. O que ela faz, no terreno intelectual, é fruto duma alta cultura [...].¹⁰

Em 1936, Beata participa de importantes eventos diplomáticos no Rio de Janeiro, como na recepção ao Chanceler Saavedra Lamas, da Argentina. O *Correio da Manhã* a nomeia entre as convidadas como Beata Vettori Esteves, nome que assumiu pelo casamento com o jornalista Nelson Esteves¹¹. Em julho do mesmo ano, podemos encontrar Beata e Guimarães Rosa convocados a auxiliar o Chanceler Macedo Soares em reunião e almoço oferecido ao professor e cientista político italiano Vittorio Putti, ocorrido no restaurante do Joá. Dos 20 participantes do almoço, todos homens, com a exceção de Beata, destaca-se a presença do Ministro de Educação e Saúde Pública, Gustavo Capanema. A fluência em italiano terá sido determinante para a presença de Beata naquele almoço¹². No ano seguinte, 1937, Beata seria designada para duas missões: em maio, é designada Secretária-Adjunta da II Conferência Sul-Americana de Radiocomunicações e, em agosto, integra a delegação brasileira à Conferência Pan-Americana de Técnica Aeronáutica, em Lima¹³.

As mulheres que haviam sido admitidas por concurso no Itamaraty passaram a se destacar na imprensa, particularmente em textos de defesa dos direitos da mulher, como o artigo assinado por Bertha Lutz, “A mulher na vida pública do Brasil”, em 1936:

10 *A Nação*, do domingo 3 e do domingo 10 mar. 1935. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

11 *Correio da Manhã*, 2 set. 1936. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

12 *Diário Carioca*, 28 maio 1936. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

13 *Almanaque do Pessoal do Ministério das Relações Exteriores de 1939*, editado em 1940, p. 166.

A diplomacia parece essencialmente indicada como campo de atividade ao espírito sutil da mulher. De fato, nela já alcançou ótimos resultados com o ingresso de oito senhoras na carreira consular, entre as quais se destacam as Sras. Odete de Carvalho e Souza, Leontina Licinio Cardoso, Vera Regina do Amaral, Zoraima de Almeida Rodrigues, Beata Vettori e outras mais em virtude do seu valor.¹⁴

De fato, a própria Beata engajara-se no movimento feminista brasileiro e tinha consciência da importância do seu papel como mulher na diplomacia. Em 1938, com a sua remoção para o Consulado-Geral do Brasil em Buenos Aires, ela se tornaria uma das primeiras diplomatas a exercer funções no exterior. O feito não deixou de ser notado e celebrado com a realização, em 24 de março de 1938, pela Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, de um chá em homenagem “à poetisa Maria Sabina de Albuquerque, pela publicação do seu livro *Entusiasmo*, que apresentará, e a Senhora Cônsul Beata Vettori, pela sua designação para o Consulado do Brasil em Buenos Aires”¹⁵. É possivelmente deste período a aproximação entre Beata e Carmen Portinho, uma das líderes do movimento feminista e reconhecida engenheira e arquiteta. Beata teria participação na criação do Museu de Arte Moderna do Rio, como veremos adiante. Em 1938, a remoção de Beata para Buenos Aires marcava, mais uma vez, o seu pioneirismo, tendo sido removida juntamente com outros colegas do mesmo concurso, como Guimarães Rosa, que iria para Hamburgo naquela ocasião. Antes de ser removida, contudo, ela fora promovida “por antiguidade” a Cônsul de Segunda Classe, o equivalente a Segundo-Secretário. Em Buenos Aires, assumiria

14 *A Nação*, 19 ago. 1936. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

15 *A Batalha*, 23 mar. 1938, p. 4. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Na mesma ocasião estariam presentes Lily Lages, Presidente da Federação pelo Progresso Feminino de Alagoas, e Maria Emilia Muller, da Federação Mato-Grossense.

interinamente a chefia do posto por pouco mais de um mês, em 1939, feito também dos mais relevantes¹⁶.

A presença de Beata Vettori em Buenos Aires, “primeira mulher do corpo consular lá sediado a ocupar o cargo de Cônsul”, nas palavras de Guilherme Friaça, autor do livro de referência *Mulheres diplomatas no Itamaraty (1918-2011)*, marcou não apenas o panorama diplomático bonaerense, mas também teve significado em questão administrativa das mais relevantes: ela solicita, em 1942, ainda em Buenos Aires, o pagamento de auxílio familiar, no valor de 15% sobre o salário, por conta do marido. O pedido contou com parecer favorável do Consultor Jurídico do Itamaraty, Sebastião do Rego Barros. Entretanto, parecer do Chanceler Osvaldo Aranha, em despacho ao Presidente de República, indica que “o deferimento do pedido ‘constituiria precedente que reputo desaconselhável e inconveniente a administração’”. O processo, como bem apurado por Guilherme Friaça, vai antes ao DASP¹⁷, onde recebeu parecer do então chefe, Luis Simões Lopes, contrário “à igualdade de direitos entre mulheres e homens”. Àquela altura, após reorganização administrativa do MRE, o ingresso de mulheres na carreira diplomática estava proibido¹⁸.

Os prejuízos às carreiras de mulheres na família de Beata não se restringiam a ela própria. Em 1949, Yolanda Lúcia Vettori, irmã

16 *Correio da Manhã*, 5 mar. 1938; *Diário Carioca*, 5 mar. 1938. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Almanaque do Pessoal do Ministério das Relações Exteriores, Rio de Janeiro, 1944, p. 229. A primeira diplomata removida para exercer funções no exterior terá sido Wanda Vianna Rodrigues no Consulado-Geral em Paris, em 1928. Zoraima de Almeida Rodrigues havia assumido a chefia interina do Consulado em Liverpool anteriormente. FRIAÇA, op. cit, p. 85 e 91. Sobre a promoção ver *Diário Carioca*, 18 fev. 1938 e Almanaque do Pessoal do MRE 1938 (editado em 1939), p. 122.

17 O Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) foi um órgão público do governo federal brasileiro, criado pelo Decreto-lei nº 579, de 30 de julho de 1938, durante o governo de Getúlio Vargas.

18 FRIAÇA, op. cit, p. 115 e seguintes. O parecer de Simões Lopes traz trechos como: “[...] a lei, porém, não deve ser apreciada pelo seu sentido literal, mas pelo espírito que a ditou; [...] o legislador ao incluir no citado Decreto-lei o dispositivo a que se faz alusão, teve por finalidade proporcionar um auxílio a manutenção da família, que, na forma da nossa legislação, compete ao marido prover, como chefe que é da sociedade conjugal [...]”.

mais nova de Beata e arquivologista concursada no Itamaraty, foi exonerada por casar-se com Itajuba de Almeida Rodrigues, um diplomata. Impetrou Mandado de Segurança (nº 1.322), que foi julgado no Supremo Tribunal Federal em 23 agosto de 1950. O relator do caso foi Luiz Gallotti, que solicitou informação ao Executivo. Parecer do então Chanceler Raul Fernandes, contrário ao pleito, afirma: “[...] Boa ou má – não importa indagar – a razão da lei é que a união matrimonial de um diplomata com pessoa pertencente ao Serviço Público é inconveniente. A funcionária nessas condições sabe que deve exonerar-se e, virtualmente, opta pelo casamento contra o emprego [...]”¹⁹.

OS ANOS 1940

Removida de volta à Secretaria de Estado, Beata se apresenta no Itamaraty em 16 de outubro de 1942 e é lotada na Divisão Econômica e Comercial, chefiada então pelo Cônsul-Geral Mário Moreira da Silva. Como colegas teria os Cônsules Wladimir Murтинho e Geraldo Eulálio do Nascimento e Silva. Em 1943, passa a trabalhar no Serviço de Comunicações, subordinado ao Departamento de Administração. Torna-se, em 1944, chefe da Seção do Arquivo, seu primeiro cargo de chefia na Secretaria de Estado²⁰. Nessa condição é indicada assessora da Comissão Preparatória das Comemorações do Centenário do Barão do Rio Branco²¹.

Esses menos de dois anos no Rio de Janeiro se encerraram com a declaração de desquite, em 6 de março de 1945, e a remoção para a Embaixada do Brasil em Bruxelas, como Segunda-Secretária, para o período de 1945 a 1948. Este período é particularmente

19 Acórdão do STF, de 23/08/1950, ao Mandado de Segurança nº 1.322, impetrado por Yolanda Lúcia Vettori Almeida Rodrigues.

20 Artigo 4º da Lei nº 3917, de 14 de julho de 1961. A Secretaria de Estado é o órgão central do MRE e orienta, coordena e superintende as Missões Diplomáticas e Repartições Consulares.

21 Almanaque do Pessoal do Ministério das Relações Exteriores de 1944 (editado em 1944), p. 229.

importante na carreira da Secretária Vettori por ter ela participado como representante do Brasil nos Congressos Internacionais de Mulheres ocorridos em Paris nos anos de 1945 e 1946. Na edição do Almanaque do Pessoal do Ministério das Relações Exteriores de 1971, último em que ela pode influir em sua própria biografia funcional, observa-se a retificação que menciona a participação nos dois encontros como representante do Brasil e o acréscimo de menção a sua participação na edição do Congresso no ano de 1947 “como representante das Associações Femininas do Brasil”. A informação, adicionada provavelmente por ela mesma antes de se aposentar, é reveladora do engajamento no movimento feminista dos anos ‘40 e das relações que mantinha com suas lideranças, uma vez que recebeu a incumbência de participar, no Congresso de 1947, não mais como representante do Brasil e, sim, dos movimentos feministas brasileiros²². Assinou o convite para a participação de Beata no Congresso de 1947 a Secretária-Geral do Comitê Brasileiro de “l’Entente Mondiale pour la Paix”, Déa Paranhos, em carta endereçada ao então Ministro das Relações Exteriores, Raul Fernandes.

A intervenção de Beata no Congresso de 1945 pode ser encontrada na edição das atas do evento, ocorrido entre 26 de novembro e 1º de dezembro de 1945. Estavam presentes 850 delegadas de 40 países e de 181 organizações que representavam 81 milhões de mulheres. O evento no Palais de la Mutualité foi seguido de ato aberto no Vélodrome d’Hiver com a presença de mais de 10.000 mulheres. Com o título “A situação social, econômica e jurídica da mulher”, Beata Vettori apresenta-se como representante da Federação Brasileira para o Progresso Feminino, entidade maior de representação dos interesses das mulheres e que tinha em Bertha Lutz e Carmen Portinho líderes reconhecidas. Inicia sua intervenção falando da luta contra o fascismo no Brasil:

22 Almanaque do Pessoal do Ministério das Relações Exteriores de 1971, p. 178. FRIAÇA, op. cit., p. 117.

[...] Os movimentos que se agrupavam sob ideologias mais ou menos camufladas e que pretendiam criar no Brasil uma atmosfera militarista e opressiva, à qual nosso espírito nacional não está acostumado; os movimentos que pretendiam transformar a orientação da nossa juventude e da nossa infância, pregando um nacionalismo *à outrance*, custe o que custar, que estava longe de ter suas raízes nas tradições de nossa história, plena de exemplos de soluções pacíficas para todos os problemas internacionais e sobretudo para questões de fronteira, esses movimentos foram por longo tempo combatidos e finalmente derrotados.

Habitadas a uma política de paz e de liberdade, as mulheres brasileiras não podem suportar semelhante atmosfera de exaltação do poder militar, nem a falta de liberdade que era o resultado natural da política em questão. [...]

Beata se refere às eleições que se realizariam naquele ano e à importância de que mulheres fossem eleitas. Defende a atuação das mulheres brasileiras, seu papel na educação e o aumento do número de estudantes universitárias e em profissões liberais. Entretanto:

[...] o preconceito contra o trabalho feminino ainda existe no Brasil. É um obstáculo de ordem moral que nos obriga a estar sempre alertas para defender nossos direitos. Esperamos vencê-lo com a nossa tenacidade e pela demonstração prática de nossa capacidade de trabalho e de realização.

Assim o nosso desejo de ter representantes no parlamento se baseia sobretudo na necessidade de vigilância e de aperfeiçoamento da legislação, não esquecendo que, por uma estranha aberração comum a quase todos

os países latinos, a mulher deve ainda conquistar, no Brasil, a igualdade de direitos civis, para ter uma situação no casamento que lhe permita administrar seus bens livremente e intervir na educação de seus filhos sem depender de seu marido [...].²³

Em Bruxelas, entre 1945 e 1948, a Secretária Beata Vettori fez trabalho relevante, reconhecido pelo governo belga ao lhe outorgar a Ordem de São Leopoldo, no grau de cavaleiro²⁴. Foi igualmente reconhecida por todos os seus chefes no posto, que exaltaram suas qualidades superiores de inteligência, tato, cultura, conhecimento aprofundado do serviço, hábitos sociais e consciência da responsabilidade. Pôde participar, em Paris e Bruxelas, dos três grandes encontros feministas da década e foi finalmente transferida para o Consulado-Geral em Londres, em 1948.

Em outubro do mesmo ano, seis meses após sua chegada, jornal da Câmara de Comércio Brasileiro publicou matéria sobre Vettori na qual elogia suas habilidades linguísticas, capacidade laboral e eficiência, e destaca seu particular interesse pelas artes. Ainda segundo a matéria:

Através da pesada onda de aumento de trabalho trazida ao Consulado-Geral este ano pela revisão da política brasileira de licenças de comércio exterior, ela dá ao restante da equipe um exemplo de trabalho árduo e concentração raramente igualado. É como se um novo espírito orientador tivesse diminuído as dificuldades da equipe.²⁵

23 Congrès International des Femmes. Compte rendu des travaux du Congrès qui s'est tenu à Paris du 26 novembre au 1er décembre 1945. Paris: Fédération Démocratique Internationale des Femmes, 1945, p. 231-233. Tradução nossa do original em francês.

24 *Correio Braziliense*, 14 ago. 1974. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

25 *Journal of the Brazilian Chamber of Commerce*, 1948. Tradução nossa do original em inglês.

O ano de '48 reuniu importantes fatos na vida de Beata para além da remoção para novo posto e da promoção, por antiguidade, a Cônsul de Primeira Classe, ocorrida em 20 de março: ela perde o pai, Angelo Vettori, em maio. A nota publicada no *Correio da Manhã*, em que se convida para a missa de sétimo dia, é assinada por Teresa, sua mãe, e pelos irmãos: Odoardo, Aldo, Yolanda “e família”. O nome de Beata aparece com a seguinte informação “(ausente)”. Não seria demais supor a angústia que deverá ter sentido ao não poder participar de momento tão importante da sua vida familiar, característica de profissão que exige longos períodos de afastamento do Brasil²⁶. A partir de 1948, Beata passou a apoiar, emocional e financeiramente, a mãe viúva, que a acompanhou em alguns de seus postos no exterior até falecer, em 1981.

Desses anos '40, importante registro foi documentado em fotografia pela revista *Careta*: almoço oferecido no Claridge's Hotel pela Câmara Brasileira de Comércio em Londres para despedir o Ministro Ildefonso Falcão, removido para Atenas. Dos 17 convidados que aparecem na foto, uma mulher apenas, a Cônsul-Adjunta do Brasil²⁷. Beata assumiria provisoriamente a chefia do Consulado-Geral em Londres em duas ocasiões, em 1948 e em 1951²⁸.

OS ANOS 1950

Ao regressar ao Rio de Janeiro, em 1951, promovida a Conselheira, Beata já consolidara sua posição e suas conexões com o movimento feminista brasileiro e era por ele reconhecido por seu papel como uma das primeiras diplomatas, inclusive por ter assumido, ainda que provisoriamente, a chefia dos consulados em

26 Almanaque do Pessoal do Ministério das Relações Exteriores 1948 (editado em 1949), p. 258. *Correio da Manhã*, 13 maio 1948. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

27 *Careta*, nº 2.086, de 19 jun. 1948. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

28 Almanaque do Pessoal do Ministério das Relações Exteriores de 1948 (editado em 1949), p. 259. Anuário do Ministério das Relações Exteriores de 1952, p. 283.

Buenos Aires e em Londres. No arquivo da poeta e líder feminista Ana Amélia Carneiro de Mendonça encontra-se documento que relaciona “proeminentes mulheres brasileiras” entrevistadas pela jornalista Marinette Bouças Tompkins: da relação constam, entre outras, além de Beata Vettori, única diplomata, a piloto Anésia Pinheiro Machado; a líder feminista e parlamentar Bertha Lutz; a poeta Rosalina Coelho Lisboa; a própria Ana Amélia, escritora, ativista, feminista, tradutora e apaixonada por futebol. Estar nessa lista indica claramente o reconhecimento público de que gozava Beata, exercendo naquela altura a função de chefe da Secretaria do recém-criado Instituto Rio Branco (IRBr)²⁹. O reconhecimento público de Vettori também se repetia no meio cultural: convidada a assistir à inauguração da primeira Bienal de São Paulo, com a comitiva oficial, a diplomata foi temporariamente dispensada de suas funções para participar do evento no final de outubro de 1951³⁰.

Ainda em 1951, Beata se torna a representante do Instituto Rio Branco no Instituto de Educação, Ciência e Cultura (IBECC), que funcionava como comissão nacional da UNESCO no Brasil. Criado em 1946 e diretamente vinculado ao Itamaraty, o IBECC era composto por diretoria e conselho deliberativo com 40 membros, dentre diplomatas e representantes dos “segmentos intelectuais, políticos e científicos, bem como um grupo de representantes de 120 instituições [...] ligadas à educação, à ciência e à cultura”³¹. Outras tarefas a que se dedicou no Instituto Rio Branco, a partir de 1952, foram a coordenação da banca examinadora para o concurso de

29 FGV/CPDOC/AACM mf 1936.03.11 (1). A conhecida crítica Barbara Heliodora era filha mais nova entre três irmãos do casal Marcos e Ana Amélia Carneiro de Mendonça. Anuário do Ministério das Relações Exteriores de 1952, p. 283.

30 Arquivo do Ministério das Relações Exteriores, Brasília.

31 ABRANTES, Antonio Carlos Souza de; AZEVEDO, Nara. O Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura e a institucionalização da ciência no Brasil, 1946-1966. *Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.*, Belém, v. 5, n. 2, maio/ago. 2010, p. 476 (469-489). Anuário do Ministério das Relações Exteriores de 1952, p. 283.

admissão, assessoramento técnico à banca examinadora de Geografia Econômica, presidência da banca examinadora de Francês e Inglês para candidatos a bolsas de estudo da UNESCO, assessoramento da banca examinadora de Política Econômica e Direito Internacional Privado, assessoramento da banca de Inglês para o concurso de admissão à carreira de diplomata entre outras funções relativas à vida acadêmica do IRBr, que, em seu conjunto, demonstram claramente o seu preparo e a sua capacidade intelectual e de trabalho em setor dos mais sensíveis do Ministério³².

O ano de 1952 nos traz duas imagens de Beata que merecem a atenção mais detida dos leitores por revelarem, por seu contraste, não uma, mas duas Beatas: a primeira era a diplomata em função numa academia diplomática que não admitia mulheres, o Instituto Rio Branco; a segunda era a diplomata que circulava nos meios culturais do Rio de Janeiro e que teve papel ativo no projeto de criação do Museu de Arte Moderna (MAM). A primeira Beata aparece nas fotografias do Conselheiro Beata Vettori, sem flexão de gênero, como era costume na época, em edição de agosto de 1952 da *Revista do Serviço Público*. Única diplomata mulher entre diplomatas homens, Beata chama a atenção pelo modo de vestir contido e o sorriso prestativo de chefe da Secretaria do Instituto Rio Branco, onde as mulheres tinham o ingresso impedido por lei. Em uma delas, atende o telefone da mesa do Embaixador Lafayette de Carvalho e Silva, então Diretor do IRBr, que se concentra na leitura de documentos sob o olhar da professora Marina de Barros Vasconcelos. A segunda Beata pode ser vista em fotografia do *Correio da Manhã*, de 6 de julho de 1952, na abertura de exposição da obra de Goya no MAM: ao lado do escritor Antonio Callado, que conhecera na Europa nos anos '40, conversa com o responsável pela mostra, Julio Prieto. Vestindo um *tailleur* escuro e uma faixa na cabeça, Beata aparece fumando. As diferentes

32 Anuário do Ministério das Relações Exteriores de 1953, p. 293.

imagens de Beata, de meados de 1952, podem bem representar o que significava a vida da mulher diplomata no ambiente de trabalho, em instituição que legalmente impedia o ingresso de mulheres³³.

Sublinhe-se que Beata teve papel relevante nos primeiros passos do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, como se pode verificar por diversas matérias que sempre a citam como presença constante e como membro do Conselho Deliberativo da instituição. Para que se tenha ideia, ela fazia parte de Conselho que contava com os seguintes integrantes “todos diretamente interessados no movimento renovador das artes no Brasil”: Raymundo Castro Maya, San Tiago Dantas, Niomar Moniz Sodré, Carmen Portinho, Walter Moreira Salles, Lauro Salazar Regueira, Maria Barreto, Augusto Frederico Schmidt, Maria Martins, Paulo Bittencourt, Rodrigo Mello Franco de Andrade, Vinicius de Moraes, António Moniz Viana, Lúcio Costa, João Soares Sampaio, Leonídio Ribeiro, Boulitreau Cardoso, Cydriano Amoroso Costa, Carlos Piazza Ribeiro, Francisco Matarazzo Sobrinho, Assis Chateaubriand, Jorge Maia, Paulo Carneiro, Roberto Marinho, João Guimarães Rosa, Aloyado de Paula, Beata Vettori, João Carlos Vital, Gustavo Capanema e Juscelino Kubitschek de Oliveira, conforme lista exaustiva publicada pelo *Correio da Manhã*, que trazia em matéria de capa os detalhes da inauguração do MAM, ocorrida em 15 de janeiro de 1952³⁴.

As relações de Beata com escritores e escritoras remetem, ainda nos anos 1940, a sua correspondência com Cecília Meireles. Embora, infelizmente, não tenhamos tido acesso às cartas, há referência a

33 VESENTINI, Maria. A futura universidade diplomática da América Latina. *Revista do Serviço Público*, ago. 1952, p. 118-128. *Correio da Manhã*, 6 jul. 1952. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Sobre a relação entre Beata Vettori e Antonio Callado, ver o artigo de Callado intitulado “Quando a França passava um ‘saison en enfer’”, publicado no *Correio da Manhã*, 22 jan. 1950, quando o autor recorda o inverno de 1945 em Paris e as refeições que fez com Beata, Sergio Frazão e Jonas Carneiro Leão. Recordemos que Beata participou, em Paris, naquele inverno de ‘45, do Congresso Internacional de Mulheres, acima referido.

34 *Correio da Manhã*, 16 jan. 1952. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

sua existência em artigo publicado, em 1988, no *Bulletin of Spanic Studies*. Em *The absent body: female signature and poetic convention in Cecília Meireles (O corpo ausente: assinatura feminina e convenção poética em Cecília Meireles)*, Marta Peixoto refere carta escrita por Cecília a Beata e transcreve:

Em carta inédita, de 3 de julho de 1946, Cecília Meireles escreve para Beata Vettori:

“... sua amiga, que eu pensava que era um homem, tão bem escreve. Desculpe-me dizer assim, mas os homens nos convenceram de que não prestamos mesmo para nada, e neste mundo feito por eles – e já vimos como está bem feito! – temos que falar segundo as suas convenções”.

O trecho finaliza com a remissão a uma nota de final de texto em que se pode ler textualmente: “Letter in possession of Beata Vettori, quoted by her permission. I would like to thank her for allowing me to read *all the letters* Cecília Meireles wrote to her” (grifo nosso)³⁵.

Outro aspecto dos mais relevantes em Beata Vettori foi o seu gosto e talento para a tradução. É de 1952 a versão para o francês que Beata faz do 11º capítulo do livro *A cidade sitiada*, de Clarice Lispector, intitulado “Os primeiros desertores”, que ficaria com o novo título de “Persée dans le train” [Perseu no trem], publicado na prestigiosa revista literária francesa *Roman*, dirigida por Pierre de Lescure e Célia Bertin. Essa relação entre as duas seguiria pelos anos seguintes. Beata correspondeu-se com Clarice e intermediou a tradução e publicação na França de *Perto do Coração Selvagem*. Em carta escrita, de Washington, a Pierre de Lescure, em 20 de junho de 1954, afirma Clarice:

35 PEIXOTO, Marta. The absent body: female signature and poetic convention in Cecília Meireles. *Bulletin of Spanic Studies*, LXV, 1988, p. 87-100. “Carta de propriedade de Beata Vettori, citada com sua permissão. Gostaria de agradecê-la por me autorizar a ler todas as cartas escritas por Cecília Meireles a ela” (tradução nossa).

Devo informar também, quanto a Beata Vettori, que ela me enviou uma carta, em outubro de 1953, em que me pedia autorização urgente, por telegrama, para enviar o exemplar brasileiro de “P.C.S.” para a Plon, porque nossa amiga não podia se ocupar da tradução nas novas circunstâncias de sua vida, diante do atraso da Plon.

Sim, porque Beata, que era amiga de Lescure, assumira naquela altura a sua primeira chefia de posto no exterior, o consulado do Brasil em Cardiff. Em 7 de março de 1955, diz Clarice: “Há poucos dias recebi de Beata Vettori uma carta em que ela fala bastante do senhor com grande amizade. Espero que também nos encontremos um dia na França”³⁶. O papel de Beata na divulgação da obra de Clarice no exterior é reconhecido por Jean-Claude Lucien Miroir, em seu artigo “Clarice Lispector e seus tradutores: da fúria à melodia” (2016):

Atribui-se a primeira tradução de Clarice Lispector a Denise-Teresa Moutonnier, considerando-se o “primeiro tradutor”, conforme Berman (1995), aquele que verte pela primeira vez uma obra completa de um escritor para uma língua estrangeira. No entanto, as tentativas de divulgação anteriores, como as realizadas por Beata Vettori, em 1952 – em colaboração editorial com o escritor brasileiro Paulo Mendes Campos – precisam ser tomadas em consideração para se entender o processo de divulgação e de recepção da obra de Clarice Lispector no exterior.

Sobre a competência linguística de Beata, afirma Miroir:

A referência às competências linguísticas se faz, doravante, necessária, pois Beata Vettori traduziu do português para o francês, apesar de esta não ser sua

36 MIROIR, Jean-Claude Lucien. Clarice Lispector e seus tradutores: da fúria à melodia. *O eixo e a roda*, Belo Horizonte, v. 25, n. 1, 2016, p. p. 63-64 (61-85). LISPECTOR, Clarice. *Todas as cartas*. 1. ed. Rio de Janeiro: Rocco Digital, 2020. Infelizmente não chegaram aos nossos dias as cartas referidas por Clarice.

língua materna, demonstrando um excelente domínio da língua de chegada, empregando um registro linguístico tão formal quanto o estilo redacional de Denise-Teresa Moutonnier [...].³⁷

Teria sido, portanto, a designação, ocorrida em 1953, para chefiar o primeiro posto em sua carreira, o Consulado do Brasil em Cardiff, que impedira Beata de assumir a tradução de *Perto do Coração Selvagem*, priorizando suas funções diplomáticas.

De volta ao Reino Unido, onde permaneceu por seis anos, Vettori não passou despercebida no desempenho de suas funções no País de Gales: primeira mulher a assumir funções consulares no país, ela foi eleita decana do corpo consular em 1956. Seu trabalho de promoção comercial foi traduzido em aumento da tímida importação brasileira de aço e carvão durante os anos em que esteve à frente do Consulado em Cardiff. Escolas, institutos de estudos para mulheres, universidades e outras organizações civis serviram de plataforma para a promoção da imagem do Brasil no país – ações de divulgação cultural realizadas em parceria com a universidade de Cardiff registraram alcance de milhares de pessoas, marcos pouco usuais na época. A “petite vivacious”³⁸ Beata Vettori despediu-se de Cardiff em 1959, tendo deixado a galesa Dora Tucker temporariamente responsável pelo consulado, motivo de particular orgulho para a população local³⁹.

Seu retorno ao Brasil é marcado por temas e experiências administrativas relevantes. Após assumir a chefia da Divisão de Comunicações (DCA) por quatro meses, em 1959, Beata é nomeada

37 MIROIR, op. cit., p. 63-65. Ainda se pode encontrar a seguinte referência de grande relevância para o papel de Beata: “Como ‘prototradutora’ clariciana, o papel de Beata Vettori no processo editorial despertou o interesse da editora Plon em traduzir integralmente o romance de estreia de Clarice Lispector, *Perto do coração selvagem* (1943), originalmente intitulado *Fúria e melodia* (GOTLIB, 2007, p. 152 e 509)”, p. 67.

38 “A pequena vivaz”, tradução nossa.

39 BRAZIL has its “hiraeth”. *The South Wales Echo*, 4 mar. 1959. Arquivo do Ministério das Relações Exteriores, Brasília.

chefe da Divisão de Pessoal (DP), em substituição a Azeredo da Silveira. É no seu período à frente da DP que impetra, junto ao Supremo Tribunal Federal, mandado de segurança contra o que entende ter sido ato ilegal do Presidente da República. Segundo a petição⁴⁰, o Presidente havia promovido outro diplomata em vaga que lhe tocava, solicitando-se, por isso, a anulação do ato e a promoção dela, Beata, com efeitos retroativos a 5 de outubro de 1953. Segundo a argumentação, houve falha na aplicação de dispositivo que garantia promoção para a classe “N” (equivalente a Ministro de Segunda Classe, penúltima classe da carreira diplomática) por critério de antiguidade de uma a cada cinco vagas. O então Ministro das Relações Exteriores, Horácio Lafer, defende a legalidade do questionado ato de promoções, junto ao Presidente da República⁴¹. Com a sua promoção à classe “N” da carreira diplomática, em 8 de outubro de 1960, Vettori desiste do pleito.

O Ministro Horácio Lafer, contudo, não hesitou em designar Vettori para exercer, interinamente, as funções de Diretora do poderoso Departamento de Administração, nos impedimentos de seu chefe, Azeredo da Silveira. Nessa posição, ela preside o grupo de trabalho que discutia a transferência do Itamaraty para a nova capital federal. Sem que tenha tido a oportunidade de testemunhar a mudança da Secretaria de Estado, que só ocorreria em 1969, Vettori, uma vez mais, chega à Grã-Bretanha, agora como Cônsul-Geral em Londres.

OS ANOS 1960

Beata exercia sua função em Londres, onde permaneceu de meados de 1961 a outubro de 1963, de forma ampla, para além do que hoje se entende por atividade estritamente consular. Há

40 Arquivo do Ministério das Relações Exteriores, Brasília.

41 Arquivo do Ministério das Relações Exteriores, Brasília.

registros de matérias assinadas em revistas, palestras e discursos da Cônsul-Geral sobre o ambiente e as oportunidades comerciais do Brasil na London Chamber of Commerce, em estímulo para que empresas britânicas buscassem o país⁴². Comunicação de 1961 revela, ainda, que Beata era ciosa das competências do consulado em face da instalação, em Londres, de escritório local do Serviço de Expansão e Propaganda Comercial do Brasil (SEPRO). Ela solicita: “Muito agradeceria, pois, uma orientação clara e definitiva sobre as atividades que este consulado-geral deve exercer no que diz respeito ao apoio aos comerciantes”, pedido apresentado após recordar a competência do consulado de “servir de instrumento à penetração comercial do Brasil e estimular investimentos de capitais privados”⁴³.

Na promoção da imagem do Brasil, ativamente exercida por Beata, chama a atenção discurso, em 1963, a cerca de 300 oficiais das Forças Armadas britânicas em seminário sobre “Trends in Brazilian Policy”, organizado pelo Royal Institute of Foreign Affairs. Além de fazer apanhado sobre a história, cultura e economia do país, a Cônsul-Geral marca o ineditismo do momento:

É a primeira vez, em meus 27 anos como diplomata, que estou frente a frente tantos oficiais. Devo confessar que, de início, me senti bastante intimidada por ter sido escolhida para falar com “as Forças”. Não porque vocês mesmos sejam assustadores [...], mas porque as mulheres geralmente não têm oportunidade de tratar com grupos de homens.⁴⁴

42 Alguns exemplos figuram de comunicação do consulado, como palestra, em 3 de março de 1962, “Exporting to Brazil” e seminário, em 23 de maio de 1963, “Behind the headlines in Latin America”, bem como publicação na revista *Marketing*, em agosto de 1963, “Investing in Brazil”. Arquivo do Ministério das Relações Exteriores, Brasília.

43 Consulado-Geral em Londres, 156/801.2/1961/4. Arquivo do Ministério das Relações Exteriores, Brasília.

44 Comunicação de 5 de fevereiro de 1963. Arquivo do Ministério das Relações Exteriores, Brasília. “It is the first time, in my 27 years as a diplomat, that I have faced so many officers. I must confess that,

Ainda durante seu período em Londres, a Cônsul facilitou a ida do jornalista Adrian Cowell ao Xingu, a pedido de Sir David Attenborough⁴⁵, então editor de programas de viagens da BBC. Cowell acabaria por filmar, por 50 anos, a região amazônica e seus povos, tornando-se referência para o cinema socioambiental mundial.

Ao partir para Dusseldorf, em dezembro de 1963, Beata dava continuidade ao trabalho consular – até então, o exercício em consulados ocupara a quase totalidade de sua experiência profissional no exterior. A década de '60, em particular, seria dominada por posições de chefia de consulados, a saber, no Reino Unido, na Alemanha e, de 1965 a 1968, na França.

Como ocorrera em Buenos Aires e Cardiff, a chegada de Beata Vettori a Dusseldorf foi marcada pelo ineditismo: ela era a primeira mulher a assumir consulado na cidade, fato que não escapou aos olhos da imprensa local. Em 21 de janeiro de 1964, o *Dusseldorfer Nachrichten*⁴⁶ traz foto de Beata a ilustrar matéria, “Uma mulher representa o povo brasileiro”, em que a diplomata fala de suas prioridades à frente do Consulado-Geral: ampliar as relações comerciais, de que é exemplo as exportações brasileiras de minério de ferro, e a cooperação cultural, então facilitada por voos da Lufthansa e Panair. Ao noticiar a chegada de Beata, o *Dusseldorfer Stadtpost*⁴⁷ afirma: “O círculo de Dusseldorf conta agora com uma nova aquisição: charme feminino”. A expectativa criada por afirmações como “as mulheres são os melhores diplomatas” e “no Brasil, a presença de

at first, I felt rather intimidated for having been chosen to speak to 'The Forces'. Not because you yourselves are frightening [...], but because women usually do not have the opportunity of dealing with groups of men” (tradução nossa).

45 Carta de 13 de julho de 1961. Arquivo do Ministério das Relações Exteriores, Brasília.

46 EINE Frau vertritt das brasilianische Volk. *Dusseldorfer Nachrichten*, 21 jan. 1964. Arquivo do Ministério das Relações Exteriores, Brasília.

47 FRAU Generalkonsulin lassen bitten... *Dusseldorfer Standpost*, 3 jan. 1964. Arquivo do Ministério das Relações Exteriores, Brasília.

mulheres na carreira não é um fato extraordinário”, acaba por não se fazer refletir na matéria, que se resume em dizer poucas palavras sobre os interesses profissionais de Beata e perguntar-lhe sobre eventual interesse em compras nas ruas comerciais de Dusseldorf.

Menos de um ano após completar 30 anos de carreira diplomática, Beata assume o Consulado-Geral em Paris, onde ficaria por três anos, até meados de 1968⁴⁸. Ela foi a primeira diplomata mulher a exercer a função de Cônsul-Geral em Paris, tendo desempenhado não apenas o que se entende hoje por funções consulares, mas também de promoção comercial e cultural. Acabou por auxiliar no processo sucessório do pintor brasileiro Antonio Bandeira, falecido na capital francesa em outubro daquele ano. A riqueza de seu círculo aparece registrada em foto de 16 de setembro de 1967 publicada na revista *Manchete*: na imagem, o pintor Franz Krajberg oferece brinde no Consulado brasileiro em Paris, após casar-se com Alba Regina Peltier de Queiros; estavam também presentes Adolpho Bloch e Beata⁴⁹.

CRENCIAIS 1968-1971

Apesar de nunca ter sido promovida a Ministra de Primeira Classe⁵⁰, Beata Vettori apresentou credenciais⁵¹ aos governos do

48 Beata Vettori foi condecorada pela Ordre National de la Légion d'Honneur no grau de Oficial, após três anos como Cônsul-Geral em Paris, figurando na lista diplomática do Quai d'Orsay como Ministro Plenipotenciário, encarregado dos assuntos consulares junto à Embaixada do Brasil. Arquivo do Ministério das Relações Exteriores, Brasília.

49 Apud WALTERS, Roberta Lanese. *Frans Krajberg*: art in defense of the forest. Dissertação. Texas Tech University, 1999, p. 73.

50 Teresa Capra Vettori envia carta ao Presidente da República, em 13 de março de 1971, em que pede a promoção da filha, “a mais antiga da Casa”, ao último posto da carreira diplomática, baseada na sua atuação de brilho e patriotismo em seus 36 anos de carreira.

51 Segundo o Manual de Redação Diplomática do Itamaraty (2016), trata-se de documento assinado pelo chefe de Estado que designa um novo chefe de missão diplomática de seu país junto ao governo de outro país. A carta credencial assinada pelo chefe de Estado comunica a nomeação do agente diplomático, indicando o objeto de sua missão e as funções que lhe são confiadas. É redigida em forma solene, devidamente selada e autenticada; é assinada pelo chefe de Estado e referendada pelo Ministro das Relações Exteriores. É impressa em papel duplo, com armas douradas, e acompanhada

Equador, do Senegal e da Mauritânia, países em que desempenhou funções de Embaixadora plena e obteve, dos respectivos governos, o devido reconhecimento. Tanto no Equador quanto na Mauritânia, Beata foi agraciada com condecorações de relevo – no último caso, sem que tivesse sequer atendido aos requisitos temporais de praxe para receber a homenagem de Grã-Comendador da Ordem Nacional.

A passagem de Beata por Quito, de 1968 a 1970, contribuiu para o adensamento das relações bilaterais e maior presença do Brasil no cenário equatoriano, presença especialmente relevante no contexto do estabelecimento do Pacto de Cartagena em 1969, das disputas territoriais entre Equador e Peru e do especial interesse equatoriano em fortalecer sua dimensão amazônica. Além de reconhecidas habilidades sociais e prestígio pessoal, de que é exemplo o desenvolvimento de relação de proximidade com o Presidente Velasco Ibarra, seus ministros e representantes do corpo diplomático, jornalístico e cultural local⁵², Beata Vettori acompanhou de perto assuntos políticos e econômicos caros ao Brasil.

Defendia a importância do engajamento brasileiro no projeto da via interoceânica, entre o Equador e o norte do Brasil, especialmente diante de sinais de interesse de participação aumentada de atores estrangeiros nas negociações. Considerando cenário de eventuais dificuldades de financiamento, por exemplo, afirmou, em 1970, que abandonar o projeto seria renunciar a 12 anos de progressos nas relações entre os dois países e fazer regredir as atividades brasileiras no Equador a uma função de pura representação⁵³. Ponderava,

de tradução não oficial. É comum referir-se às “cartas”, no plural, uma vez que a carta credencial costuma ir acompanhada da carta revocatória, referente à revogação da acreditação do chefe de missão antecessor.

52 Segundo Rubens Ricupero, em entrevista concedida aos autores por vídeo no dia 24/10/2022, Beata era muito respeitada em Quito. Seu prestígio pessoal fazia com que ocupasse posição que transcendia o poder usual de representante do Brasil no país.

53 Arquivo do Ministério das Relações Exteriores. Brasília.

además, que o projeto era de importância histórica para o Equador e que “abrirá à colonização pelo excedente demográfico da Serra mais de 2 milhões de hectares de terras férteis e tornará possível a ocupação efetiva e o acesso às riquezas minerais de 100 km², metade do território equatoriano, atualmente de posse precária”. Além disso, Beata revitalizou a comissão mista bilateral, que realizou sua segunda edição em 1968, 10 anos após o primeiro encontro.

Exemplo de atuação no campo econômico encontra-se refletida em comunicação da Embaixada brasileira em Quito, de 25 de junho de 1970, após sua partida do Equador⁵⁴. O telegrama remete cópias de notas e recortes da imprensa equatoriana que documentam os esforços empreendidos pela Embaixadora, até os últimos dias de sua missão naquele país, a fim de promover a abertura do mercado equatoriano para o gado zebuino exportado pelo Brasil.

No campo cultural, Beata foi responsável direta pela cooperação educacional e intercâmbio de estudantes de graduação e pós-graduação e pela instalação do Centro de Estudos Brasileiros no Equador, instâncias fundamentais para multiplicação da cultura brasileira junto aos meios intelectuais equatorianos. Buscou, además, garantir a participação brasileira nas Festas de Quito, uma das comemorações mais importantes que se realizavam no Equador e que, segundo ela mesma, extravasariam dos limites do que se convencionava considerar um “acontecimento cultural”⁵⁵. Em 1968, o grupo “folclórico” brasileiro Olodum conquistou aí o troféu “Ruminhahui de Oro”⁵⁶.

A marca deixada pela Embaixadora Vettori no Equador também se revela na repercussão de sua partida, em 1970, objeto de numerosas

54 Arquivo do Ministério das Relações Exteriores. Brasília.

55 Comunicação de 5 de junho de 1970. Arquivo do Ministério das Relações Exteriores. Brasília.

56 Telegrama 154, de 05/06/1970. Arquivo do Ministério das Relações Exteriores. Brasília.

matérias de jornal e despedidas organizadas pelo governo equatoriano e por diversos representantes do corpo diplomático⁵⁷.

Segundo depoimento da senhora Maria Clara de Barreiro, 90 anos, que foi Secretária de Beata em Quito, ela era

muito querida também pelos funcionários diplomáticos e administrativos da embaixada e pela colônia que começava a imigrar para o Equador [...] era muito elegante, tinha muita classe, a finesse em pessoa, aprendi muito com ela sobre etiqueta e também sobre a vida [...] sinceramente, não sei como esta mulher se desenvolvia naquela época num campo mais destinado ao homem... não consigo ainda entender. Deu de quina em muito diplomata que já passou por aqui.⁵⁸

Sua despedida oficial do país deu-se em 8 de junho de 1970, na Chancelaria, e contou com a presença do Presidente Velasco Ibarra, que “enalteceu, com palavras que escapam totalmente à categoria das gentilezas convencionais, a contribuição incomum dada pela Embaixadora Beata Vettori às relações entre Brasil e Equador”, nas palavras do então Primeiro-Secretário Rubens Ricupero, já na qualidade de Encarregado de Negócios e que fora colaborador de Beata em Quito⁵⁹. Na oportunidade, ela foi agraciada com a Grã-Cruz da Ordem do Mérito e declarou:

Recebo com humildade esta homenagem, pois sei que a obra diplomática que ela visa premiar é essencialmente coletiva, quase anônima e, ao contrário da obra de arte,

57 Coleção de recortes sobre a partida da Embaixadora Beata Vettori foi enviada à Secretaria de Estado em 17 de junho de 1970. Arquivo do Ministério das Relações Exteriores. Brasília.

58 Depoimento dado em 4 de novembro de 2022. Agradecimentos à Conselheira Ana Beatriz Nogueira pelo contato.

59 Arquivo do Ministério das Relações Exteriores. Brasília. Telegrama 165 da Embaixada de Quito, de 17/06/1970.

não pode ser apenas atribuída ao esforço individual de um criador.

Os jornais *El Comercio* e *El Tiempo* noticiaram, em 9 de junho, a cerimônia e transcreveram o texto, em espanhol, do discurso.

O último ato de Beata no país, dois dias após sua despedida oficial, revela o compromisso incontestado com suas funções: no dia 10 de junho de 1970, assina o Acordo sobre Cooperação no Campo do Uso Pacífico de Energia Atômica. Como reportado por comunicação da Embaixada em Quito⁶⁰, assinada pelo Encarregado de Negócios, o então Secretário Rubens Ricupero, o Ministro de Relações Exteriores do Equador

teve palavras altamente desvanecedoras e lisonjeiras para a dinâmica ação diplomática cumprida neste país pela Embaixadora Beata Vettori, a quem atribuiu textualmente o “mérito de haver incansavelmente ressuscitado assuntos que dormiam nos arquivos, levando a feliz termo a negociação de acordo de cooperação em energia atômica, a realização da II Reunião da Comissão Mista Brasil – Equador, dez anos depois da primeira, e um sem número de exemplos mais de cooperação em todos os campos entre os dois países”.

Do Equador para o Senegal, sua última missão como Embaixadora. Beata apresenta credenciais em Dacar, em 6 de outubro de 1970, oportunidade na qual ouviu do Presidente Léopold Senghor a necessidade de estreitamento e aprofundamento dos laços étnicos bilaterais. Foi também na entrega das credenciais que se manifestou interesse mútuo no intercâmbio cultural entre os dois países⁶¹.

60 Arquivo do Ministério das Relações Exteriores. Brasília.

61 Arquivo do Ministério das Relações Exteriores. Brasília.

Não é de se admirar que Beata tenha se esforçado para adensar as relações bilaterais nas áreas de cooperação cultural. Uma de suas importantes realizações em Dacar terá sido, sem dúvida, o convênio entre a Universidade de São Paulo e a Universidade de Dacar para “montar no país um acervo permanente de obras de arte negra” no Museu de Arqueologia e Etnologia da USP. Os entendimentos contaram com trabalho conjunto entre nossa Embaixadora e o Embaixador do Senegal no Brasil, Henri Senghor, sobrinho de Léopold Senghor. O acordo consistia na troca de “peças afro-brasileiras [...] por peças africanas do acervo do Instituto de Arte do Senegal”⁶².

Com a proximidade da aposentadoria da filha, Teresa Capra Vettori decide interceder pela promoção de Beata ao cargo de Ministra de Primeira Classe. Em correspondência ao Presidente da República, em 13 de março de 1971, Teresa recorda os 36 anos de atuação, de brilho e de patriotismo de Beata, a mais antiga Ministra de Segunda Classe da Casa⁶³. Apesar dos apelos, Beata Vettori recebe despacho telegráfico, em 23 de outubro de 1971, informando de sua remoção para a Secretaria de Estado e, em vista de sua próxima aposentadoria, agradecendo-lhe pelos relevantes serviços prestados ao Itamaraty durante sua carreira. Beata é formalmente aposentada como Ministra de Segunda Classe em 3 de dezembro de 1971, com tempo efetivo de 37 anos, 3 meses e 3 dias de trabalho.

Apesar do pouco tempo na África, a impressão deixada pela diplomata foi registrada por João Cabral de Melo Neto, colega que a sucedeu no Senegal, posto cumulativo com a representação brasileira junto ao governo da Maurîtânia:

Foi com grande satisfação que ouvi do Presidente da Maurîtânia, durante a entrevista que mantivemos, as

62 *Correio da Manhã*, 30 abr. 1971. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

63 Arquivo do Ministério das Relações Exteriores. Brasília. O Ministério das Relações Exteriores é, muitas vezes e não sem impacto psicanalítico, chamado de “Casa” por alguns de seus servidores.

mais elogiosas referências ao esforço desenvolvido pela Embaixadora Beata Vettori, apesar do pouco tempo em que esteve acreditada naquele país, pelo incremento de nossas relações. Acentuou o Presidente Ould Daddah o grande prazer que terá se puder, no futuro, convidar oficialmente a Embaixadora Beata Vettori a uma nova visita ao seu país.⁶⁴

Incansável, já em 8 de julho de 1974, com menos de três anos da aposentadoria, Beata é nomeada Secretária-Executiva da Comissão Fulbright, com autorização do Presidente da República. O órgão binacional, resultante de acordo celebrado entre o Brasil e os Estados Unidos, em 1966, tem como mandato executar a política de concessão de bolsas de estudos e de intercâmbio de professores entre os dois países. Motivada por consulta da Secretária-Executiva da Fulbright, Beata Vettori, a Consultoria Jurídica do Itamaraty se pronuncia, em 13 de novembro de 1974, sobre a natureza jurídica da Comissão e as obrigações, de caráter administrativo, em matéria de previdência social e de imposto de renda de seus funcionários⁶⁵. Nota-se, uma vez mais, a atenção dedicada por Beata à busca de esclarecimentos legais para garantia de direitos não apenas para si, mas para os demais funcionários da entidade.

Após período de dois anos na Fulbright, Beata é readmitida em suas funções no Itamaraty, sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho. Ocupando o cargo de Vice-Cônsul em Bridgetown, de julho de 1976 a dezembro de 1979. Agora em Barbados e perante público substancialmente menor do que em postos anteriores, a diplomata continua incansável esforço para a promoção da imagem do Brasil⁶⁶.

64 Telegrama 173 da Embaixada do Brasil em Dacar, de 8 de maio de 1973. Arquivo do Itamaraty. Brasília.

65 Página 128 do documento disponível em: <https://www.faneesp.edu.br/site/documentos/pareceres_consultores_juridicos2.pdf>. Acesso em: 30 dez. 2022.

66 *Advocate News*, 24 fev. 1977. Arquivo do Ministério das Relações Exteriores. Brasília.

Beata Vettori é aposentada, uma segunda vez, compulsoriamente, em 3 de dezembro de 1979, com quase 40 anos de serviços ao Estado brasileiro. Por portaria de fevereiro do mesmo ano, assinada por Azeredo da Silveira, seus vencimentos acabam por equivaler àqueles de Ministro de Primeira Classe. Sua classe na carreira diplomática permanece, contudo, a mesma: Ministra de Segunda Classe.

No Rio, o retorno ao Brasil é marcado pelo reestabelecimento formal do casamento com Nelson Esteves, que havia sido reconhecido juridicamente em 13 de março de 1979, e o falecimento de sua mãe, em 27 de setembro de 1981. Diversos relatos indicam que Beata e Nelson mantiveram a sua relação por toda a vida.

Beata Vettori morre em 14 de setembro de 1994, no Rio de Janeiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Beata Vettori foi uma precursora. Emprestou ao Serviço Exterior Brasileiro seu nome, em momento em que ser mulher no Itamaraty e exercer atividades em vários outros países já era, em si, bastante incomum. Feminista, desquitada, preterida em promoção por antiguidade, litigou, mais de uma vez, para defender os seus direitos perante o Estado brasileiro. Ocupou postos na Europa, América e África. Conciliou visão estética do mundo e extrema habilidade social para fazer avançar não apenas os interesses nacionais, mas seu envolvimento pessoal com temas de cultura e arte.

Segundo Rubens Ricupero, em entrevista concedida aos autores em 24 outubro de 2022, Beata sempre foi discriminada, tendo tido poucas oportunidades de desenvolver trabalho em áreas políticas. Tampouco teve seus méritos devidamente reconhecidos, de maneira contínua e consistente, seja por meio de promoções ou de posições prestigiosas de chefia.

O próprio Ricupero, que serviu em Quito sob a orientação de Beata, afirma:

Superior à maioria de seus contemporâneos, viu-se preterida por indivíduos medíocres. Não foi promovida a Ministro de Primeira Classe, o posto mais alto da carreira, só chegando à Embaixadora por comissionamento em postos indesejados na época.

Beata foi diplomata, artista, escritora, poeta, tradutora, incentivadora das artes e da cultura, feminista. Tinha consciência do seu papel e do seu exemplo. Apesar das dificuldades que enfrentou tanto no campo pessoal, quanto no profissional, foi uma mulher que sempre transpareceu energia, criatividade, rigor, generosidade, capacidade de trabalho e dedicação ao Brasil. Se fez o que quis e esteve onde quis, não ainda mais além pelas restrições do ambiente em que viveu. Como ela escreveu, aos 28 anos: “Qualquer passo no terreno do lirismo se cobriria de ridículo porque ninguém, não tendo visto, não tendo sentido, não tendo vivido, o que eu vivi, ninguém poderia compreender a minha exuberância”⁶⁷. A exuberância intelectual, criativa e combativa de Beata Vettori assegura a ela um lugar de honra no panteão da diplomacia brasileira.

⁶⁷ VETTORI, op. cit., p. 6.



A Embaixadora Beata Vettori em sua mesa de trabalho na chancelaria. Beata manteve correspondência com o casal Azeredo da Silveira, que conservou em seus arquivos mais de duas dezenas de fotos do período em que Beata foi Embaixadora em Quito. Acervo Azeredo da Silveira, CPDOC, FGV.



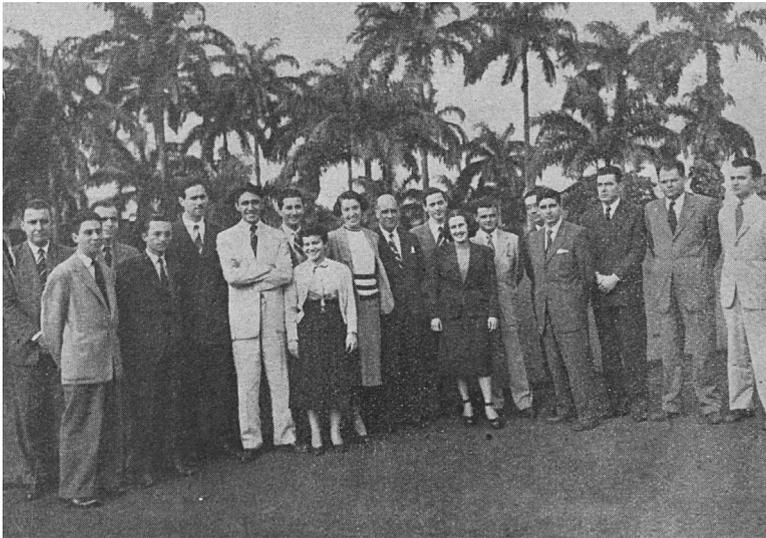
Almoço oferecido pela Câmara de Comércio Brasileira em Londres, no hotel Claridge's. Beata é a única mulher entre os 17 participantes. *Careta*, 19 de junho de 1948. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.



Entrega de credenciais ao Presidente do Equador, Velasco Ibarra.
Acervo Azeredo da Silveira, CPDOC, FGV.



A Conselheira Beata Vettori, então chefe da Secretaria do Instituto Rio Branco.
VESENTINI, Maria. A futura universidade diplomática da América Latina.
Revista do Serviço Público, ago. 1952, p. 118-128.



Alunos do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata em companhia de professores e funcionários do Instituto Rio Branco. VESENTINI, Maria. A futura universidade diplomática da América Latina. *Revista do Serviço Público*, ago. 1952, p. 118-128.

III. ODETTE DE CARVALHO E SOUZA (1904-1970)

Carolina von der Weid

Eduardo Uziel

Queira Vossa Excelência relevar-me qualquer falta involuntária, certo de que durante os dois anos em que tive a ventura e a honra de trabalhar com Vossa Excelência, procurei envidar o melhor de meus esforços, com o único intuito de bem servir Vossa Excelência, o Itamaraty e todos os meus chefes e colegas, sem distinções de amizade ou de simpatia.

(Odette de Carvalho e Souza para o
Ministro Raul Fernandes, em 19 de março de 1949)

Mme de Carvalho e Souza m'explique que lorsque l'entrée à la carrière diplomatique de son pays fut ouverte aux femmes (...) le succès remporté par des candidates fut tel qu'en 1938 le Président de l'époque, Getulio Vargas, a ordonné de refermer cette entrée. Peut-être craignait-il que nous ne « conquérions » le service, ajoute l'Ambassadeur en souriant.

(Entrevista de Odette de Carvalho e Souza ao
jornal israelense Al Hamichmar, 1960)

Seguindo a tradição sempre presente no corpo diplomático brasileiro, a relação de Odette Carvalho e Souza com a diplomacia vinha, literalmente, do berço: filha do Cônsul Carlos de Carvalho e Souza e Augusta de Carvalho e Souza, nasceu em 1º de outubro de 1904, no Rio de Janeiro. Boa parte de sua infância e formação ocorreu no exterior, onde a família acompanhou o pai: Gênova, Milão, Vigo, Porto e Roterdã, antes de chegar a Genebra, em 1929,

quando passa a haver fontes mais diretas da própria personagem¹. O maço pessoal da biografada não identifica a formação da diplomata; a própria afirmava possuir “formação diversa”, feita em diferentes partes da Europa². Odette perdeu a mãe com 25 anos, em 1929³, e desde então o núcleo familiar esteve composto pelo pai, Carlos, e pelo irmão mais novo, Carlos Augusto⁴. Odette não se casou, o que não surpreende, haja vista os empecilhos legais no Código Civil, que limitava o exercício de atividade profissional por mulheres casadas⁵. Durante toda sua vida profissional, manteve o pai como dependente em seus assentamentos pessoais junto ao Ministério das Relações Exteriores.

Odette de Carvalho e Souza começou a atuar profissionalmente em Genebra entre 1931 e 1934, em diferentes delegações brasileiras nas Conferências do Trabalho e na Conferência de Desarmamento. Seu primeiro contato profissional com o Ministério deu-se em 1931, contratada como conselheira técnica para a Delegação do Brasil à 15ª Conferência Internacional do Trabalho, onde atuou como suplente do pai na 3ª Comissão de revisão parcial da Convenção sobre o Trabalho Noturno das Mulheres. Não deixa de ser irônico – porém altamente ilustrativo do papel tradicionalmente delegado pela instituição às mulheres, ou seja, o tratamento de temas ditos “femininos” – que a personagem inicie sua atuação profissional justamente relatando as

-
- 1 Acompanhando a carreira da filha, Carlos de Carvalho e Souza falece em 1961, em Tel Aviv.
 - 2 Ver entrevista de Odette de Carvalho e Souza ao jornal israelense *Al Hamichmar*, 1960. Ofício s/n.
 - 3 Anúncio de quinto ano de aniversário de falecimento de D. Augusta de Carvalho e Souza foi publicado no *Correio da Manhã*, 28 set. 1934, p. 11.
 - 4 Assim como Odette, Carlos Augusto de Carvalho e Souza foi contratado como colaborador externo do Ministério das Relações Exteriores em 1934, mas teve sucesso no concurso de admissão quase uma década depois, em 1943. Ver Anuário de Pessoal do Ministério das Relações Exteriores.
 - 5 Apesar do avanço com a obtenção do voto feminino e uma série de legislações sobre direito do trabalho, consagrados na Constituição de 1934, a relativa incapacidade da mulher casada e seu total impedimento de trabalhar sem autorização do marido, presente no Código Civil de 1916, vigorou até 1962. ESTEVES, Natália. Conquistas femininas durante o governo Vargas. *XIX Encontro de História da ANPUH-Rio*. Rio de Janeiro, 2020.

tratativas sobre o trabalho da mulher. Já nesta primeira experiência profissional vivenciou uma situação que seria uma constante em sua carreira: ser uma das poucas (28) mulheres das delegações presentes na Conferência, em um total de quase 400 delegados⁶. Sua presença, registrada como membro da delegação nos autos da OIT, colocou o Brasil do início da década de 30 na vanguarda da representação, sendo a única nação do continente americano e dos poucos representantes não europeus a incluir mulheres como membro de delegação⁷.

Os relatórios escritos por Odette de Carvalho e Souza sobre as 15^a, 16^a e 17^a Conferências do Trabalho em Genebra deixam transparecer seu olhar crítico e detalhista sobre as questões internacionais da época⁸. Em seu primeiro relatório, sobre Revisão Parcial da Convenção sobre Trabalho Noturno das Mulheres, a conselheira técnica brasileira reconheceu o mérito do pleito do grupo operário da comissão. Relatou a objeção do grupo operário à “exclusão das mulheres ocupando postos de vigilância, afirmando, com toda a razão, designar muitas vezes a esta denominação cargos inferiores, ficando assim privadas dos benefícios da convenção muitas mulheres ocupando postos subalternos”⁹. Na conclusão do debate da revisão parcial da convenção, resumiu com clareza os dilemas do movimento feminista na época, que, concentrando iniciativas na

6 ILO. *Record of proceedings: International Labour Conference, 15th Session, Geneva, 1931*. Disponível em: <<https://www.ilo.org/public/libdoc/ilo/P/09616/09616%281931-15%29.pdf>>. Acesso em: 2 maio 2023.

7 Este será o primeiro de muitos pioneirismos que colecionará ao longo de sua carreira: trata-se da primeira mulher a integrar uma delegação brasileira às Conferências Internacionais do Trabalho. Muito possivelmente uma das primeiras a integrar delegações brasileiras a conferências multilaterais, ao lado de Bertha Lutz, que desempenhou papel de liderança na agenda multilateral específica relativa a direitos das mulheres. Ver relatórios das Conferências Internacionais do Trabalho na base de dados da OIT: Record of proceedings: International Labour Conference. Disponível em: <https://labordoc.ilo.org/discovery/search?vid=41ILO_INST:41ILO_V2>. Acesso em: 2 maio 2023.

8 Ver especialmente pastas I e II do maço pessoal de Odette de Carvalho e Souza.

9 Maço Pessoal Odette de Carvalho e Souza. Pasta I, ref. 16.488. *Relatório da XV Conferência Internacional do Trabalho*, p. 10.

arena em Genebra, dividia-se entre a demanda por igualdade plena de direitos e a de direitos diferenciados para a mulher no mercado de trabalho¹⁰:

É curioso observar como se subdividiu a opinião feminina sobre a oportunidade de revisão da citada convenção. Procuraram umas a proteção mais completa possível do trabalho da mulher, e outras a sua assimilação total à mão de obra masculina, considerando que as medidas de proteção especial para o trabalho feminino colocam-nas em um plano de inferioridade.¹¹

Nestes primeiros anos em Genebra, já se vislumbra o que viria a ser o cerne da trajetória profissional de Odette de Carvalho e Souza: segurança internacional, com foco na expansão comunista e seu impacto sobre o sistema internacional. Também deste período data o início de seu vínculo com José Carlos de Macedo Soares, figura que atuou como mentor nos primórdios da carreira e que, no governo Vargas, acabou exercendo papel central na política brasileira¹².

A aproximação de Odette com Macedo Soares iniciou-se em 1932, quando o então delegado brasileiro à Conferência do Desarmamento em Genebra solicitou os préstimos da conselheira técnica para atuar também como arquivista da Conferência de Desarmamento. No ano seguinte, em 1933, Odette de Carvalho e Souza voltou a integrar a delegação brasileira à Conferência Internacional do Trabalho, desta vez relatando em extensas 32 páginas a relação entre a 17ª Conferência Internacional do Trabalho e as Leis Sociais na Agricultura, tema que não era central na Conferência, porém

10 MILLER, Carol. Geneva – the key to equality: inter-war feminists and the league of nations. *Women's History Review*, v. 3, n. 2, 1994, p. 219-245.

11 Ibid., p. 12.

12 Ver KELLER, Vilma. José Carlos de Macedo Soares. *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro*. CPDOC/FGV, 1983.

estava no centro do debate político no Brasil. À época avaliavam-se os custos da política de manutenção de preços do café e propostas de modernização da política econômica após a chegada de Getúlio Vargas ao Catete. No relatório, que a própria autora sugeriu ser encaminhado aos Ministérios da Agricultura e do Comércio e Trabalho, constavam críticas aos latifúndios de monocultura no Brasil, bem como defesa de maior diversidade da produção agrícola, temas caros à agenda da Aliança Liberal, que aglutinou os “revolucionários de 1930” e transformou-se em agenda da situação no Governo Provisório¹³.

No ano seguinte, 1934, Odette retornou ao Brasil após a aposentadoria compulsória de seu pai. Em julho do mesmo ano, Macedo Soares assumiu o Ministério das Relações Exteriores de Getúlio Vargas. Com isso, Odette retornou de Genebra direto para o gabinete do Chanceler, onde foi designada adida, uma vez que não fora aprovada na edição de 1934 do concurso de admissão à carreira¹⁴. A nomeação de Odette de Carvalho e Souza para o gabinete do Ministro das Relações Exteriores foi objeto de congratulações da Presidente da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, Bertha Lutz, dirigidas ao Chanceler Macedo Soares e devidamente registradas pelo *Correio da Manhã*¹⁵.

OS ANOS 1930 NO BRASIL E A PROJEÇÃO POR MEIO DO DISCURSO ANTICOMUNISTA

O contexto do Brasil para o qual Odette de Carvalho e Souza retornou em meados de 1934 era marcado por alta polarização

13 PANDOLFI, Dulce. Os Anos 30: as incertezas do regime. ANPUH: XXII simpósio nacional de história. João Pessoa, 2003.

14 Ver *Correio da Manhã*, de 22 maio 1934, p. 5, que registra a inscrição de Odette no concurso de admissão ao Ministério das Relações Exteriores; bem como a edição de 2 de agosto do mesmo ano, p. 7, na qual informa-se a admissão de Odette de Carvalho e Souza como adida no gabinete do Chanceler Macedo Soares.

15 *Correio da Manhã*, 9 ago. 1934, p. 12.

política. O discurso anticomunista ganhava, paulatinamente, centralidade no debate nacional, e terminou por desempenhar papel chave no fechamento do regime em 1937 e na manutenção de Getúlio Vargas no poder¹⁶. Do grupo de políticos e lideranças regionais reunidos na Aliança Liberal, que chegou ao poder em 1930, até a implantação do Estado Novo, uma sequência de realinhamentos entre as oligarquias regionais levou àquilo que Pandolfi e Grynspan definiram como “depuração das elites”: período de alta instabilidade entre as lideranças nacionais e regionais, com grande rotatividade dos interventores nos estados, fortalecimento da retórica integralista, culminando no levante comunista de 1935¹⁷.

Odette de Carvalho e Souza retornou ao Brasil não só como aspirante à carreira de diplomata, mas também como elo entre o governo brasileiro e a *Entente Internationale contre la III Internationale*, iniciativa majoritariamente europeia, criada em 1924, que buscava combater a ação de grupos comunistas voltados para internacionalizar a revolução bolchevique¹⁸. Sob recomendação de Macedo Soares, quando ainda em Genebra, a então conselheira técnica passou a frequentar os encontros da *Entente*, especializando-se nos estudos sobre os canais de difusão do comunismo na América Latina. A indicação oficial de Odette como representante do governo brasileiro foi feita pelo Embaixador Raul do Rio Branco, chefe da Legação em Berna. Sintomático do clima que já se instaurava no Brasil, o pedido de indicação de representante do governo brasileiro foi enviado pelo gabinete do então Chanceler Afrânio de Mello Franco com vistas

16 D'ARAÚJO, Maria Celina. *Militares, repressão e o discurso anticomunista no golpe de 1937*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, mimeo, 1984.

17 PANDOLFI, Dulce; GRYSZPAN, Mário. Da revolução de 30 ao golpe de 1937: a depuração das elites. *Revista de Sociologia e Política*, n. 9, 1997.

18 Cf. Arquivos da Fondation Entente Internationale Anticomuniste (EIA). Disponível em: <https://archives.bge-geneve.ch/archive/fonds/eia_archives>. Acesso em: 2 maio 2023. RUOTSILA, Markku. International Anti-Communism before the Cold War. In: DURHAN, Martin; POWER, Margaret. *New Perspectives on the Transnational Right*. London: Palgrave Macmillan, 2010.

a identificar “a existência de alguma organização que tratasse da defesa contra a propaganda comunista e quais as condições em que aceitaria prestar-nos a sua cooperação”¹⁹. Na resposta, Rio Branco esclareceu que “uma distinta patricia, D. Odette de Carvalho e Souza, está estreitamente empenhada no estudo de tudo quanto nos pode ser útil nesse empreendimento de salvação pública e dessa do Brasil contra a propaganda comunista”²⁰. O tema do comunismo na América Latina, assim como o estudo do desenvolvimento da Revolução Bolchevique na Rússia, continuou a ocupar Odette, mesmo após seu retorno ao Brasil. É possível encontrar relatórios sobre “O comércio exterior entre o Brasil e a URSS”, distribuído ao Conselho Federal de Comércio Exterior, e “Os soviets e a América Latina”, ambos de 1934, de autoria dela. Sempre atenta aos temas securitários, ainda no gabinete do Chanceler, providenciou extenso relatório, em três partes, sobre o conflito ítalo-etíope e as consequências para a Liga das Nações e o sistema internacional²¹. Em dezembro de 1935, em seguida ao levante comunista, preparou novo texto: “A infiltração comunista nas classes armadas”²².

Com sua admissão à carreira, por concurso de títulos, em fevereiro de 1936, Odette foi logo nomeada, por Macedo Soares, chefe do Serviço Especial de Informação (SEI) do Ministério das Relações Exteriores. Nessas condições, continuou a aprofundar sua exploração do tema do anticomunismo, preparando documentação sobre a atuação de células bolcheviques na América Latina e fazendo-a chegar às cúpulas dos ministérios militares da época²³. Seus trabalhos

19 Ver “Informação No. 24, contra a propaganda comunista”. In: Maço Pessoal Odette de Carvalho e Souza. Ref. 16.488, p. 170.

20 Ibid.

21 Ver Maço Pessoal, v. II. Ref. 16.489, p. 297-372.

22 Ibid., p. 373-386.

23 Os documentos que constam no maço pessoal de Odette, em particular os volumes II e III, dialogam diretamente com o papel de Macedo Soares junto ao Embaixador do Uruguai no Brasil e os fatos

chamaram a atenção inclusive do chefe do Estado-Maior do Exército, General Pantaleão Pessoa, que, em mensagem dirigida ao Chanceler Macedo Soares, de janeiro de 1936, comentou:

Acompanhando os trabalhos organizados pela D. Odette de Carvalho e Souza, sobre as atividades comunistas nos seus aspectos de propaganda política e ação internacional, sou levado a externar a magnífica impressão que eles me proporcionam [...] O Itamaraty tem sido a origem das melhores pesquisas e esclarecimentos e D. Odette, que não tenho a honra de conhecer senão pelos seus trabalhos, tem prestado serviços inconfundíveis que o Estado-Maior agradece.²⁴

À frente do SEI de janeiro de 1936 até sua remoção para Berna, no início de 1939, Odette envolveu-se em uma série de atividades que contribuíram para o fechamento do regime em novembro de 1937 e a instauração do Estado Novo. Ainda no início de 1936, participou de avaliação de documentos encontrados com Luiz Carlos Prestes e Henry Berger, posteriormente relatada pelo *Correio da Manhã* em matéria de capa e ilustrada com foto da diplomata²⁵. A prisão dos simpatizantes comunistas e a apreensão de documentos terminou por precipitar a declaração de “estado de guerra” pelo Presidente Getúlio Vargas (PANDOLFI & GRYNZPAN, 1997). No mesmo ano, amplamente analisado por Adriana Setemy²⁶, a participação da chefe do SEI no I Congresso de Secretários de Segurança e Chefes de Polícia do Brasil consolidou o envolvimento do Ministério das

narrados no artigo de AYÇAGUER, A. M. R. La diplomacia del anticomunismo: la influencia del Gobierno Getulio Vargas em la interrupción de las relaciones diplomáticas de Uruguay con la URSS em diciembre de 1935. *Estudos Ibero-americanos*, PUCRS, v. XXXIV, n. 1, 2008, p. 92-120.

24 Ver Maço Pessoal, v. III. Ref. 16.490; p. 417.

25 *Correio da Manhã*, 30 maio 1936, p. 1. Consultado na Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

26 SETEMY, Adriana. O Itamaraty e a institucionalização das políticas de repressão ao comunismo: revisão e novas apontamentos historiográficos. *CLIO – Revista de Pesquisa Histórica*, n. 31.2, 2013.

Relações Exteriores nas atividades de combate ao comunismo no Brasil e junto aos postos no exterior.

O acirramento do discurso anticomunista no governo Vargas avançou em 1937. Macedo Soares foi, então, designado para o Ministério da Justiça; Odette de Carvalho e Souza o acompanhou. Já fora do Itamaraty, passou a atuar publicamente em favor do fortalecimento do discurso anticomunista. Em agosto de 1937, publicou artigo intitulado “Comunismo e Democracia”, no *Correio da Manhã*, sob a denominação de “O. de Carvalho e Souza”, no qual denunciava a luta pela democracia contra o fascismo como nova estratégia de Moscou para subverter a ordem cristã ocidental²⁷. O artigo chegou a ser elogiado pelo líder integralista Plínio Salgado em discurso publicado dois dias depois, também no mesmo periódico²⁸. A partir de então, Odette de Carvalho e Souza, sempre sem explicitar seu primeiro nome (e, logo, seu gênero), publicou periodicamente artigos no *Correio da Manhã*. Entre 1937 e outubro de 1941, foram quase 100 artigos que, em sua grande maioria, estavam relacionados ao comunismo. Vale registrar que, principalmente após a eclosão da Segunda Guerra Mundial, a diplomata passou a ser uma das principais comentaristas de política internacional na imprensa brasileira, reportando diretamente de Berna, onde estava lotada desde o início de 1939²⁹.

27 *Correio da Manhã*, 3 ago. 1937, p. 2 e 4.

28 *Correio da Manhã*, 5 ago. 1937, p. 1

29 A primeira fase da colaboração de Odette com o *Correio da Manhã* se encerra em outubro de 1941, no qual ela publica o artigo intitulado “Paradoxos”, em que se questiona sobre as alianças políticas e os fatos vigentes que fogem à lógica histórica e que, entretanto, se efetivam. Três meses depois, em fevereiro de 1942, o Brasil anunciou sua entrada na Segunda Guerra Mundial, ao lado das forças aliadas.

A REFORMA OSWALDO ARANHA E A FRUSTRAÇÃO DA PRIMEIRA REMOÇÃO

Odette retornou ao Itamaraty, e à chefia do SEI, às vésperas do golpe do Estado Novo, já como articulista de um dos principais jornais à época, convivendo de perto com autoridades da área de segurança interna, como o chefe da Polícia do Distrito Federal, Filinto Müller, e externas. Tal concentração de influência em uma Cônsul de Terceira Classe, de 32 anos e, ainda por cima, mulher, era certamente incomum no Itamaraty quando o novo Chanceler, Oswaldo Aranha, assumiu a pasta.

A reforma da carreira operada por Oswaldo Aranha acabou por fazer regredir os avanços logrados com a formalização da admissão de mulheres no corpo diplomático profissional do Brasil. Por meio do parágrafo único do artigo 30 do Decreto-lei nº 791/1938, ficou restrita a candidatos do sexo masculino a inscrição no concurso de admissão à carreira de diplomata³⁰. Embora a reforma não afetasse diretamente a carreira de Odette de Carvalho e Souza, sua implementação revelou a atmosfera de trabalho na instituição e como a presença de profissionais do sexo feminino incomodava. A diplomata, que não procurava usar questões de gênero para subverter a ordem vigente, entretanto, não deixou de registrar, anos depois, observação astuta de que, não fosse a proibição de 1938, as mulheres teriam dominado as provas de ingresso para o Ministério³¹.

A relação de Odette com o feminismo ainda tem que ser esclarecida de maneira mais profunda, mas suas atitudes e comentários sugerem que defendia uma emancipação feminina conservadora, ideia que caracterizou diversos movimentos do tipo no Brasil. Em artigo publicado em fevereiro de 1938, intitulado

30 FRIAÇA, Guilherme José Roeder. *Mulheres diplomatas no Itamaraty (1918-2011): uma análise de trajetórias, vitórias e desafios*. Brasília: FUNAG, 2018.

31 Entrevista ao periódico israelense *Al Hamichmar* [Ofício s/n, 1960].

“Comunismo e Feminismo”, Odette de Carvalho e Souza procurou justamente diferenciar entre o discurso de igualdade de direitos e papéis, na sociedade, e a necessidade de preservar o lugar da mulher na sociedade cristã. Não surpreende, portanto, sua negativa de qualquer associação com o sufrágio, com a liberdade sexual ou com protestos vinculados ao tema da igualdade de direitos e papéis. Tais ideais, em voga no Brasil na segunda metade dos anos 30, após a consolidação do voto feminino em 1932, estariam por demais próximos do comunismo³². Para Odette, porém, a possibilidade de mulheres (de elite) assumirem papéis destacados na esfera política e estatal tinha por fim fortalecer, e não abalar, a relação de classes vigente, para qual contribuía significativamente a estrutura familiar tradicional³³.

Nada disso, contudo, foi suficiente para isolar Odette dos efeitos nefastos da reforma Oswaldo Aranha. Sua carreira foi afetada de forma mais direta no processo de remoção para o primeiro posto no exterior. Já promovida por antiguidade a Cônsul de Segunda Classe, em dezembro de 1938, pediu para ser removida para a Embaixada do Brasil em Londres. O tema era delicado, visto que vigorava no Reino Unido opinião contrária à presença de mulheres no corpo diplomático do Foreign Office³⁴. O debate ocorrido no

32 Embora a historiografia tradicional aponte o período pós-1932 até a década de 1960 como um “silêncio” no movimento feminista, em particular com a crescente aproximação da líder da Federação para o Progresso Feminino no Brasil, Bertha Lutz, do Presidente Getúlio Vargas, havia grande difusão das causas feministas entre os movimentos de esquerda no Brasil, particularmente no Partido Comunista Brasileiro, algo que certamente teria acentuado o receio de Odette de se aproximar publicamente do tema. Ver: FRACCARO, Gláucia. Uma história social do feminismo: diálogos de um campo político brasileiro (1917-1937). *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 31, n. 63, 2017.

33 *D. Odette de Carvalho e Souza: diplomata brasileira em Portugal, 1951-1956*. Lisboa: Livraria Gomes e Rodrigues, s/d, p. 18-19; SOIHET, Rachel. La première vague du féminisme brésilien de la fin du XIXe siècle aux années trente. *Clio. Femmes, Genres, Histoire*, v. 7, 1998; FARIAS, Rogério de Souza. “Do You Wish Her to Marry?” Brazilian Women and Professional Diplomacy, 1918-1938. *Diplomacy & Statecraft*, v. 28, n. 1, 2017.

34 A presença de mulheres entre diplomatas profissionais britânicos passa a ser discutida de forma sistemática a partir da aprovação do Sex Disqualification (Removal) Act, de 1919, que admitiu a

parlamento britânico a respeito era de conhecimento do Chanceler Oswaldo Aranha, que inclusive havia utilizado o exemplo britânico no processo de discussão interna sobre a presença de mulheres no corpo diplomático brasileiro (FRIAÇA, 2018, p. 151-152). No entanto, Odette conseguiu fazer valer seu pedido e a remoção para Londres foi publicada em 21/01/1939, e o telegrama, enviado à Embaixada em 31/01/1939. No dia seguinte, o Embaixador do Brasil em Londres, Raul Regis, desencorajou a remoção:

[...] num país que expressamente condenou a entrada de mulheres para o Corpo Diplomático, e numa corte de tradições conservadoras, só lhe adviriam inúmeros embaraços decorrentes da sua inclusão na lista diplomática. A aparição dessa senhora em desfiles de apresentação nas Cortes, como única mulher, ante a rigidez do cerimonial que separa os sexos, a quanto comentário irônico não nos iria expor e quanta dificuldade protocolar não iríamos criar para o Lord Chamberlain. Como V vê, por essas rápidas considerações, que logo me acudiram, é inadmissível a nomeação de uma mulher Secretário de Embaixada para a Corte de Saint-James.³⁵

Odette de Carvalho e Souza foi, então, removida para a Legação do Brasil em Berna, na Suíça, onde permaneceu durante todo o período da Segunda Guerra Mundial, superando os seis enviados para a chefia do posto, que se revezaram entre 1939 e 1946.

possibilidade de mulheres ingressarem na administração pública. O tema será apenas regularizado, no Reino Unido em 1946. Ver FCO. Women and the Foreign Office, 2018.

35 Maço Pessoal, Ref. 81.471, p. 52A.

DE VOLTA AO GABINETE, TEMAS SECURITÁRIOS E O DESAFIO DA CHEFIA NO EXTERIOR

Ao chegar de Berna, Odette de Carvalho e Souza passou brevemente pelo gabinete de Macedo Soares, então interventor em São Paulo, mas logo assumiu cargo junto a Raul Fernandes, novo Ministro das Relações Exteriores. Suas funções nesses anos (1946-1951) incluíram integrar diversas delegações brasileiras a conferências internacionais: Conferência Interamericana para Manutenção da Paz e da Segurança no Continente (1947, no Rio de Janeiro); II Congresso Pan-Americano de Serviço Social e II Congresso de Segurança Social (1947, ambos também na capital brasileira); IX Conferência Internacional Americana (1948, em Bogotá), que adotou a Carta da Organização dos Estados Americanos; e III Assembleia Geral das Nações Unidas (1948, em Paris)³⁶. Tendo em vista que, ainda hoje, a agenda de paz e segurança internacionais é considerada “tema masculino” nas práticas da diplomacia brasileira, é notável que a diplomata tenha logrado manter-se ativa nesta área. Odette também retomou sua colaboração com o *Correio da Manhã*, no qual publicava de forma periódica sobre os temas de seu repertório: comunismo e política internacional³⁷. Nessa linha, não seria demais supor que Odette de Carvalho e Souza tenha redigido o memorando do Chanceler para o Presidente Eurico Dutra sobre como lidar com funcionários do serviço exterior simpatizantes do comunismo. Na impossibilidade legal de exoneração, propunha-se congelar a

36 D. *Odette de Carvalho e Souza*: diplomata brasileira em Portugal, 1951-1956. Lisboa: Livraria Gomes e Rodrigues, s/d, p. 3-4.

37 Nesta segunda fase dos artigos de Odette no *Correio da Manhã*, foi possível localizar pelo menos 23 artigos, entre outubro de 1947 e março de 1950. Alguns dos artigos foram publicados em primeira página.

progressão funcional, mas cogitava de que fosse proposta lei que permitisse a demissão³⁸.

Já então com 45 anos, tendo vivido toda a Segunda Guerra Mundial no centro da Europa, cabe aqui uma pequena anedota de seu período no gabinete de Raul Fernandes, por demonstrar a forte personalidade da diplomata em uma instituição fortemente conservadora. Em março de 1949, Odette de Carvalho e Souza escreveu uma carta ou memorando formal ao Ministro em que relatava acusação feita a ela pelo diplomata Roberto Mendes Gonçalves, o qual decidira se demitir de seu cargo no gabinete devido à “falta de coleguismo” da diplomata. Ao negar qualquer razão ao que afirmara Mendes Gonçalves, Odette de Carvalho e Souza colocou seu cargo à disposição de Raul Fernandes e afirmou ter apenas tentado servir ao Ministro e ao Ministério³⁹. Raul Fernandes respondeu cinco dias depois com um expediente dirigido à “Presada [sic] Amiga D. Odette de Carvalho e Souza”. Negou-se a aceitar a demissão por não poder prescindir da diplomata no “cabal desempenho das minhas funções ministeriais”⁴⁰. Embora a competência funcional da diplomata tenha sido ressaltada pelo superior, este não deixou de assumir um tom paternalista, de desagravo pela agressividade demonstrada pelo outro colega. Em que pese a necessidade de maiores esclarecimento sobre o episódio, fica patente a existência de incômodos funcionais com as seguidas demonstrações de poder que as funções assumidas por Odette de Carvalho e Souza despertavam.

38 Memorando de Raul Fernandes para Eurico Gaspar Dutra, em 25 de maio de 1950. A cópia no arquivo encontra-se rubricada por Odette de Carvalho e Souza.

39 Odette de Carvalho e Souza a Raul Fernandes, em 19 de março de 1949. O texto é rico em implicações, indicando que Mendes Gonçalves transgrediu a prática profissional ao telefonar à casa dela na hora do almoço. Sem ser explícita, a diplomata sugere um tom desrespeitoso, agravado por ter o telefonema ocorrido na presença de testemunhas, duas funcionárias do Ministério. Na sequência da demissão de Mendes Gonçalves, Odette de Carvalho e Souza assumiu interinamente a chefia de gabinete do Ministro de Estado. O maço, porém, não contém nomeação formal para o cargo, embora ela rubrique documentos nesta função.

40 Raul Fernandes para Odette de Carvalho e Souza, em 24 de março de 1949.

Em 1949, outro episódio contribui para melhor compreender a personalidade da diplomata: já como “Primeira-Secretário”, Odette de Carvalho e Souza foi convidada a proferir palestra no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), então presidido por seu mentor e patrono, Macedo Soares. O título era “Joaquim Nabuco, Diplomata e Geógrafo”⁴¹. Para os propósitos deste artigo, vale destacar o foco que a palestrante colocou na importância do monroísmo e do pan-americanismo, em composição com o fortalecimento do sistema multilateral, entremeadas com considerações sobre a diplomacia em geral. Fica clara a corroboração das ideias de seu mentor, Macedo Soares⁴², e de seu então chefe, Raul Fernandes, ambos críticos do abandono da Liga das Nações pelo Brasil em 1926. Odette reivindicava, assim, a figura de Joaquim Nabuco como aliado do multilateralismo, evitando um suposto antagonismo entre as novas instituições multilaterais e o pan-americanismo⁴³. Alinhava-se, portanto, às ideias de Raul Fernandes, em defesa do pan-americanismo como “liga dos espíritos liberais do continente”⁴⁴.

A partir de 1951, Odette de Carvalho e Silva, já “Ministro”, foi removida para o Consulado-Geral em Lisboa, onde encontrou um ambiente político congruente com suas ideias, mas funções diferentes das que vinha ocupando. Sua carreira fora caracterizada pelo trabalho nos gabinetes de Macedo Soares e Raul Fernandes e com temas tradicionais de diplomacia política, como nas delegações que integrou nas Nações Unidas e na OEA. Sua primeira chefia de posto, porém,

41 CARVALHO E SOUZA, Odette. Joaquim Nabuco, diplomata e geógrafo. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, n. 204, 1949, p. 242-260.

42 Em 1927, Macedo Soares publicou o livro intitulado *O Brasil e a Sociedade das Nações*, no qual apresentava críticas à decisão do país de se retirar daquele foro multilateral. Ver: KELLER, Vilma. José Carlos de Macedo Soares. *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro* (verbete). CPDOC/FGV, 1983.

43 FERNANDES, Raul. *Joaquim Nabuco, diplomata*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, s/d. Os autores agradecem a Luiz Feldman por valiosos comentários sobre o tema.

44 CARVALHO E SOUZA, Odette. Joaquim Nabuco, diplomata e geógrafo. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, n. 204, 1949, p. 253.

foi um Consulado-Geral, onde passou a lidar não só com assuntos consulares tradicionais (vistos e assistência a brasileiros), mas também com contatos com as associações comerciais portuguesas, temas que considerava “mais heterogêneos e inesperados”⁴⁵. Via aquela fase como um estágio necessário para ascensão funcional, um caminho que “nos preparará a preencher, com maior eficiência, os deveres diplomáticos, ao atingirmos o ‘generalato’ da carreira”⁴⁶. Seu bom trânsito na sociedade lisboeta fora ajudado por sua visão de mundo convergente com o uso, no Portugal de Salazar, de um discurso favorável à vida simples, na qual as mulheres cuidavam do lar e do trabalho, e se contribuía para formar uma colônia de expatriados “operosos” no Brasil⁴⁷.

Enquanto ocupava a função de Cônsul-Geral, Odette de Carvalho e Souza tratou com frequência das perspectivas de imigração portuguesa para o Brasil e da implementação do Acordo de Amizade e Consulta⁴⁸, assinado em 1953, temas que permitiram um retorno, ainda que circunscrito, à esfera política e que trouxeram à tona mais de sua concepção da realidade. Em diversas ocasiões, a Cônsul-Geral defendeu a constituição de uma comunidade luso-brasileira, que considerava como natural e importante para manter inalteradas as “características que lhe [ao Brasil] imprimiram seus descobridores

45 D. *Odette de Carvalho e Souza*: diplomata brasileira em Portugal, 1951-1956. Lisboa: Livraria Gomes e Rodrigues, s/d, p. 21.

46 *Ibid.*, p. 22.

47 *Ibid.*, p. 18-19. Sobre a colônia portuguesa no Brasil e suas relações com o regime salazarista, ver PAULO, Heloísa. *Aqui também é Portugal*: a colônia portuguesa do Brasil e o salazarismo. Coimbra: Faculdade de Letras, 1997, tese de doutorado. As críticas da diplomata ao governo português eram circunscritas ao tratamento inadequado dado aos cidadãos brasileiros por alguns órgãos do aparato estatal. Ver Ofício Dpp/Dpo/333/942.(42)(88)/1955/Anexo único, Consulado-Geral do Brasil em Lisboa, em 27 de maio de 1955, p. 6.

48 SANTOS, Luiz Cláudio Machado. *As Relações Brasil-Portugal*: do Tratado de Amizade e Consulta ao Processo de Descolonização da África. Brasília: UnB, 2011, tese de doutorado. CASTRO, Zília O.; SILVA, Júlio R.; SARMENTO, Cristina M. *Tratados do Atlântico Sul*: Portugal-Brasil, 1825-2000. Brasília: FUNAG, 2022.

e colonizadores⁴⁹". Evitar a "diluição do sangue" dessa essência entre "raças tão estranhas"⁵⁰, passou a ser preocupação, em vista das diversas ondas de imigração de outros países. É interessante que Odette de Carvalho e Souza não aludia explicitamente às ideias já difundidas naquele momento de Gilberto Freyre sobre o luso-tropicalismo, que tanto proliferaram na mente dos diplomatas brasileiros da época. Falava simplesmente de um "luso-brasilismo", sentimento que seria compartilhado entre os dois países e que deveria ser concretizado com a implementação do Acordo⁵¹.

O tema que mais revela a visão de mundo da diplomata foi certamente o da imigração de portugueses para o Brasil. As sugestões apresentadas para o tema de vistos apontam para um raciocínio político mais amplo, que deixava entrever como Odette de Carvalho e Souza concebia a sociedade brasileira. Para ela, a emigração para o Brasil era o cumprimento de um "mandato histórico" para os portugueses⁵², da manutenção de uma "comunidade de língua e de religião", constituídos sobre a "latinidade" (que parece se referir tanto ao idioma quanto à religião católica) e "lusitanidade", já que os "instrumentos básicos da civilização brasileira são de origem portuguesa"⁵³. Nessa perspectiva, a Cônsul-Geral sugeriu um plano de imigração dirigida do "saldo fisiológico" das ilhas dos Açores para o Brasil⁵⁴. Segundo o plano, seriam instalados em "cinturões verdes"

49 Ofício 101 do Consulado-Geral em Lisboa para a Secretaria de Estado, em 30 de junho de 1955, p. 11.

50 Ofício 97 do Consulado-Geral em Lisboa para a Secretaria de Estado, em 14 de junho de 1955, p. 2; Ofício 101 do Consulado-Geral em Lisboa para a Secretaria de Estado, em 30 de junho de 1955, p. 12.

51 *D. Odette de Carvalho e Souza: diplomata brasileira em Portugal, 1951-1956*. Lisboa: Livraria Gomes e Rodrigues, s/d, p. 20. Ofício DPp/Dpo/333/942.(42)(88)/1955/Anexo único, do Consulado-Geral do Brasil em Lisboa, em 27 de maio de 1955.

52 Ofício 97 do Consulado-Geral em Lisboa para a Secretaria de Estado, em 14 de junho de 1955, p. 2.

53 Ofício 101 do Consulado-Geral em Lisboa para a Secretaria de Estado, em 30 de junho de 1955, p. 11.

54 O principal documento para a proposta é: Ofício 101 do Consulado-Geral em Lisboa para a Secretaria de Estado, em 30 de junho de 1955. Também úteis são: Ofício DPp/Dpo/333/942.(42)(88)/1955/Anexo único, do Consulado-Geral do Brasil em Lisboa, em 27 de maio de 1955; Ofício 142 do Consulado-Geral

na Baixada Fluminense e em volta da nova capital em construção em Goiás, de modo a poder prover a velha e a nova metrópole com produção agrícola adequada para consumo cotidiano. O que poderia ser visto como extravagância de alterar as características básicas da imigração portuguesa para o Brasil na segunda metade do século XX⁵⁵ é, em realidade, bastante reveladora. A proposta, que retoma a ideia de uma vocação agrícola do país, sugere uma reversão das mudanças econômicas pós-1930, um retorno à hegemonia das frações terratenentes em associação com a burguesia mercantil (em parte de origem portuguesa, representada pela opulenta e operosa colônia já instalada). O raciocínio é arrematado com a acusação de que somente aos comunistas, por meio de um nacionalismo exacerbado, não interessaria a imigração portuguesa para o Brasil⁵⁶.

O ÁPICE DA CARREIRA – MINISTRA DE PRIMEIRA CLASSE E CHEFE DO DPC

Odette de Carvalho e Souza regressou ao Brasil no início de 1956 sob o signo de sua recente promoção a Ministra de Primeira Classe, decisão despachada por Macedo Soares no apagar das luzes da gestão Nereu Ramos. Como tinha sido o caso em promoções anteriores⁵⁷, a ascensão à função de Ministra de Primeira Classe mereceu atenção da imprensa, com especial destaque para o fato de se tratar da primeira Embaixadora de carreira do Brasil e, talvez,

em Lisboa para a Secretaria de Estado, em 10 de setembro de 1955; Ofício 97 do Consulado-Geral em Lisboa para a Secretaria de Estado, em 14 de junho de 1955. D. *Odette de Carvalho e Souza*: diplomata brasileira em Portugal, 1951-1956. Lisboa: Livraria Gomes e Rodrigues, s/d.

55 Sobre a imigração portuguesa para o Brasil, ver LOBO, Eulália M. L. *Imigração portuguesa no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2001.

56 Ofício 101 do Consulado-Geral em Lisboa para a Secretaria de Estado, em 30 de junho de 1955, p. 20-21.

57 NOVO Conselheiro de Embaixada. *Correio da Manhã*, 9 nov. 1949, p. 2.

do mundo⁵⁸. Uma matéria menciona sua ascensão funcional, com referência ao apoio recebido de Raul Fernandes e de Macedo Soares, “que lhe deu o posto inicial no quadro diplomático”. Faz questão de ressaltar que:

Funcionária exemplar, dotada de excepcionais qualidades – cultura, tato, energia, caráter – D. Odette nunca dispôs de influências que a ajudassem na carreira, a cujo ápice chegou com esse ato do governo, sem outra recomendação a não ser o seu valor unanimemente proclamado no Itamarati.⁵⁹

Concomitante à promoção, a Embaixadora Odette foi alçada ao cargo de Diretora do Departamento Político e Cultural (DPC) do Ministério. Tratava-se de unidade administrativa de importância fundamental e que cuidava da relação política bilateral com todos os países, além de lidar com os órgãos multilaterais políticos⁶⁰. Como chefe do DPC, Odette de Carvalho e Souza era, na prática, a terceira pessoa na hierarquia do Ministério, atrás apenas do próprio Ministro e do Secretário-Geral. Além de suas funções substantivas,

58 A ideia de que nenhum outro país tinha, até aquele momento, promovido uma diplomata de carreira ao cargo de Ministra de Primeira Classe parece ter sido difundida pela própria Embaixadora Odette em declarações à imprensa. É improvável, entretanto, que a diplomata tivesse informações seguras de todos os outros países com carreiras diplomáticas estruturadas sobre a inexistência de mulheres no mesmo patamar hierárquico.

59 PROMOÇÃO justa. *Tribuna da Imprensa*, 18 jan. 1956. Ver também: PRIMEIRA mulher Embaixadora do Brasil. *Correio da Manhã*, 28 mar. 1956, p. 3. Nos anos seguintes, quando se comentavam a entrada de mulheres na carreira ou suas promoções, tornou-se prática normal fazer alusão à Embaixadora Odette como exemplo tanto da realidade da ascensão feminina quanto do caráter restrito da participação de mulheres no funcionalismo público e na esfera política. Ver, por exemplo, NA diplomacia. *Tribuna da Imprensa*, 5 abr. 1957, p. 2; PINHEL, Maria de Lourdes. Mulheres em foco... e homens também. *Tribuna da Imprensa*, 12/13, 3 dez. 1964, segundo caderno, p. 3; ACF contra Banco do Brasil só para homem. *Tribuna da Imprensa*, 23 mar. 1962, p. 2.

60 CASTRO, Flavio Mendes de Oliveira. *Dois séculos de história da organização do Itamaraty*. Brasília: FUNAG, 2009.

manteve próxima de si a tarefa de controle das atividades políticas dos diplomatas, em particular as simpatias pelo comunismo⁶¹.

Participou ativamente da comissão de estudos de 1956 para a reestruturação do Ministério. Nas transcrições das reuniões, é perceptível a segurança com que a diplomata tratava dos temas e lidava com seus colegas, que muitas vezes se dirigiam a ela com claro temor reverencial. Suas posições privilegiavam, como já se podia vislumbrar no estudo sobre Joaquim Nabuco, um projeto para os diplomatas e a diplomacia que combinava conhecimentos da realidade contemporânea com uma visão de mundo hierárquica e tradicional. Também demonstrava seu entendimento de que o Ministério deveria não só controlar política e socialmente seus funcionários, mas também exercer um papel relevante, dentro do aparato estatal, no monitoramento das atividades políticas dos cidadãos brasileiros, utilizando seus serviços como instrumentos de controle social e mantendo segredo sobre suas atividades⁶².

O estopim para sua queda do DPC deu-se na disputa com o então chefe do Departamento Econômico do Itamaraty, Edmundo Barbosa da Silva, a respeito do reatamento das relações diplomáticas e comerciais com a União Soviética. Com a maré em favor de maior autonomia na política externa, que culminaria na Política Externa Independente, a posição contrária da Diretora do DPC, com argumentos de cunho securitário, enfrentou dificuldades. A pedido do Ministro Macedo Soares, a Embaixadora Odette preparou relatório em que se manifestava contrariamente mesmo às relações comerciais

61 CORRÊA, Manoel Pio. *O Mundo em que Vivi*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1994; SETEMY, Adrianna C. L. *Sentinelas das fronteiras: o Itamaraty e a diplomacia brasileira na produção de informações para o combate ao inimigo comunista (1935-1966)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2013, tese de doutorado.

62 Notas taquigráficas da comissão de estudos para reestruturação dos serviços do Ministério, realizada em 5 de julho de 1956; Notas taquigráficas da comissão de estudos para reestruturação dos serviços do Ministério, realizada em 21 de setembro de 1956; Ofício DPP/Dpo/333/942.(42)(88)/1955/Anexo único, do Consulado-Geral do Brasil em Lisboa, em 27 de maio de 1955; Despacho ao Memorandum DPo/DPC/68/591.5, em 14 de março de 1958.

com Moscou, por receio de “infiltração comunista” nos canais de financiamento. Frente à posição ambígua do Chanceler Macedo Soares sobre o tema, foi acusada de ter vazado suas conclusões para a imprensa e de as ter apresentado aos ministros militares antes que o Presidente Kubitschek pudesse ter conhecimento das recomendações. O próprio JK e seu chefe da Casa Civil, Victor Nunes Leal, parecem ter ficado incomodados com a atuação de Odette de Carvalho e Souza e do Ministério, que causou turbulência com parlamentares mais à esquerda no Congresso Nacional⁶³. Resultante dessa exposição midiática foi a contestada votação da Embaixadora Odette em sua sabatina no Congresso Nacional: enquanto a mesma sessão aprovou a indicação do Embaixador na República Dominicana por 29 votos a favor e 3 abstenções, a indicação de Odette de Carvalho e Souza para assumir a Embaixada em Tel Aviv foi aprovada por 19 votos a favor, 11 contrários e 2 abstenções⁶⁴.

DESIGNAÇÃO PARA ISRAEL E COSTA RICA – UM EXÍLIO DOURADO?

Ao ser designada para assumir a Embaixada do Brasil em Tel Aviv, Odette de Carvalho e Souza se tornou a primeira diplomata brasileira a assumir aquele posto como Embaixadora, já que a missão diplomática era, até início de 1958, uma legação, chefiada por um Ministro. É difícil avaliar o sentido político exato da nomeação: de um lado, tratava-se de um país com quem o Brasil mantinha relações crescentemente produtivas (daí a mudança de categoria da missão),

63 ITAMARATI indeciso no caso das relações com a URSS. *Correio da Manhã*, 9 jan. 1958, p. 1; ITAMARATI contra a vinda do emissário comercial russo. *Correio da Manhã*, 10 jan. 1958, p. 1; MINISTROS militares ouviram calados relatório sobre reatamento com a URSS. *Correio da Manhã*, 11 jan. 1958, p. 1; ORIENTAÇÃO do governo no caso do reatamento das relações entre Brasil e União Soviética. *Correio da Manhã*, 16 jan. 1958, p. 1; JUSCELINO declara que só em fevereiro tratará do reatamento das relações entre Brasil e URSS. *Correio da Manhã*, 18 jan. 1958, p. 1; DÚVIDAS sobre o relatório do Itamarati no caso do reatamento de relações com a URSS. *Correio da Manhã*, 19 jan. 1958, p. 1; DEPUTADO promete denunciar o chanceler. *Correio da Manhã*, 15 mar. 1958, p. 1.

64 *Correio da Manhã*, 27 jan. 1959.

centradas nas áreas de cooperação técnica e intercâmbio cultural; de outro, era um novo estado, pequeno, e envolvido em um conflito com seus vizinhos⁶⁵. O que parece ser inquestionável, porém, eram as credenciais da Embaixadora para assumir um posto potencialmente sensível. Além da ênfase na agenda de segurança internacional, como chefe do DPC, acompanhava os temas do conflito no Oriente Médio e as relações bilaterais Brasil-Israel⁶⁶. No entanto, foi popularizada a versão de que sua designação se devia justamente a questões de gênero: Israel tinha, naquele momento, uma Ministra das Relações Exteriores, Golda Meir, e a nomeação da Embaixadora brasileira era apresentada como uma “cortesia”⁶⁷ com a Chanceler israelense.

A Embaixadora assumiu em maio de 1959 suas funções em Tel Aviv, onde ficaria por pouco mais de dois anos. A produção de informações sobre a política e sociedade israelense durante a gestão da Embaixadora em Tel Aviv ganhou muito em concisão e rigor em relação aos chefes anteriores; os relatos passaram a ter um tom de realismo, interessado nas questões de política interna e externa de Israel. Vários temas eram recorrentes, mas a quase ausência de um deles era notável: o comunismo. Nas instruções enviadas pelo

65 BREDAS DOS SANTOS, Norma. *Brasil e Israel: diplomacia e sociedades*. Brasília: UnB, 2000. Anos depois, a Embaixadora deixaria claro considerar Tel Aviv e São José como postos de sacrifício, que implicavam desprestígio. Telegrama secreto da Embaixada do Brasil em São José da Costa Rica para a Secretaria de Estado, em 25 de junho de 1964.

66 Um exemplo foi a publicação do Decreto nº 43.562, de 23 de abril de 1958, estabelecendo um consulado-geral do Brasil em Jerusalém (afinal, nunca instalado). Foi à Diretora do DPC que o Embaixador israelense se queixou de diversos aspectos da exposição de motivos. A Embaixadora Odette questionou o Secretário-Geral sobre a maneira como a questão vinha sendo tratada, sobretudo porque assessores diretos do Ministro Macedo Soares estariam agindo em contradição com as posições substantivas formuladas por seu departamento. Ver: Consulado-Geral do Brasil em Jerusalém. *Revista Brasileira de Política Internacional*, ano I, n. 3, 1958, p. 165-168; Memorandum DPC/51, de 23 de maio de 1958, para o Sr. Secretário-Geral.

67 Caberia esclarecer o porquê de parecer pertinente a alguns mencionar a ideia de “cortesia”. Ao que parece, a preocupação residiria em questões protocolares, uma vez que Golda Meir era uma mulher viúva, e Odette de Carvalho e Souza, por ser uma mulher solteira, não causaria inconvenientes ao cerimonial israelense ou brasileiro. Ver: EMBAIXADOR do Brasil em Israel. *Correio da Manhã*, 30 jan. 1959, 1º caderno, p. 12; GATOS Pardos. Problema para o Itamarati. *Correio da Manhã*, 16 jun. 1959, 1º caderno, p. 15.

Ministério, a Embaixadora fora acautelada sobre o potencial de crescimento do comunismo em Israel por intermédio do MAPAM (partido dos trabalhadores unidos), não ligado à URSS. A Embaixadora parecia minimizar em seus relatórios a relevância do tema e insinuar que o Egito se aproximava da URSS. Mesmo quando uma reunião da Internacional Socialista foi organizada em Haifa, em 1960, a diplomata escolheu citar o trecho em que o Primeiro-Ministro David Ben-Gurion afirmava que “atualmente não se poderia chamar Israel de um Estado socialista”⁶⁸. Pode-se supor que, para uma anticomunista inveterada, havia dois fatores interagindo. Por um lado, a percepção de que a sociedade israelense evoluía e gradativamente abandonava suas raízes socializantes em favor de uma crescente preferência pelo ocidente capitalista⁶⁹. Por outro, a possibilidade de que as dificuldades enfrentadas na sabatina do Senado evidenciassem uma indisposição do governo para constantes manifestações de anticomunismo, o que poderia prejudicar sua carreira.

Muitos assuntos são recorrentes em seus relatórios, que mostram uma percepção aguda da política e da sociedade israelenses: a prolongada disputa com a República Árabe Unida, caracterizada naqueles anos por constantes atritos e episódios de baixo perfil, mas que já anunciava um conflito maior no futuro; a diplomacia militante que queria estabelecer para si uma “política de não identificação”, diferentemente do neutralismo de Nasser, que permitisse um engajamento de Israel com as novas nações afro-asiáticas; a ausência de solução para o problema dos “refugiados palestinos”; a ambígua relação de Israel com as comunidades judaicas de outros países, das quais necessitava para obter apoio financeiro e político, e as disputas entre israelenses seculares e religiosos; as mutações internas da sociedade, que abandonava aos poucos o pioneirismo, apesar

68 Despacho 169 da Secretaria de Estado para Tel Aviv, em 14 de abril de 1959; Ofício 80/1960/Anexo Único, da Embaixada em Tel Aviv; Ofício 21/1961/Anexo Único, da Embaixada em Tel Aviv.

69 Ofício 128/1960/Anexo Único, da Embaixada em Tel Aviv.

da promessa de receber quaisquer judeus emigrados de outros países; a pesada herança do Holocausto (inclusive o julgamento de Adolf Eichmann), que levava ao constante monitoramento do antissemitismo (mesmo que, por vezes, exagerado) e à preocupação de manter viva a memória nas novas gerações⁷⁰. Não deixava de demonstrar bom-humor e ironia no que escrevia. Quando se preparava para deixar o país, o anunciou, ao fim de um texto habitual sobre movimentações no corpo diplomático, *à la* Cyrano: “[...] a Embaixadora do Brasil deverá partir, com destino à Costa Rica, seu novo posto, no próximo dia 7 de agosto”⁷¹.

A Costa Rica não deveria parecer um posto instigante. Mas a situação política no Brasil se encarregaria de mudar a perspectiva de futuro da Embaixadora. Durante seu trânsito de Tel Aviv para São José (de 06/06 a 05/10/1961)⁷², o Presidente Jânio Quadros, colocado no poder por uma coalizão conservadora-modernizadora apoiada pelo capital externo, renunciou, abrindo uma grave crise política, finalmente resolvida com a posse do Vice-Presidente João Goulart, a quem foi imposto um regime parlamentarista. Para Odette de Carvalho e Souza, como para os demais defensores da autocracia burguesa brasileira, a ascensão de Jango, liderando uma frágil coalizão populista, deve ter parecido uma ameaça revolucionária,

70 Ofício 4/1960/Anexo Único, da Embaixada em Tel Aviv; Ofício 23/1960/Anexo Único, da Embaixada em Tel Aviv; Ofício 38/1960/Anexo Único, da Embaixada em Tel Aviv; Ofício 59/1960/Anexo Único, da Embaixada em Tel Aviv; Ofício 80/1960/Anexo Único, da Embaixada em Tel Aviv; Ofício 93/1960/Anexo Único, da Embaixada em Tel Aviv; Ofício 128/1960/Anexo Único, da Embaixada em Tel Aviv; Ofício 136/1960/Anexo Único, da Embaixada em Tel Aviv; Ofício 160/1960/Anexo Único, da Embaixada em Tel Aviv; Ofício 170/1960/Anexo Único, da Embaixada em Tel Aviv; Ofício 191/1960/Anexo Único, da Embaixada em Tel Aviv; Ofício 9/1961/Anexo Único, da Embaixada em Tel Aviv; Ofício 21/1961/Anexo Único, da Embaixada em Tel Aviv; Ofício 22/1961/Anexo Único, da Embaixada em Tel Aviv; Ofício 50/1961/Anexo Único, da Embaixada em Tel Aviv; Ofício 71/1961/Anexo Único, da Embaixada em Tel Aviv; Ofício 91/1961/Anexo Único, da Embaixada em Tel Aviv; Ofício 112/1961/Anexo Único, da Embaixada em Tel Aviv; Ofício 133/1961/Anexo Único, da Embaixada em Tel Aviv.

71 Ofício 133/1961/Anexo Único, da Embaixada em Tel Aviv.

72 Almanaque do Pessoal 1971. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1972. Uma parte desse período deve ter sido passada no Brasil, o que teria colocado a Embaixadora em contato direto com os eventos políticos e permitido articulações com outros anticomunistas.

sinal de um novo levante comunista. Nesse interregno até a posse de Goulart, iniciou-se justamente nova reorganização política das frações de classe, que desaguardaria no golpe em 1964⁷³.

Diante deste cenário interno no Brasil, e assumindo a chefia de um posto onde a questão cubana era parte recorrente da política doméstica, não surpreende que as comunicações fossem dominadas pela ameaça comunista na América Latina, em geral, e no Brasil, em particular. A estratégia escolhida para transmitir essa visão ao Ministério era a de relatar, com destaque, as opiniões de analistas políticos publicados na imprensa costarriquense que advertiam sobre os riscos das ações do governo Goulart. Alguns temas, como a temeridade de manter relações diplomáticas com a URSS, retomavam opiniões anteriores, que enfatiza o quão surpreso estava o articulista que o Itamaraty tivesse abandonado sua “prudência política”⁷⁴. Outros artigos eram a ocasião para transmitir elogios a alguns dos principais oponentes políticos do Presidente Goulart, como Carlos Lacerda⁷⁵. Mesmo acusações ao Presidente da República de estar conspirando com Cuba eram encaminhadas, com a ressalva de não ter a Embaixada feito uma réplica porque o assunto “não pode ser desmentido sem esclarecimento seguro”⁷⁶. O sentido geral das informações era de corroborar o discurso das frações de classe e setores do aparato estatal, que se preparavam para derrubar o governo, de que havia uma conspiração comunista que levaria a uma ruptura institucional⁷⁷.

73 DREIFUSS, René A. 1964: a Conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe. Petrópolis: Vozes, 1987; FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil*. São Paulo: Globo, 2008.

74 Ofício 263 da Embaixada em São José para a Secretaria de Estado, em 1º de dezembro de 1961.

75 Ofício 56 da Embaixada em São José para a Secretaria de Estado, em 4 de abril de 1962.

76 Ofício 79 da Embaixada em São José para a Secretaria de Estado, em 23 de maio de 1962.

77 MOTTA, Rodrigo P. S. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil, 1917-1964*. São Paulo: Perspectiva, 2002. Ver também: Ofício 262 da Embaixada em São José para a Secretaria de Estado, em 22 de novembro de 1961; Ofício 132 da Embaixada em São José para a Secretaria de Estado, em 4 de setembro de 1962.

Com o golpe de 1º de abril de 1964, o tom das comunicações se inverteu. Tratava-se de defender a “revolução” contra eventuais críticos que não tivessem entendido seus objetivos de frear a ascensão comunista. A Embaixada passou a ativamente transmitir ao público o discurso do novo regime: “[...] em nenhum momento, até agora, não [sic] foram veiculadas na imprensa local notícias que desfigurassem a revolução havida no Brasil, o que se deve ao trabalho de esclarecimento feito em tempo oportuno por esta Embaixada”⁷⁸. As ressalvas feitas por Odette de Carvalho e Souza estavam ligadas à cassação dos direitos políticos do ex-Presidente Juscelino Kubitschek, que causava comentários desfavoráveis⁷⁹. O posicionamento em relação aos novos donos do poder rendeu frutos e, em julho de 1964, a Embaixadora visitou o Ministério no Rio de Janeiro, cogitada para a Embaixada em Berna ou para o importante Departamento de Administração. Após ser consultada sobre o México⁸⁰, conseguiu confirmar sua designação para a Delegação junto às Comunidades Econômicas Europeias, em Bruxelas, um posto claramente mais prestigioso do que seus dois anteriores, que viria a assumir em início de 1965⁸¹.

O OCASO EM BRUXELAS E O RETORNO FINAL A PORTUGAL

Em termos de sua produção, o último posto, em Bruxelas, acaba tendo pouco a oferecer. Era um posto grande, no qual outros

78 Ofício da Embaixada em São José para a Secretaria de Estado de 1964.

79 Ofício 113 da Embaixada em São José para a Secretaria de Estado, em 16 de junho de 1964.

80 Ver despacho telegráfico de 23 de junho de 1964 para a Embaixada em San José, assinado pelo Chanceler Vasco Leitão da Cunha. Ao responder, fica nítida a insatisfação que Odette alimentava com os anos JK: “Peço vênha a Vossa Excelência estranhar proposta do Presidente da República que desconhece, certamente, que há 8 anos venho sendo sacrificada por bem cumprir meu dever” (Telegrama de 25/6/1964).

81 CHANCELER quer irmã de Fidel no Brasil. *Correio da Manhã*, 7 jul. 1964, 1º caderno, p. 3; REFORMA, *Correio da Manhã*, 23 nov. 1964, 1º caderno, p. 10; VÁRIAS, *Correio da Manhã*, 23 jan. 1965, 1º caderno, p. 2.

diplomatas provavelmente redigiam os expedientes centrados em aspectos econômicos da integração europeia. É possível também que a veterana diplomata comesçasse a diminuir seu ritmo, em um momento em que estava razoavelmente satisfeita com a reorganização do bloco no poder no Brasil. Alguns temas são recorrentes como a complexidade do projeto europeu; os complicados meandros da política interna das CEE; as ligações das CEE com o bloco socialista; e a cada vez mais relevante política agrícola comum do bloco. Em particular, nota-se a tentativa de explicar as relações das CEE com as ex-colônias, a competição entre a América Latina e a África pelos mercados europeus, preocupação típica da época, que resultava em instabilidade para os produtos agrícolas brasileiros. Em alguns momentos, surgiam oportunidades para análises políticas sobre o papel do Estado na economia⁸².

Em início de setembro de 1969, a Embaixadora Odette deixou Bruxelas, para ser aposentada compulsoriamente, ao completar 65 anos, em outubro seguinte. Em 1956, em sua despedida de Lisboa, havia prometido: “Cá voltarei um dia. Queiram os fados [...] e os dois governos, que seja para trabalhar [...] Mas, se assim não for, cá virei, ainda que só a passeio, para rever o país, tão belo, e os bons amigos que aqui deixo”⁸³. Cumpriu sua promessa e voltou a Portugal, depois de aposentada, para visitar sua irmã, falecendo no Porto em 30 de novembro de 1970⁸⁴. Na aposentadoria e na morte, não foi totalmente esquecida – era citada quando se falava da promoção de

82 Ofício 129 da Missão junto às CEE para a Secretaria de Estado, em 1º de junho de 1965; Ofício 10 da Missão junto às CEE para a Secretaria de Estado, em 17 de janeiro de 1966; Reunião de Embaixadores do Brasil na Europa Ocidental, realizada em Roma, 10 a 30 de setembro de 1966, v. XII.

83 *D. Odette de Carvalho e Souza: diplomata brasileira em Portugal, 1951-1956*. Lisboa: Livraria Gomes e Rodrigues, s/d, p. 20; ITAMARATI aposenta grande embaixadora. *Tribuna da Imprensa*, 7 out. 1969, p. 2.

84 ODETE de Carvalho e Sousa. *Jornal do Brasil*, 8 dez. 1970, 1º caderno, p. 7; MÉDICICI falará hoje sobre o Dia da Família. *Correio da Manhã*, diretor econômico, p. 11.

uma colega diplomata ou da dificuldade de as mulheres alcançarem os mais altos patamares da carreira⁸⁵.

CONCLUSÃO

Escrever um perfil biográfico ou uma biografia da Embaixadora Odette de Carvalho e Souza é um desafio incontornável. A principal dificuldade que salta aos olhos ao se debruçar sobre tal tarefa é como ir além do exemplar e do anedótico, isto é, encontrar o que há de significativo em sua carreira como diplomata para entender como o Ministério, como parte do aparato estatal e da formação social brasileira, lidou com uma mulher com ambições claras de poder.

A carreira diplomática da Embaixadora Odette estende-se justamente por um período crucial da redefinição da hegemonia de classe no Brasil, com disputas entre diversas frações capitalistas que desejavam ver seus modelos de acumulação e projetos de Estado prevalecerem no âmbito do bloco no poder⁸⁶. A Revolução de 1930 realizou uma mudança política e institucional consideráveis no Estado brasileiro, com o fim da ordem abertamente oligárquica da Primeira República. Aquela revolução passiva deu forma a uma reestruturação do bloco de poder: as oligarquias latifundiárias e a burguesia comercial financiaram seus associados na indústria nacional, com o apoio de um aparato estatal crescente e mais complexo, que logo ganhou contornos autoritários. A modernização conservadora iniciada no primeiro período Vargas (1930-1945) teve no Estado seu organizador e promotor e foi acompanhada de um processo industrializante que preservou elementos arcaicos. Embora houvesse um sistema

85 ZÓZIMO. Nova Embaixadora. *Jornal do Brasil*, 9 jan. 1970, caderno B, p. 3; MULHER no Itamarati. *Jornal do Brasil*, 21 maio 1977, caderno B, p. 2.

86 Bloco no poder pode ser entendido como uma aliança duradoura de frações de classe estruturando até certo ponto a política e as políticas do Estado e delimitando a arena política e estabelecendo articulação necessária para um nível de coerência na atuação das classes dominantes. Ver POULANTZAS, Nicos. *State, Power, Socialism*. London: Verso, 2000, p. 127-130.

democrático formal em vigor após 1946, o Estado no Brasil não foi concebido para construir um projeto de toda a sociedade, com negociações entre diferentes classes e suas frações. Em vez disso, a dominação da classe capitalista foi baseada na repressão, por meio de uma democracia restrita, na qual grandes porções da população adulta foram excluídas do corpo político. O golpe de 1964 representou a concretização do projeto do capital industrial monopolista de acelerar a reorganização do aparato estatal para assegurar o lucro por meio da repressão aos movimentos trabalhistas e do cumprimento dos dogmas das economias capitalistas centrais⁸⁷.

Foi nesse contexto altamente controverso e polarizado politicamente que se desenvolveram as estratégias de Odette de Carvalho e Souza para garantir a si uma inserção qualificada como sujeito político e de poder.

A questão do tratamento da primeira Embaixadora brasileira é o sinal mais evidente dessa ambiguidade entre, de um lado, uma trajetória profissional como sujeito político e, de outro, a evidência de como essa trajetória foi reduzida à esfera do anedótico pela instituição. A recente revalorização da Embaixadora como personagem histórico relevante para combater a hierarquia de gênero trouxe consigo a afirmação de que, apesar de sua ascensão funcional, a diplomata continuou a ser chamada de “D. Odette” por toda a vida⁸⁸. A análise sistemática de fontes da época aponta para uma realidade complexa. As denominações utilizadas são as mais diversas: “D. Odette” e “Embaixadora Odette” são as mais comuns, mas aparecem também “senhora”, “senhorita”, “doutora”,

87 DREIFUSS, René A. 1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1987; FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil*. São Paulo: Globo, 2008; MENDONÇA, Sonia Regina. *Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

88 Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=vkVUOmF1ew8>>, 12:10 a 12:36. Acesso em: 3 jan. 2023; FRIAÇA, Guilherme José Roeder. *Mulheres diplomatas no Itamaraty (1918-2011): uma análise de trajetórias, vitórias e desafios*. Brasília: FUNAG, 2018, p. 197.

“embaixatriz”, “embaixador”, a depender da familiaridade da fonte com a carreira diplomática. Que a questão do nome exista para a Embaixadora Odette é em si evidência de que as hierarquias de gênero permearam toda sua carreira, criando a necessidade de lidar com esse fenômeno. Ela mesma parecia usar de forma irônica essa referência para mostrar seu profissionalismo, explicitando que “D. Odette” era uma designação corriqueira na cultura da época, mas incapaz de dar conta de sua capacidade de trabalho: “faz-se mister, portanto, que a ‘D. Odette’ ponha um freio à sua justa emoção e ceda a palavra, também, ao ‘Cônsul-Geral’”⁸⁹.

A ambivalência entre o tratamento público “D. Odette” e a realidade de poder da Embaixadora Odette – que reflete as diferentes camadas nas hierarquias de classe e, por conseguinte, de gênero – corrobora a construção do processo de “apagamento” de sua trajetória profissional. Nessa linha, é notável que, no processo de perseguição aos suspeitos de simpatias comunistas logo após o golpe de 1964, a ficha relativa ao diplomata cassado Jatyr de Almeida Rodrigues traga uma anotação ao final: “Podem prestar informações sobre o Ministro JATYR DE ALMEIDA RODRIGUES: Ministro JAYME DE SOUZA GOMES, Embaixador PIO CORREIA, D. ODETTE DE CARVALHO E SOUZA (da carreira diplomática?)”⁹⁰. A desorientação do compilador das informações cria uma excelente porta de entrada para a discussão final do perfil biográfico da diplomata e de sua relação com a instituição a que serviu. No momento em que o texto foi escrito (provavelmente julho de 1964), Odette de Carvalho e Souza era Embaixadora na Costa Rica, considerada para cargos importantes no Ministério ou em outros postos (em breve viria a

89 *D. Odette de Carvalho e Souza: diplomata brasileira em Portugal, 1951-1956*. Lisboa: Livraria Gomes e Rodrigues, s/d, p. 18.

90 Documento “Jatyr de Almeida Rodrigues”. SNI (GAB) no 673/64, constante do maço br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_64095852_d0001de0002 do Conselho de Segurança Nacional, disponível eletronicamente no sítio do Arquivo Nacional. Acesso em: 31 dez. 2022.

assumir a Missão em Bruxelas), diplomata de carreira há mais de trinta anos e uma ferrenha anticomunista (o que, presumivelmente, deveria atrair a atenção de um funcionário do SNI). No entanto, sequer estava claro se era diplomata.

O motivo mais evidente é a ausência do título típico dos diplomatas: “Embaixadora” substituída por “D.”. Em si, já fica evidenciada a hierarquia de gênero, que permite, ainda que não cause inteiramente, essa distinção. Mas há o fator mais amplo que era o inconcebível à época e, em parte, ainda hoje, de ter uma mulher diplomata como uma das pensadoras significativas da diplomacia e da política brasileira. Não há, na coleção Pensamento Diplomático Brasileiro, um capítulo dedicado à Embaixadora Odette, embora contemporâneos seus e outros mais recentes estejam presentes. Reside aí um aspecto importante da biografia de Odette de Carvalho e Souza: o perfil traçado acima é o de uma personagem complexa, que naturalmente evolui ao longo da carreira e usa estratégias para assegurar seu êxito e sua sobrevivência profissionais. Ademais, o que se pode depreender é que aquilo que a Embaixadora Odette fez e escreveu foi relevante e significativo em relação à maneira como o bloco no poder, ou suas frações, traçava sua estratégia de atuação no Brasil e igualmente em questões internacionais. Esse fato é potencializado pela necessidade de estudar mais a fundo como a primeira Embaixadora brasileira lidava com a hierarquia de gênero e o feminismo, como estabelecia suas estratégias na carreira. O processo de apagamento institucional sem paralelo ao qual foi submetida a trajetória profissional de Odette de Carvalho e Souza, a despeito de sua atuação no centro dos principais eventos políticos de seu tempo, é apenas a ponta do *iceberg*.

Agradecimento: Os autores agradecem a ajuda inestimável de Rogério de Souza Farias, sem a qual este artigo não teria sido possível.



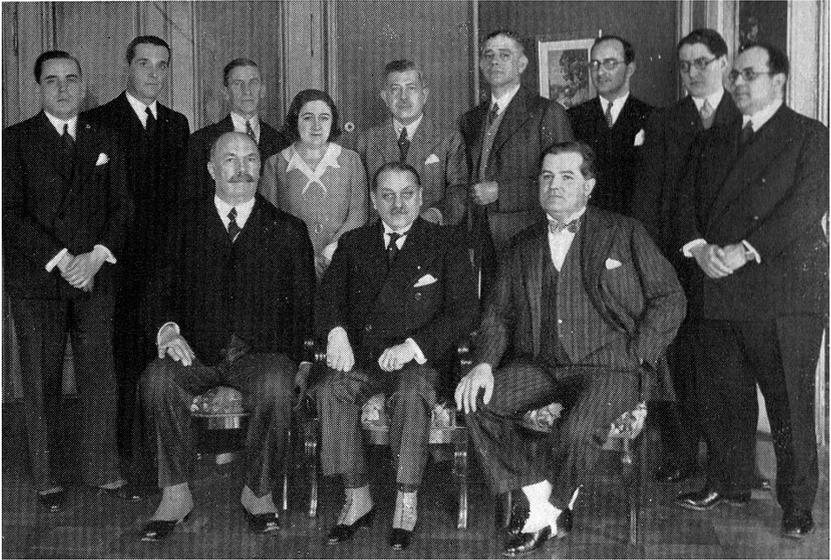
A Embaixadora Odette de Carvalho e Souza e a Primeira-Ministra Golda Meir em Israel, 1959. National Photo Collection of Israel.



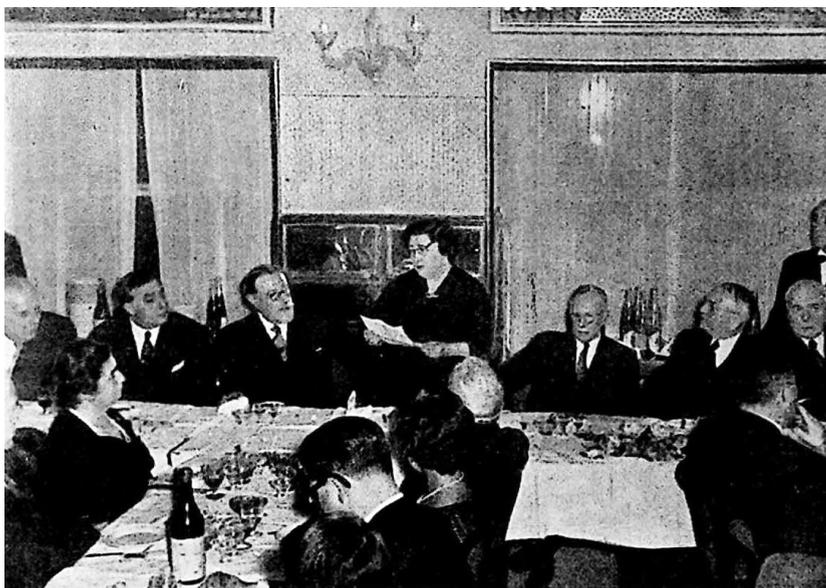
A Embaixadora Odette de Carvalho e Souza e o Presidente Juscelino Kubitschek no Rio de Janeiro, 1959. Arquivo Nacional.



Odette de Carvalho e Souza, Cônsul-Geral do Brasil em Lisboa, c. 1956.
D. Odette de Carvalho e Souza: diplomata brasileira em Portugal, 1951-1956.



Odette de Carvalho e Souza e a Delegação Brasileira de Desarmamento em Berna, c. 1933. D. *Odette de Carvalho e Souza*: diplomata brasileira em Portugal, 1951-1956.



Odette de Carvalho e Souza, Cônsul-Geral do Brasil em Lisboa, faz discurso de despedida, 1956. *D. Odette de Carvalho e Souza*: diplomata brasileira em Portugal, 1951-1956.

IV. DORA ALENCAR DE VASCONCELLOS (1910-1973)

*Maria Nazareth Farani Azevêdo
Gustavo Fortuna de Azevedo Freire da Costa*

*Não sei a grande árvore que eu de frutos dourei,
Não sei os intervalos que povoiei de música,
Bordados que eu bordei nas franjas da solidão.¹*

(Dora Alencar de Vasconcellos)

“Embaixadora Dora Alencar de Vasconcellos, Cônsul-Geral do Brasil em Nova York (1958-1966)”, indica a legenda. A fotografia de figura feminina com semblante afável e sorriso discreto destoa dos demais retratos dos antigos titulares do Consulado-Geral em Nova York dispostos na sala de conferências do posto. Uma galeria monocromática e monotemática, com fotos em escala de cinza, majoritariamente de homens diplomatas.

Ademais da diferença estética entre as autoridades retratadas, surpreende o fato de que a Embaixadora Dora Vasconcellos tenha sido, somente na segunda metade do século XX, a primeira mulher diplomata a chefiar uma das repartições consulares mais antigas do Brasil². Além disso, causa certo estranhamento o longo hiato de

1 POETAS do Villa, 2020.

2 O primeiro Cônsul-Geral do Império do Brasil nos Estados Unidos da América foi nomeado em 1823 e residia na Filadélfia, de onde exercia jurisdição consular sobre todo o país. Em 1836, o Império optou por mandar o Cônsul-Geral servir em Nova York, onde estabeleceu residência e inaugurou a repartição consular naquele mesmo ano, em razão do crescimento dos fluxos portuários em Nova York, e dada a ligação entre a atividade consular, o comércio e a navegação. Disponível em: <<https://www.gov.br/mre/pt-br/consulado-nova-york/informacoes-gerais-do-consulado/historia>>. Acesso em: 5 dez. 2022.

quase cinco décadas entre o fim de sua gestão e o início da segunda gestão do posto por outra mulher diplomata³.

Quem foi Dora Alencar de Vasconcellos, falecida há exatos 50 anos? Complexa e multifacetada, a resposta a essa pergunta reflete a vida da Embaixadora Dora Vasconcellos e as qualidades que acompanham sua biografia: mulher diplomata pioneira; poetisa e compositora renomada; divulgadora das artes e da música brasileiras.

NOTAS BIOGRÁFICAS

Dora Alencar de Vasconcellos nasceu em 6 de setembro de 1910, no Rio de Janeiro. Filha de Amalia Alencar de Vasconcellos e de José Ferraz de Vasconcellos, foi a caçula dos quatro filhos do casal, precedida por seus irmãos Léa Alencar de Vasconcellos (nascida em 1904), Sérgio Alencar de Vasconcellos (nascido em 1907) e Amalia Corina Alencar de Vasconcellos (nascida em 1908).

Seu pai, José Ferraz de Vasconcellos, engenheiro da Estrada de Ferro Central do Brasil, faleceu quando Dora tinha apenas 14 anos de idade, em 1924, enquanto atuava como superintendente de circulação das tropas tenentistas sublevadas em São Paulo^{4,5} durante a Revolta Paulista⁶.

Seu avô materno, Alexandrino Faria de Alencar, foi almirante e político brasileiro. Como militar, serviu na Guerra do Paraguai e foi um dos comandantes da Revolta da Armada (1893). Como

3 Embaixadora Ana Lucy Gentil Cabral Petersen, Cônsul-Geral do Brasil em Nova York (2013-2018). BRASIL, 2021.

4 O engenheiro José Ferraz de Vasconcellos foi vitimado por estilhaços durante confronto armado nas proximidades da estação Vila Romanópolis. Em homenagem póstuma, a estação foi rebatizada Ferraz de Vasconcelos [sic] em 1926, a qual originou o nome do município paulista emancipado em 1953. Disponível em: <<https://ferrazdevasconcelos.sp.gov.br/web/historia-da-cidade>>. Acesso em: 1º dez. 2022.

5 VASCONCELLOS, 1934.

6 De viés tenentista, a Revolta Paulista de 1924 foi motivada pelo descontentamento de segmentos militares com o sistema político-oligárquico vigente e foi precursora do movimento que levou Getúlio Vargas ao poder, em 1930.

político, foi eleito senador da República em duas ocasiões (1905 e 1921), contudo não terminou seus mandatos, por ter sido nomeado Ministro de Estado da Marinha, de forma não ininterrupta, nas presidências de Afonso Pena, Nilo Peçanha, Hermes da Fonseca, Venceslau Brás e Artur Bernardes. Também foi Ministro do Supremo Tribunal Militar (1909-1920), tendo falecido em 1926, quando sua neta Dora tinha 16 anos de idade⁷.

Seu tio (irmão de sua mãe Amalia), o jurista Armando de Alencar, foi Ministro do Supremo Tribunal Federal (1937-1941), indicado por Getúlio Vargas em 1937 – mesmo ano em que Dora Vasconcellos foi aprovada no concurso para o Itamaraty. Seu primo (filho de seu tio Armando e nove anos mais jovem), Fernando Ramos de Alencar, ingressou no MRE em 1938, no mesmo ano e cargo de sua prima Dora, e alcançou elevadas posições na estrutura do Ministério, tendo sido Secretário-Geral das Relações Exteriores (1959-1960) durante a gestão do Chanceler Horário Lafer⁸.

Embora sejam escassos os registros a respeito da vida de Dora Vasconcellos pregressa ao seu ingresso nos quadros do Ministério das Relações Exteriores, a condição social de sua família lhe terá garantido conforto e segurança financeira, tendo recebido a formação educacional de praxe da classe média alta ao longo de sua infância e adolescência, quando manifestou pendor para os estudos, literatura e línguas estrangeiras⁹.

Dora Vasconcellos casou-se em 1930, aos 20 anos de idade, com o pernambucano José da Cruz Cordeiro Filho, cinco anos mais velho, e alterou o registro de seu nome para “Dora Vasconcellos da Cruz Cordeiro”, após o matrimônio. José da Cruz Cordeiro Filho era

7 Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/ALENCAR,%20Alexandrino%20Faria%20de.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2022.

8 Disponível em: <<https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbeta-biografico/fernando-ramos-de-alencar>>. Acesso em: 15 dez. 2022.

9 COELHO. Dora Alencar de Vasconcellos. In: COELHO, 2002.

escritor, poeta, tradutor e compositor. Fundou a revista *Phono-Arte*¹⁰ com Sérgio Alencar de Vasconcellos¹¹, irmão de Dora, em 1928. Como hipótese, a parceria de Cruz Cordeiro com Sérgio Vasconcellos terá não apenas facilitado a proximidade do futuro casal, mas também inspirado a verve artística de Dora – em especial, para a poesia e para a música. Em 1931, um ano após o casamento, nasceu José Roberto Vasconcellos da Cruz Cordeiro, único filho do casal. Com o término da revista *Phono-Arte*, Cruz Cordeiro ingressou na recém-fundada gravadora RCA Victor Brasileira, onde trabalhou como diretor artístico, tendo se aposentado prematuramente, por invalidez, em 1936.

Não é inverossímil crer que a necessidade de colaborar financeiramente com o sustento de sua família tenha sido um dos elementos que motivaram Dora Vasconcellos a trabalhar para o Estado, seguindo o exemplo de outros membros de sua família imediata, como já mencionado. Nesse sentido, Dora trabalhou como funcionária do Conselho Federal de Comércio Exterior¹², de 1936 a 1938, antes de ingressar no Quadro do Itamaraty.

10 Tida como a primeira revista do “phonógrafo brasileiro”, o periódico era dedicado a notícias sobre os lançamentos das gravadoras, bem como os lançamentos cinematográficos, tendo inaugurado a crítica sistemática da música popular e erudita no Brasil. A revista foi editada até a edição de nº 50, entre 1928 e 1931. Disponível em: <<http://dicionariompb.com.br>>. Acesso em: 20 dez. 2022.

11 Sérgio Alencar de Vasconcellos teve sólida carreira como radialista e foi diretor de várias estações, como a Rádio Tupy-Tamoio e a Rádio Guanabara, chegando a dirigir a famosa Rádio Nacional (1958-1965). CABRAL, 1993, p. 45.

12 É interessante notar que o Conselho Federal de Comércio Exterior (1934-1949) era sediado nas dependências do Ministério das Relações Exteriores. Criado pelo Decreto nº 24.429/1934, cabia ao CFCE promover o desenvolvimento das exportações e um maior consumo nacional da produção do país, além de estudar as importações nas suas relações com a produção e o consumo nacionais e o comércio exterior. Disponível em: <<https://dibrarq.arquivonacional.gov.br/index.php/conselho-federal-de-comercio-exterior-brasil-1934-1949>>. Acesso em: 11 dez. 2022.

CARREIRA DIPLOMÁTICA¹³ – PIONEIRISMO!

Embora não seja totalmente claro o motivo pelo qual Dora Vasconcellos decidiu participar do processo seletivo para o Ministério das Relações Exteriores – cujas dependências frequentou durante sua experiência no Conselho Federal de Comércio Exterior –, ela prestou o concurso de provas para Cônsul de Terceira Classe do ano de 1937 e foi aprovada na 10^a colocação, tendo tomado posse em 1938.

Independentemente da motivação que animou Dora a ingressar no Itamaraty, sua aprovação e posse a tornaram pioneira, pertencente do seletivo “Grupo das 20” primeiras mulheres diplomatas¹⁴ a participarem do universo preponderantemente masculino que configurava o corpo de diplomatas do Serviço Exterior Brasileiro na primeira metade do século XX.

Dora Alencar de Vasconcellos foi a 15^a mulher a integrar o Serviço Exterior Brasileiro, entretanto foi a segunda das apenas três mulheres diplomatas do “Grupo das 20” a alcançar o último degrau da carreira diplomática e a apresentar cartas credenciais como chefe de missão diplomática – Embaixadora Odette de Carvalho e Souza (1956), Embaixadora Dora Vasconcellos (1964) e Embaixadora Lourdes de Vincenzi (1972).

O “Grupo das 20” compreende as 19 mulheres que ingressaram no Itamaraty entre 1918 e 1938, acompanhadas de integrante adicional que ingressou em 1945. Um dos marcos para esse recorte temporal é a mudança nas condições legais sobre o acesso feminino à carreira diplomática¹⁵. Em termos práticos, o concurso prestado

13 Os dados funcionais dos diplomatas apresentados nesta seção foram coletados dos anuários de servidores do Itamaraty. Disponível em: <<https://www.gov.br/funag/pt-br/chdd/historia-diplomatica/colecoes-historicas/anuario-de-funcionarios-do-ministerio-das-relacoes-exteriores>>. Acesso em: 11 dez. 2022.

14 FRIAÇA, 2018, p. 146.

15 QUINTELLA, Thereza Maria Machado. Apresentação. In: FRIAÇA, 2018, p. 14.

por Dora Vasconcellos, em 1937, foi o último em que se permitiu a inscrição de candidatas mulheres, por determinação do Decreto-lei nº 791/1938.

Muito embora tivesse impedido o acesso das mulheres à carreira diplomática, o referido Decreto-lei nº 791/1938 reuniu os integrantes dos corpos consular e diplomático do Itamaraty em uma mesma carreira. Em teoria, essa mudança poderia vir a mitigar a distância que havia no tratamento dado a servidores dos dois sexos, ao permitir, involuntariamente, que as mulheres que já serviam no MRE em funções consulares passassem a desempenhar funções diplomáticas¹⁶.

Ocorre que, mesmo após passarem a pertencer, em 1938, à mesma carreira que seus colegas diplomatas do sexo masculino, as mulheres diplomatas continuaram a ser designadas, majoritariamente, para funções administrativas e consulares¹⁷, com trajetórias profissionais que destoaram dos homens diplomatas em termos de ascensão funcional, lotação na Secretaria de Estado e remoção para o exterior.

Dora Vasconcellos tomou posse no Ministério das Relações Exteriores em 1938 como Cônsul de Terceira Classe. Em termos profissionais, ingressava, naquele momento, em um ambiente masculino e relativamente hostil, ao qual poucas mulheres haviam ascendido e que se fecharia por completo a novas memberships femininas daquele ano em diante¹⁸. Em nível pessoal, os desafios também eram significativos: recorde-se, Dora contava com 28 anos de idade, era mãe de uma criança de sete anos, e seu marido havia se aposentado por invalidez recentemente. Pouco tempo depois, em 1942, Dora Vasconcellos e seu marido optaram pela separação – o que,

16 FRIAÇA, 2018, p. 157.

17 QUINTELLA, Thereza Maria Machado. Apresentação. In: FRIAÇA, 2018, p. 16.

18 O Decreto-lei nº 791/1938 impediu o acesso ao Quadro do Serviço Exterior a brasileiras do sexo feminino, proibição que se manteve por 16 anos, até 1954.

à época, era elemento de estigma social às mulheres “desquitadas”¹⁹. Com a separação, José Roberto, filho do casal, passou à guarda da mãe.

Em sua primeira lotação na Secretaria de Estado²⁰, em 1939, Dora Vasconcellos foi designada auxiliar do chefe do Departamento Diplomático e Consular. Em seguida, no mesmo ano, foi lotada na Secretaria-Geral das Relações Exteriores, onde exerceu a função de auxiliar de gabinete do Secretário-Geral, tendo assessorado os Embaixadores Mauricio Nabuco (1939-1942) e Pedro Leão Velloso Neto (1942-1944), e sendo promovida a Cônsul de Segunda Classe em 1942.

Atuou, em 1940, como auxiliar da delegação do Brasil à Conferência dos Estados Americanos, realizada em Havana. Mas sua primeira remoção ocorreu em 1943, para o Consulado-Geral em Montevidéu, onde desempenhou as funções de Vice-Cônsul e Cônsul-Adjunta. Em 1947, foi mandada servir na Embaixada em Montevidéu, onde trabalhou até 1950.

Dora regressou ao Brasil em 1950 e foi promovida a Cônsul de Primeira Classe no mesmo ano. Voltou, inicialmente, para a Secretaria-Geral das Relações Exteriores, onde foi designada auxiliar de gabinete do Embaixador Cyro de Freitas-Valle (1949-1951). No ano seguinte, foi lotada no Departamento Político e Cultural, onde

19 Com a homologação do desquite amigável, o nome de casada “Dora Vasconcellos da Cruz Cordeiro” foi revertido para a grafia de solteira “Dora Alencar de Vasconcellos”. Recorde-se que o assunto era regulamentado pelo Código Civil de 1916, que determinava que a sentença judicial de homologação do desquite amigável autorizava a separação dos cônjuges e punha termo ao regime matrimonial dos bens, contudo mantinha o vínculo matrimonial intacto, razão pela qual a pessoa desquitada não poderia constituir novo casamento. Por esse motivo, Dora Vasconcellos nunca contraiu outro matrimônio até seu falecimento, em 1973. O divórcio foi introduzido no sistema jurídico brasileiro apenas com o advento da Lei nº 6.515/1977.

20 O Decreto nº 19.592/1931 dispunha que os Cônsules de Terceira Classe seriam nomeados mediante concurso e cumpriam estágio preparatório de habilitação de dois anos na Secretaria de Estado. Dora Vasconcellos não chegou a cursar o Instituto Rio Branco (IRBr), pois a instituição foi criada somente em 1945.

exerceu a função de auxiliar do chefe da unidade, o então Ministro de Segunda Classe Heitor Lyra.

Atuou, em 1951, como Secretária-Geral Adjunta da comissão organizadora do I Congresso da União Latina e como chefe da Secretaria do I Congresso, realizado no Rio de Janeiro. Em 1951 e 1952, foi professora de prática consular e examinadora das provas de Prática Diplomática, Prática Consular e Tratados, além de Política Econômica do Brasil, no âmbito do Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (CAD), do Instituto Rio Branco.

Em 1952, secretariou a VIII Assembleia da Conferência Interamericana de Mulheres, realizada no Rio de Janeiro, na sede do Itamaraty. Naquele mesmo ano, foi removida para o Consulado-Geral em Nova York, onde desempenhou a função de Cônsul-Adjunta. Após dois anos no posto, foi promovida a Conselheira.

Em 1958, ainda em Nova York, alcançou a promoção para Ministra de Segunda Classe. Naquele mesmo ano, chegou a ser removida para o Consulado-Geral em Paris, para exercer a função de Cônsul-Geral²¹, mas a remoção foi tornada insubsistente, e Dora Vasconcellos foi nomeada Cônsul-Geral em Nova York. Assim, não foi preciso deixar a cidade, onde continuou trabalhando de forma ativa – agora na condição de chefe da repartição consular, a primeira mulher diplomata a exercer a função.

Em Nova York ainda, Dora Vasconcellos foi indicada, em 1962, Secretária-Tesoureira da Society of Foreign Consuls in New York e eleita, por unanimidade, em 1964, Presidente da entidade, que congregava 74 repartições consulares estrangeiras. Também foi cofundadora do Brazilian Institute, vinculado à New York University,

21 Caso a remoção tivesse se efetivado, Dora Alencar de Vasconcellos teria sido a primeira mulher diplomata a exercer a função de Cônsul-Geral em Paris, em 1958. O pioneirismo coube à então Ministra de Segunda Classe Beata Vettori, que foi a primeira mulher diplomata Cônsul-Geral em Paris (1965-1968). FRIAÇA, 2018, p. 118.

e participou regularmente de programas de análise política na rádio e na televisão americanas, durante os anos em que viveu nos EUA²².

Em 1964, Dora Alencar de Vasconcellos foi promovida a Ministra de Primeira Classe²³, tendo sido a segunda mulher diplomata a alcançar a função de Embaixadora na história institucional do Itamaraty – cerca de nove anos após a pioneira, Embaixadora Odette de Carvalho e Souza²⁴.

No ano seguinte, Dora Vasconcellos foi nomeada Embaixadora do Brasil na Polônia, contudo a designação foi tornada sem efeito, após sucessivas prorrogações de seu prazo de partida. E, em 1966, foi nomeada para a Embaixada em Ottawa, iniciando suas funções no mesmo ano. Foi a primeira mulher a ocupar a posição de Embaixadora estrangeira junto ao governo do Canadá²⁵. Seu filho José Roberto, que a acompanhou em suas remoções para o Uruguai e para os Estados Unidos, optou por não se mudar para o Canadá e, lamentavelmente, veio a falecer nos EUA, em 1966, aos 45 anos de idade, pouco tempo após sua mãe apresentar credenciais às autoridades canadenses²⁶.

Em 1969, Dora Vasconcellos foi designada Embaixadora do Brasil em Trinidad e Tobago, assumindo suas funções em 1970. Em 1972, foi nomeada Embaixadora cumulativa em Barbados e na Jamaica, passando a representar o Brasil também junto àqueles países, embora mantivesse sua residência em Trinidad e Tobago.

22 COELHO. Dora Alencar de Vasconcellos. In: COELHO, 2002.

23 O Decreto de promoção foi assinado pelo Marechal Humberto de Alencar Castello Branco, por indicação do então Chanceler Vasco Leitão da Cunha (1964-1966), com quem Dora Vasconcellos havia trabalhado na assessoria de gabinete do Secretário-Geral, Embaixador Maurício Nabuco (1939-1942), no início da Segunda Guerra Mundial. CARRIÈRES, 2021, p. 533.

24 A Embaixadora Odette de Carvalho e Souza foi promovida pelo Presidente Juscelino Kubitschek, em 1956, por indicação do então Chanceler José Carlos de Macedo Soares (1955-1958).

25 FRIAÇA, 2018, p. 220.

26 FRIAÇA, 2018, p. 221.

A Embaixadora Dora Alencar de Vasconcellos faleceu na noite de 25 de abril de 1973, aos 62 anos de idade, acometida por infarto agudo do miocárdio, em Port-of-Spain (Trinidad e Tobago), a serviço do país no exterior²⁷, faltando pouco mais de dois anos para sua aposentadoria.

Foi a primeira mulher diplomata a ser sepultada com honras militares no Brasil²⁸, em cortejo fúnebre precedido por batedores, com toque de silêncio e salva de 19 tiros de canhão, no Cemitério de São João Batista, no Rio de Janeiro²⁹. Por instrução do Chanceler Mário Gibson Barbosa³⁰, o Embaixador Miguel Paranhos do Rio Branco, chefe do ERERIO³¹, dirigiu-se ao aeroporto internacional do Galeão, a fim de receber os restos mortais de Dora Vasconcellos, e representou o Itamaraty no sepultamento, ocorrido no dia 29 de abril³².

Entre as personalidades presentes ao sepultamento, compareceram os ex-Chanceleres Juracy Magalhães e Vasco Leitão da Cunha, o ex-Secretário-Geral Maurício Nabuco, o ex-Governador do Rio de Janeiro Ernãne do Amaral Peixoto e o Embaixador Alfredo Teixeira Valladão³³.

Em correspondência assinada por Bertha Lutz, datada de maio de 1973, a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino transmitiu mensagem de pêsames pelo falecimento de Dora Vasconcellos. Ela também foi homenageada pela Prefeitura da cidade de São Paulo,

27 BRASIL, 1973c.

28 O art. 36 do Decreto nº 70.274/1972, que trata das normas do cerimonial público e a ordem geral de precedência, estendeu as honras militares a Embaixadores e Ministros Plenipotenciários brasileiros falecidos no exercício de suas funções no exterior.

29 REVISTA VEJA, 1973, p. 13.

30 BRASIL, 1973b.

31 Escritório de Representação do Ministério das Relações Exteriores no Rio de Janeiro.

32 BRASIL, 1973b.

33 O GLOBO, 1973.

que nomeou rua na capital paulista em sua memória, em dezembro do mesmo ano^{34,35}.

DIPLOMATA DAS ARTES

Na ocasião em que Vossa Excelência se desliga do Consulado-Geral em Nova York é-me grato felicitá-la pela sua magnífica atuação nos longos anos em que aí serviu. Pude testemunhar, pela observação pessoal nos Estados Unidos e pela repercussão que teve no Brasil, que sob sua chefia o Consulado-Geral alcançou raro prestígio pela atividade, eficiência e brilho nos campos cultural, comercial e social.³⁶

Com essas palavras, o Chanceler Vasco Leitão da Cunha registrava, em 1965, agradecimentos elogiosos pelos serviços prestados pela Embaixadora Dora Alencar de Vasconcellos à frente do Consulado-Geral em Nova York, por ocasião de sua remoção para a Embaixada em Varsóvia³⁷.

Dora Vasconcellos teve, de fato, grande influência na diplomacia cultural do Itamaraty nas décadas de 1950 e 1960, sobretudo durante os 14 anos de sua passagem por Nova York (1952-1966). Os elementos de “atividade, eficiência e brilho” mencionados pelo Chanceler Leitão da Cunha materializavam as ações de divulgação que caracterizaram a política cultural do Brasil no exterior após 1945, orientadas pela

34 BRASIL, 1973d.

35 Vale mencionar que a relação de Dora Vasconcellos com a cidade de São Paulo tem antecedentes genealógicos e históricos. Em 1962, as autoridades municipais paulistas haviam prestado homenagem ao pai de Dora Vasconcellos, o engenheiro José Ferraz de Vasconcellos, mártir da Revolta Paulista de 1924, celebrado em busto inaugurado naquela capital, em cerimônia que contou com a presença de Dora. A NOITE, 1962.

36 BRASIL, 1965.

37 A designação foi tornada sem efeito, no entanto, após sucessivas prorrogações de seu prazo de partida. Como já tratado anteriormente, Dora Vasconcellos se desligaria do Consulado-Geral em Nova York apenas em 1966, removida para a Embaixada em Ottawa. FRIAÇA, 2018, p. 220.

difusão da língua, das artes, das letras e da música brasileira no mundo³⁸.

Além de frequentar, regularmente, programas em rádios e na televisão norte-americanas³⁹, Dora Vasconcellos se dedicou a construir pontes e redes de contato entre artistas, escritores e músicos brasileiros, com instituições dedicadas às artes, personalidades e figuras do meio empresarial nos EUA, atuando como divulgadora da cultura brasileira ao público americano.

O ponto alto da ação cultural de Dora Vasconcellos em Nova York terá sido o concerto Bossa Nova – New Brazilian Jazz, realizado no Carnegie Hall, em novembro de 1962, que deu projeção internacional à Bossa Nova brasileira na meca da indústria cultural moderna⁴⁰. A lendária apresentação – cujo aniversário de 60 anos foi celebrado em 2022 – foi marco para a música popular brasileira no exterior e introduziu ao mundo os jovens músicos e intérpretes Sérgio Mendes, João Gilberto, Roberto Menescal, Antônio Carlos Jobim, Luiz Bonfá, Carlos Lyra, Agostinho Santos e Oscar Castro-Neves⁴¹.

A diplomacia cultural do Itamaraty na seara musical, que se limitara à promoção de composições eruditas até o final dos anos 1950, evoluiu rapidamente em benefício das artes e práticas populares, marcando uma nova orientação do Ministério⁴². O lançamento internacional da Bossa Nova abriu as portas para um

38 DUMONT & FLÉCHET, 2014, p. 210.

39 COELHO. Dora Alencar de Vasconcellos. In: COELHO, 2002.

40 O concerto foi gravado por veículos da imprensa internacional, tais como CBS, Voice of America, US Information Agency, BBC, Rádio Europa-Livre (transmitindo para Moscou) e pela Rádio Bandeirantes, a única emissora brasileira presente. CASTRO, 2016, p. 330.

41 Disponível em: <<https://www.carnegiehall.org/Explore/Articles/2020/08/10/Bossa-Nova-at-Carnegie-Hall>>. Acesso em: 23 dez. 2022.

42 DUMONT & FLÉCHET, 2014, p. 214.

movimento de interesse e simpatia pelo Brasil que ecoa até hoje, tendo ultrapassado o campo da música propriamente dita⁴³.

É bastante difundida a referência a fato anedótico ocorrido no dia da apresentação no Carnegie Hall, segundo o qual Dora Vasconcellos teria atuado decisivamente em favor da apresentação de João Gilberto, tendo arrombado a sala da passadeira do teatro com a ajuda de funcionária do local e passado ela mesma, com ferro de engomar, as calças do músico baiano, que se recusava a subir ao palco, com receio de comprometer a imagem da música brasileira no exterior, porque sua roupa estava sem vinco⁴⁴.

Muito embora o episódio até possa ser verdadeiro e comprove o espírito de comprometimento da Cônsul-Geral do Brasil em Nova York com o sucesso do evento, há que se notar o desconhecimento público da fundamental ação de Dora na concepção e na organização do show. Limitar a menção de seu nome apenas àquele episódio anedótico é uma forma de invisibilizar sua atuação, além de reforçar o estereótipo da mulher – seja ela diplomata do Itamaraty ou passadeira do Carnegie Hall – reduzida a tarefas de prendas do lar, restringindo a participação feminina ao espaço privado da casa ou do camarim, alijada do espaço público e dos holofotes.

O fato é que a então Ministra Dora Vasconcellos, Cônsul-Geral em Nova York, envolveu-se pessoalmente com a idealização, o planejamento e a execução do evento, cujo êxito deveu-se, além de sua paciência e perseverança, ao seu senso de oportunidade⁴⁵.

Dora logrou convencer o produtor musical americano Sidney Frey, admirador da música brasileira e proprietário da gravadora Audio Fidelity Records, a respeito da oportunidade comercial de introduzir ao público americano o movimento bossanovista

43 RIBEIRO, 2011, p. 91.

44 CASTRO, 2016, p. 333.

45 PILATI & VIANA, Canção, 2021, p. 87.

brasileiro, cujas gravações já haviam chegado aos Estados Unidos sob a alcunha “samba jazz”⁴⁶. Frey cuidou do aluguel do Carnegie Hall e da burocracia contratual para liberação dos artistas brasileiros junto às suas gravadoras⁴⁷.

Em paralelo, Dora Vasconcellos atuou em parceria com seu colega de Itamaraty, o então Conselheiro Mário Loureiro Dias Costa, chefe da Divisão de Difusão Cultural (1962-1964), unidade criada sob os auspícios da reforma regimental da área cultural do MRE realizada em 1961⁴⁸, o qual obteve apoio material do Ministério para aquisição de passagens aéreas aos músicos para o voo aos EUA⁴⁹.

A fim de preservar o registro histórico da apresentação no Carnegie Hall, bem como com o intuito de proteger o Itamaraty de críticas e animosidades, Dora comprou de uma equipe de televisão americana o filme com a gravação do show⁵⁰. O material foi levado ao Brasil pelo jornalista e produtor musical Walter Silva, que cobriu o evento em Nova York, e foi exibido pelos canais de televisão Continental e Tupi, repercutindo junto aos espectadores brasileiros como a Bossa Nova foi bem-recebida pelo público presente de 3 mil pessoas – entre os quais, os artistas americanos Tony Bennett, Peggy Lee, Dizzy Gillespie, Miles Davis, Gerry Mulligan, Erroll Garner e Herbie Mann⁵¹.

A contracapa do LP Bossa Nova no Carnegie Hall, que contém a gravação original de quinze músicas executadas no concerto de 1962, traz texto de Walter Silva, com os seguintes dizeres:

46 BOLLOS, 2007, p. 183.

47 CABRAL. A noite do Carnegie Hall. In: CABRAL, 1987, p. 135.

48 DUMONT & FLÉCHET, 2014, p. 210.

49 Disponível em: <<https://www.connectbrazil.com/explaining-bossa-nova-at-carnegie-hall>>. Acesso em: 19 dez. 2022.

50 CASTRO, 2016, p. 335.

51 CASTRO, 2016, p. 330.

E por nada termos a omitir, dizemos sempre que o Brasil deve mais a Sidney Frey, a Dora Vasconcellos e ao Conselheiro Mário Dias Costa, muito mais que a muitas e muitas embaixadas que andam por aí. Estes nomes fizeram o nome musical do Brasil no exterior. O mais adiantado estágio musical popular do mundo não seria conhecido, admirado e aplaudido, não fosse a abnegação destes três nomes. A eles a profunda gratidão de todos os artistas presentes neste LP.⁵²

DIPLOMATA-ESCRITORA

Amigos da Embaixadora Dora Vasconcellos presentes a seu sepultamento afirmaram que ela preferia ser considerada uma poetisa a uma “simples funcionária de carreira do Itamaraty”⁵³. Para o jornalista e dramaturgo Henrique Pongetti, a poesia de Dora “manteve brasileiro o seu coração, deu-lhe o poder de trabalhar no exílio como se estivesse em sua casa e poupou-lhe da neurastenia diplomática”⁵⁴.

Se é verdade que Dora Vasconcellos entendia a vida de mulher diplomata e a vida de mulher escritora como dicotômicas ou autoexcludentes, seu notório pendor para o lirismo ilustrava a sua escolha.

Dora Vasconcellos começou a escrever poesias em sua adolescência⁵⁵, porém apenas aos 42 anos de idade decidiu assumir-se poetisa, tendo publicado três obras no gênero lírico: *Palavra sem eco* (1952), *Surdina do Contemplado* (1958) e *O grande caminho do branco* (1963), todos com repercussão crítica positiva.

52 BOLLOS, 2007, p. 188.

53 O GLOBO, 1973.

54 CORREIO DA MANHÃ, 1963.

55 COELHO. Dora Alencar de Vasconcellos. In: COELHO, 2002.

Dora Vasconcellos explorou a condição e a representação do feminino⁵⁶, ao colocar o sujeito feminino como cerne em seus versos⁵⁷, mulheres que ganham o universo dentro do seu poema, femininos que compõem a beleza dentro da poesia⁵⁸. Seus poemas são majoritariamente narrados por eu-lírico feminino, que revela seu universo íntimo. A poesia de Dora fala de amor, de um sentimento afetivo recebido e doado até se tornar uma mulher que ama com veemência e emoções que retratam sua vivência⁵⁹.

Em *Surdina do Contemplado*, Dora Vasconcellos tomou como tema principal o amor, sentimento descrito em vários sentidos, “desde aquele que se vivencia na infância, até os momentos de encontrar um alguém que pôde se tornar seu amado preterido”⁶⁰. Em prefácio ao livro, Gilberto Amado comenta que os 172 poemas da obra

[...] falam originalmente em acentos pessoais, numa gama variada, apta a subir e a ressoar, em todos os registros do diapasão. Os achados verbais enxameiam, mas a eloquência não tem função nessa poesia enxuta em que o vocabulário serve ao objeto do poema na sua pura indispensabilidade. Não encontrei um adjetivo supérfluo em todo o livro. Dora não precisou torcer o

56 ÁVILA, 2017, p. 74.

57 “A mulher atua como um ser que também tem voz, que busca o prazer, ou seja, tem consciência de seu poder, rompendo com o modelo dominante de superioridade masculina que busca somente o próprio prazer físico/sexual. Assim, Dora Vasconcellos coloca a mulher capaz de se impor, como um ser que também é construtora da sociedade”. ÁVILA, & SACRAMENTO, 2019, p. 97.

58 “Dora Vasconcellos versou poesias dentro do seu próprio universo feminino, sem alicerçar-se em pressupostos de base falocêntrica, machista, patriarcal e misógina que colocam o gênero feminino como frágil e incapaz. Ela deslinda seu universo num trabalho artístico que reencontra a si mesma como poeta e como mulher”. ÁVILA, & SACRAMENTO, 2019, p. 92.

59 ÁVILA, & SACRAMENTO, 2019, p. 91.

60 ÁVILA, 2017, p. 74.

pescoço à eloquência; deixou-a nos dicionários entre as palavras mortas.⁶¹

A produção lírica de Dora Vasconcelos apresenta traços modernizantes, como na escolha lexical⁶². Segundo o escritor Antônio Olinto:

No modo de juntar versos, suas preferências superam as que costumam existir em épocas de crise, quando as excentricidades substituem o grave trabalho da expressão poética. Não há, por exemplo, ao longo de ‘Surdina do Contemplado’, uma só palavra que fuja ao vocabulário comum, uma só pesquisa no sentido de ser diferente. Por estranho que pareça, isto revela uma pesquisa mais séria: a de lidar com a linguagem de todos os dias, sempre refratária ao poema.⁶³

Em *O grande caminho do branco*, a escrita poética de Dora caracteriza-se pelo uso de palavras do cotidiano, afastadas de uma escritura tradicional, livre de padrões cultos, em linguagem simples⁶⁴, que fortalece as imagens que se constroem em versos que revelam a vivência pelo eu-lírico feminino^{65,66}. Em nota na contracapa do livro, Olívio Montenegro afirma:

61 AMADO, Gilberto. Prefácio. In: VASCONCELLOS, 1958.

62 ÁVILA. O primeiro amor na poesia de Dora Vasconcellos. In: CÔRTEZ & MORAIS & OLIVEIRA, 2017, p. 266.

63 OLINTO, Antônio. Contracapa. In: VASCONCELLOS, 1963.

64 Para o poeta Jorge Medauar, na poética de Dora Vasconcellos “[...] a metáfora, o símbolo, a imagem são recursos usados, porém despojados dessa clareza surpreendida na leitura do primeiro verso, ou mesmo da primeira palavra”. MEDAUAR, Jorge. Contracapa. In: VASCONCELLOS, 1963.

65 ÁVILA. O primeiro amor na poesia de Dora Vasconcellos. In: CÔRTEZ & MORAIS & OLIVEIRA, 2017, p. 266.

66 O crítico Valdemar Cavalcanti destaca que “a autora grava no papel, sem o menor sinal de rebuscamento, as suas reações diante dos seres, das coisas e dos fatos, com um encanto nitidamente feminino de expressão”. CAVALCANTI, Valdemar. Contracapa. In: VASCONCELLOS, 1963.

Raro um poema de Dora Vasconcellos que não surpreenda pelos imprevistos contrastantes da sua inspiração, pelo veloz movimento das imagens, e pela arte esquisita com que ela dá figura, lugar e nome a coisas que parecem de nada da terra. E fatos que, por seu lado, não parecem mais ponderáveis do que os nossos sonhos, ela faz surgir da sua poesia com uma forma estranha e sensível de ser.⁶⁷

A poesia de Dora Vasconcellos não foi – e ainda não é – amplamente divulgada fora dos meios literários e acadêmicos. Alberto da Costa e Silva⁶⁸ e Ricardo Cravo Albin⁶⁹ argumentam que a demorada e ininterrupta permanência de Dora fora do Brasil, por 21 anos (1952-1973), fez com que os seus livros passassem quase despercebidos do público nacional, uma vez que todas as obras foram publicadas quando a autora se encontrava no exterior.

Não obstante, é justo e necessário incluir a Embaixadora Dora Vasconcellos na galeria de “diplomatas-escritores” do Itamaraty e reconhecer seu papel pioneiro como “mulher-diplomata-escritora”, além de difusora da poesia brasileira no exterior⁷⁰.

DIPLOMATA-COMPOSITORA

A Embaixadora Dora Vasconcellos manteve, em sua passagem pelos Estados Unidos, estreita amizade com o maestro e compositor brasileiro Heitor Villa-Lobos (1887-1959), com quem realizou importantes parcerias no campo musical. Dora o presenteou com letras românticas, em sintonia com o espírito e a natureza da música

67 MONTENEGRO, Olívio. Contracapa. In: VASCONCELLOS, 1963.

68 SILVA, Alberto Costa e. Diplomacia e Cultura. In: SILVA, 2011.

69 Disponível em: <<http://dicionariompb.com.br>>. Acesso em: 20 dez. 2022.

70 PILATI & VIANA, Literatura, 2021, p. 240.

do compositor⁷¹; em retribuição, Villa-Lobos dedicou-lhe a obra para piano *Feijoada sem perigo* (1955)⁷².

A pedido de Villa-Lobos, Dora Vasconcellos escreveu quatro poesias para as canções da suíte *Floresta do Amazonas* (1958), intituladas “Cair da Tarde”, “Canção de Amor”, “Veleiros” e “Melodia Sentimental”. A suíte foi composta por Villa-Lobos sob encomenda para a trilha sonora do filme *Green Mansions* (1959), produzido pelo estúdio americano Metro-Goldwyn-Mayer. A suíte de Villa-Lobos acabou não sendo integralmente utilizada na película, contudo foi gravada e transformada em LP, executada pela Symphony of the Air & Chorus, sob a regência do próprio maestro brasileiro, e tendo os trechos com letra de Dora Vasconcellos interpretados pela soprano brasileira Bidu Sayão⁷³.

No Brasil, as composições de Dora Vasconcellos foram – e ainda são – reproduzidas em trilhas sonoras para cinema e televisão, gravadas por diversos nomes da música brasileira, tais como Olívia Byington, Ney Matogrosso, Elizeth Cardoso, Djavan, Maria Lúcia Godoy, Mônica Salmaso, Zizi Possi, João Bosco, Johnny Alf e Maria Bethânia, entre outros intérpretes⁷⁴.

71 “Dora Vasconcellos é valorizada por uma produção artística reconhecida, também, por um músico de renome, considerado um expoente da música do modernismo no Brasil. Este lhe confiou a responsabilidade de compor as letras de melodias que são sucesso e confirmam a capacidade literária da autora que utiliza, em sua criação, meios expressivos que congregam sensibilidade, musicalidade e beleza. E a escolha de Villa-Lobos por poesias de Vasconcellos não foi em vão, uma vez que o músico é considerado como original pela descoberta de uma linguagem peculiarmente brasileira em música, o que confere grande valor à poetisa, que matiza tema, estilo e inspiração a sua obra, com relação direta e intensa com a língua escrita, com condensação e grande significado”. ÁVILA. O primeiro amor na poesia de Dora Vasconcellos. In: CÔRTEZ & MORAIS & OLIVEIRA, 2017, p. 264.

72 Consta a seguinte dedicatória na partitura da obra de 1955: “Minha Dora, cada grão de feijão da tua feijoada enriquecida pela Noemia das Arábias representa cada nota deste ‘merci’ alaranjado. ‘Venga’ outra feijoada que eu encontrarei outras notas... de música...”. Disponível em: <<https://museuvillalobos.museus.gov.br/catalogo-de-obras>>. Acesso em: 26 dez. 2022.

73 COELHO. Dora Alencar de Vasconcellos. In: COELHO, 2002.

74 Disponível em: <<http://dicionariompb.com.br>>. Acesso em: 20 dez. 2022.

No entanto, a suave serenata de “Melodia Sentimental”, com seus conhecidos versos introdutórios “Acorda, vem ver a lua / Que dorme na noite escura”, talvez a composição mais admirada de Dora Vasconcellos, não se traduziu em reconhecimento à autora. De certo modo, o avassalador renome nacional e internacional de Heitor Villa-Lobos acabou por eclipsar o papel de Dora como letrista das canções da suíte *Floresta do Amazonas*. Soma-se a isso a histórica invisibilidade de mulheres compositoras na indústria fonográfica brasileira, a qual tende a dar créditos autorais e reconhecimento a letristas e intérpretes homens⁷⁵.

Segundo pesquisadores da Música Popular Brasileira, outra forma comum de “apagamento” e invisibilidade de mulheres compositoras brasileiras diz respeito aos direitos autorais. Não raro, as compositoras simplesmente não têm registro de suas obras e discografias junto ao Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (Ecad)⁷⁶, ou a obra até existe no banco de dados, porém a mulher teve seu nome suprimido por seus parceiros ou intérpretes no momento do registro⁷⁷.

A historiadora Ana Carolina Murgel, pesquisadora da presença feminina na MPB, aponta que Dora Vasconcellos é uma das vítimas mais famosas do citado fenômeno de “apagamento” e invisibilidade de mulheres compositoras por motivo de direitos autorais:

Em minha pesquisa, encontrei várias compositoras que tiveram suas autorias creditadas nos discos, mas não no Ecad. Um exemplo bem chocante, a meu ver, é o da Embaixadora brasileira Dora Vasconcellos, parceira de

75 MURGEL, 2018, p. 186.

76 O Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (Ecad) é instituição privada sem fins lucrativos responsável, no Brasil, por cobrar direitos autorais sempre que haja utilização pública de músicas em qualquer canal ou espaço. Cf. em: <<https://www4.ecad.org.br/sobre>>. Acesso em: 2 jan. 2023.

77 MURGEL, 2018, p. 187.

Villa-Lobos em canções como “Cair da tarde” e “Melodia sentimental”. Há muitas gravações dessas canções, justamente por suas letras, mas o Ecad só recolhe o direito autoral de Villa-Lobos. O nome de Dora não consta como autora no escritório de arrecadação.^{78,79}

CONCLUSÃO

A Embaixadora Dora Alencar de Vasconcellos foi, simultaneamente, uma mulher de seu tempo e dos tempos atuais.

Essa avaliação reflete, naturalmente, as qualidades que acompanharam a vida de Dora Vasconcellos: mulher diplomata pioneira; poetisa e compositora renomada; divulgadora das artes e da música brasileiras. Como constatado pelo Chanceler Vasco Leitão da Cunha, “atividade, eficiência e brilho” foram as marcas de seu trabalho no Itamaraty, elogios merecidos e que transbordavam para suas atividades fora do MRE, tanto nos círculos artísticos quanto no seu labor solitário de poetisa e letrista.

A comparação entre o tempo em que Dora viveu e os tempos atuais também nos habilita a chegar a outra constatação: persistem as dificuldades e limitações, os preconceitos e obstáculos enfrentados pelas mulheres diplomatas.

“Não sei a grande árvore que eu de frutos dourei, / Não sei os intervalos que povoei de música, / Bordados que eu bordei nas franjas

78 SILVA, 2019, p. 306.

79 Em pesquisa no website do Ecad, foi possível constatar que todas as canções compostas por Dora Vasconcellos para a suíte *Floresta do Amazonas* constam no registro do Escritório como sendo de autoria exclusiva de Heitor Villa-Lobos: “Melodia Sentimental” (Ecad 8008, ISWC T0390017294); “Cair da Tarde” (Ecad 5771, ISWC T0390011876); “Canção de Amor” (Ecad 5819, ISWC T0390011967); “Veleiros” (Ecad 8832, ISCW T0390019541). A titularidade exclusiva da autoria em nome de Villa-Lobos consta das bases de dados EcadNET <<https://www.ecadnet.org.br>>, da União Brasileira de Compositores <<https://www.ubc.org.br/consulta>> e do International Standard Musical Work Code (ISWC) <<https://iswcnets.cisac.org/search>>. Acesso em: 2 jan. 2023.

da solidão”⁸⁰. Os versos de Dora Vasconcellos revelam a frustração de alguém que cultivou árvores, compôs músicas e bordou tramas complexas, porém não testemunhou o resultado de seu trabalho solitário.

À Embaixadora Dora Alencar de Vasconcellos – assim como a outras mulheres diplomatas pioneiras de seu tempo – nem sempre lhe foi permitido desfrutar, como merecido, “dos frutos, das músicas e dos bordados”.

Passados exatos 50 anos do falecimento de Dora Vasconcellos, é justo e necessário “desapagar” sua memória, reabilitar seus feitos, redescobrir suas poesias e “desinvisibilizar” suas autorias.

80 POETAS do Villa, 2020.



Dora Alencar de Vasconcellos.

CONSULAR.

Meu bem
Não há tempo
Para sonhar nossa ventura
Não levanto mais os olhos
Sobre te amar existe um véu

Mr. Brown vem aí
Para falar
Para explicar
Ou reclamar

Meu bem
Os guindastes se agitam
Para embarcar a prole numerada
Da produção fabril
E o cargueiro
E como um berço sobre o mar

E há carros a registrar
Licenças para renovar
Se o número do motor
Não for zero zero trinta e dois
Mr. Brown vai se zangar

Porque Buick não se compra
Em qualquer lugar

E as cifras são altas
E demoram a confirmar
Mr. Brown tem de esperar

E depois veja as terras
De Goiás para povoar
E o nordeste e o sem-fim
E o Amazonas que não pára
De rolar
E o tatu que está na hora
De caçar

Ai meu bem
Que tempo para amar
Se o café está subindo
Está descendo
Com teto alto
Ou teto baixo
E Mr. Brown tem dinheiro
Para gastar

O avião em Idlewild
Vem atrasado
Transpirado
Trazendo mosquitos da Arábia

E em Brooklin
Sete tarados
Mataram o benfeitor
E onde está o jornal
Para cortar

E a notícia para mandar
Colar
As sirenas apitam

Para avisar
Que é hora de treinar
A fuga
Antiatômica
Pelos subterrâneos

As vitaminas rolam
Nas seringas
Para dar sol às veias
E as pontes vão se abrindo
As portas do Queens Bulevar

E é longa a busca
Da mulher adúltera
Que fugiu do lar
E o marido
Marujo vai voltar

Meu bem o amor me escapa
Porque o navio apita
Na rua do Canal
Exigindo o cumprimento
Da tabela nove
Da tabela dez
E sem estampilha
No papel como zarpar?

E o mal-estar do amor
Do casal que mora
No número vinte-e-dois
Da rua nove dois
E tem apartamento à espera
No mil cento e trinta e dois
E a ordem não vem
E o dinheiro acabou
E só o amor ficou

Meu bem
No bar escuro
O banjo procura
A resposta do muro
Mas eu assino
Sobre carimbo e tinta
O regulamento prescrito

Não o teu nome querido
Seria muito lirismo
Assino o meu nome
Oficial
Formal
Longitudinal

Teu nome eu escreveria
No vento em água
Na intimidade do muro
Eu subiria as altas torres
Para dizer teu nome ao tempo

A cotovia
Ou ao teral

Mas com a cabeça baixa
Eu esqueci de te amar
Passou o tempo
Passou o luar

E agora meu bem
Cria em mim
Se não te amei
E que tempo não houve
Até o fim.

“Consular”. Poema de Dora Vasconcellos do livro *Surdina do Contemplado*, 1958.



Dora Alencar de Vasconcellos.



Retrato de Dora Vasconcellos, óleo sobre tela, por Candido Portinari, 1941.



Dora Vasconcellos (1911-1973), poetisa e diplomata, Villa-Lobos e D. Arminda no Hotel Alray, NYC (EUA), 1955. A foto, assinada pelos três é dedicada à mãe de Mindinha, D. Hermenegilda, pelo seu aniversário. Arquivo do Museu Villa-Lobos.

REFERÊNCIAS

LIVROS

CABRAL, Sérgio. *No tempo de Ari Barroso*. Rio de Janeiro: Lumiar, 1993.

CABRAL, Sérgio. *Tom Jobim*. Rio de Janeiro: Sabiá Produções Artísticas, 1987.

CARRIÈRES, Henri (Org.). *A gestão de Vasco Leitão da Cunha no Itamaraty e a política externa brasileira: seleção de documentos diplomáticos (1964-1965)*. v. 2. Brasília: FUNAG, 2021.

CASTRO, Ruy. *Chega de Saudade: a História e as histórias da Bossa Nova*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

COELHO, Nelly Novaes. *Dicionário crítico de escritoras brasileiras: 1711-2001*. São Paulo: Escrituras, 2002.

FRIAÇA, Guilherme José Roeder. *Mulheres diplomatas no Itamaraty (1918-2011): uma análise de trajetórias, vitórias e desafios*. Brasília: FUNAG, 2018.

PILATI, Alexandre; VIANA, Nelson (Orgs.). *Panorama da contribuição do Brasil para a difusão do português*. Brasília: FUNAG, 2021.

RIBEIRO, Edgard Telles. *Diplomacia cultural: seu papel na política externa brasileira*. Brasília: FUNAG, 2011.

SILVA, Alberto Costa e. Diplomacia e Cultura. In: _____. *Das mãos do oleiro: aproximações*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

VASCONCELLOS, Dora Alencar de. *Palavra sem eco*. Rio de Janeiro: Hipocampo, 1952.

VASCONCELLOS, Dora Alencar de. *Surdina do Contemplado*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1958.

VASCONCELLOS, Dora Alencar de. *O grande caminho do branco*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1963.

VASCONCELLOS, Max. *Vias Brasileiras de Comunicação: Estrada de Ferro Central do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1934. Disponível em: <<http://memoria.org.br/pub/meb000000291/vias1934efcentralbr5/vias1934efcentralbr5.pdf>>. Acesso em: 1º dez. 2022.

ARTIGOS

ÁVILA, Deivide Almeida. O primeiro amor na poesia de Dora Vasconcellos. In: CÔRTEZ, Cristiane; MORAIS, Juliana Borges Oliveira de; OLIVEIRA, Natália Fontes de (Org.). *Anais do IX Colóquio Mulheres em Letras: cartografias do corpo*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2017.

ÁVILA, Deivide Almeida. Representação da mulher no poema “Uma entre mil”, de Dora Vasconcellos. *Revista Crátilo*, v. 10, n. 2, dez. 2017.

ÁVILA, Deivide Almeida; SACRAMENTO, Ozana Aparecida do. De corpo e alma: encontro amoroso em Dora Vasconcellos. *Revista Crátilo*, v. 12, n. 1, jan./jul. 2019.

ÁVILA, Deivide Almeida. Entre canais humanos e muralhas lisas: as transformações da urbe no poema “Cidade física”, de Dora Vasconcellos. *Revista Crátilo*, v. 15, n. 1, jan./jun. 2022.

DUMONT, Juliette; FLÉCHET, Anaís. Pelo que é nosso!: a diplomacia cultural brasileira no século XX. *Revista Brasileira de História*, v. 34, n. 67, 2014.

MURGEL, Ana Carolina Arruda de Toledo. Pesquisando as compositoras brasileiras no século XXI. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 71, dez. 2018.

SILVA, Eliana M. de A. Monteiro da. A contribuição das compositoras brasileiras à canção e ao feminismo: entrevista com Carô Murgel. *Revista Música*, v. 19, n. 2, jul. 2019.

DISSERTAÇÕES E TESES

BOLLOS, Liliana Harb. *Um exame da recepção da Bossa Nova pela crítica jornalística*. Tese (Doutorado em Comunicação e Semiótica). São Paulo: PUC-SP, 2007.

AUDIOVISUAL

POETAS do Villa. Documentário. TV Brasil. Brasília, 2020. On-line (51 min.). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=jLTeHRQ3Y>>. Acesso em: 26 dez. 2022.

DOCUMENTAÇÃO OFICIAL

BRASIL. Fundação Alexandre de Gusmão. 2021. *Anuário de Funcionários do Ministério das Relações Exteriores*. Disponível em: <<https://www.gov.br/funag/pt-br/chdd/historia-diplomatica/colecoes-historicas/anuario-de-funcionarios-do-ministerio-das-relacoes-exteriores>>.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. 1973a. Despacho-telegráfico nº 541/1973, ao ERERIO.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. 1965. Despacho-telegráfico nº 569, para Consbras Nova York, de 10 de agosto de 1965.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. 1973b. Telegrama nº 501, do ERERIO, de 2 de maio de 1973.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. 1973c. Telegrama nº 51, de Brasemb Port-of-Spain, de 25 de abril de 1973.

BRASIL. Prefeitura da Cidade de São Paulo. 1973d. Decreto municipal nº 10.760/1973.

JORNAIS E PERIÓDICOS

EM SOCIEDADE. *A Noite*, Rio de Janeiro, 13 fev. 1962.

LIVROS da Semana. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 28 set. 1963.

MORTE de Dora deixa claros na diplomacia e poesia brasileiras. *O Globo*, Rio de Janeiro, 2 maio 1973.

Revista Veja, edição n. 243, 2 maio 1973.

V. VERA PEDROSA (1936-2021)

*Daniele Luz
Carlos Duarte*

*Uma janela abre-se ao vento
abre-se ao perene dia ao incêndio
ao desdobramento da coisa contínua
à distância descortina-se a planura
um campo ilimitado que a aurora abre.¹*

(Vera Pedrosa)

Vera Pedrosa nasceu no Rio de Janeiro em 2 de janeiro de 1936, filha de Mary Houston Pedrosa (que, além de brasileira, era também nacional norte-americana) e Mario Pedrosa. Naquele ano, na esteira da Intentona Comunista de 1935, crescia a repressão do governo Getúlio Vargas sobre militantes de esquerda.

Mario Pedrosa havia iniciado, no Brasil, as atividades da Oposição de Esquerda Internacional liderada por Leon Trótski. Era, então, procurado pela polícia, acusado de ter apoiado a Aliança Nacional Libertadora na organização dos levantes que ficariam conhecidos como Revolta Vermelha de 35. Isabel Pedrosa² conta que o avô, então foragido, não pôde ir à maternidade conhecer a filha. Na esperança de capturá-lo, policiais vigiavam dia e noite a porta do hospital.

1 PEDROSA, Vera. *A Árvore Aquela*. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

2 Entrevista em 16/01/2023.

Esse episódio antecipava o impacto das atividades políticas do pai sobre a infância de Vera. Em 1938, Mary Houston seria presa no Rio de Janeiro e permaneceria detida por sete meses. No mesmo ano, Mario Pedrosa parte para o exílio. Nesse período, a pequena Vera permaneceu sob os cuidados dos avós e tia materna. Mais tarde, Vera contaria a amigos recordações de ocasiões quando fora levada furtivamente para encontrar o pai em locais isolados.

Em 1939, com três anos, Vera vai com a família para os Estados Unidos, novo destino de exílio de Mario Pedrosa. Lá, cresce rodeada de artistas plásticos, escritores, músicos e toda sorte de pessoas ligadas às artes. Naquela época, Mario Pedrosa já despontava como um dos mais reputados críticos de arte do Brasil. A menina Vera interessava-se por tudo, lia muito e era excelente aluna. Alfabetizada em inglês, nunca deixou de fazer contas naquele idioma, hábito que divertia a família.

De volta ao Brasil em 1945, aos 9 anos, era já nítida a influência intelectual e artística do pai sobre a filha. Muito jovem, Vera começou a escrever suas próprias críticas de arte e a acompanhar os movimentos artísticos brasileiros. Decidiu-se pela graduação em Filosofia pela então Universidade Federal do Brasil (hoje UFRJ). Durante os estudos, conheceu Luciano Martins de Almeida, sociólogo, com quem se casaria e teria três filhos [Lívia, Isabel (Bel) e Marcos (Quito)].

De 1960 a 1966, trabalhou como jornalista nos periódicos *Correio da Manhã* e *Jornal do Brasil* escrevendo para as seções de arte, com as quais continuava a colaborar Mario Pedrosa (que, em 1961, assumiria a direção do Museu de Arte Moderna de São Paulo). Nesse período, Vera Pedrosa começou a escrever poemas. Seu primeiro livro seria publicado em 1964, em edição do autor.

Para além do jornalismo e da poesia, interessava-se por cinema e participou, nos anos 1960, da redação de roteiros de filmes ao lado de amigos que integravam o movimento do Cinema Novo. Próxima

a Helena Solberg – única mulher do movimento – Vera contribuiu para o reconhecido documentário *A Entrevista* (1966), que retratou as aspirações de meninas e mulheres da elite carioca.

DECISÃO PELA CARREIRA DIPLOMÁTICA

Em 1966, o momento era delicado para o jornalismo brasileiro. O governo militar endurecia e várias redações fechavam as portas. Vera percebeu que era chegada a hora de buscar carreira mais sólida e segura³. Teriam contribuído para a decisão a então recente separação de Luciano Martins e o desejo de dar mais segurança aos filhos. A diplomacia, com a qual tinha contato por meio de amigos, pareceu-lhe uma opção condizente com seu perfil. Ela chegou a declarar⁴ que, embora a diplomacia sempre despertara seu interesse, considerava-a incompatível com a vida de casada.

A escolha foi influenciada ainda por Carlos Moreira Garcia⁵, amigo já aprovado no então chamado “vestibular” para o Instituto Rio Branco. Ele conta logo ter percebido que Vera reunia todos os atributos necessários ao sucesso na carreira e compartilhou com ela o material de que dispunha para o exame, passando a frequentar sua casa para estudos na companhia de outro amigo, Frederico Cezar de Araújo. A candidata impressionava a ambos com o conhecimento aprofundado de que já dispunha sobre determinadas disciplinas, além da extensa bagagem cultural e do domínio preciso da língua inglesa. Frederico ajudou-a, em particular, com o exame de francês, após a

3 FRIAÇA, Guilherme José Roeder. *Mulheres diplomatas no Itamaraty (1918-2011): uma análise de trajetórias, vitórias e desafios*. Brasília: FUNAC, 2018, p. 260.

4 MORRE Vera Pedrosa, embaixadora pioneira e poeta da geração mimeógrafo. *O Globo*, 3 fev. 2021. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/mundo/morre-vera-pedrosa-embaixadora-pioneira-poeta-da-geracao-mimeografo-24868077>>. Acesso em: 8 maio 2023.

5 Entrevista em 24/01/2023.

recusa de conhecido professor, falante nativo do idioma, que julgou não haver tempo hábil para prepará-la devidamente para a prova⁶.

Após apenas três meses de estudo, Vera Pedrosa passou em 6º lugar no concurso do Instituto Rio Branco de 1966.

TURMA DE 1967

A Turma de 1967 contava com 27 pessoas, dentre as quais quatro mulheres. Quando iniciou o Instituto Rio Branco, Vera acabara de completar 31 anos – mesma faixa etária de muitos daqueles que ingressam no Instituto Rio Branco hoje. Na década de 1960, porém, a maior parte dos admitidos no concurso não chegava aos 25 anos, quando muito. Parte dos colegas de sua turma ainda estava cursando a graduação, tendo em vista que não se exigia, à época, curso superior completo.

Edgar Telles Ribeiro⁷, admitido no mesmo concurso, com 22 anos, recorda que Vera se destacava naturalmente na turma. Por sua experiência profissional prévia (que praticamente ninguém tinha), vasta cultura geral (reforçada pela proximidade de que gozava junto à classe artística carioca), além da condição de mãe de família (que lhe conferia aura de vivência e sabedoria), a nova aluna do Instituto Rio Branco sobressaía entre seus pares. José Mauricio Bustani⁸ lembra-se da primeira vez que a viu – ele, então aluno do segundo ano, e ela, sua caloura: “Encontrei Vera encostada na porta, um rosto bonito, expressão marcante, postura firme. Imediatamente presumi tratar-se de uma visitante externa graduada, tamanha era a autoridade que inspirava”.

A Turma de 1967 formou-se em 1968, duas semanas antes da publicação do AI-5, sob o governo Costa e Silva.

6 Entrevista com Livia Pedrosa em 06/03/2023.

7 Entrevista em 09/01/2023.

8 Entrevista em 25/01/2023.

Os colegas estreitariam laços quando seus integrantes se viram obrigados a trocar o Rio de Janeiro por Brasília, no princípio da década de 1970. Em uma cidade ainda escassamente povoada, com pouquíssimas opções de lazer, aprofundou-se rapidamente a amizade entre os recém-chegados. Memórias de passeios pelo lago Paranoá, idas ao Cine Brasília e viagens de fusquinha pelo estado de Goiás estão vivas nas mentes de quem testemunhou a mudança da diplomacia brasileira para a nova capital. Nesse período, Vera passou a reunir os colegas de turma em seu novo apartamento, na 307 Sul, cenário de encontros sociais, reuniões e muitas conversas.

PRIMEIROS PASSOS NO ITAMARATY

A imagem transmitida por Vera Pedrosa, reforçada pela competência que rapidamente demonstrou, não tardou a ser reconhecida na Casa. Em sua primeira lotação, foi designada para a Secretaria-Geral de Política Exterior, sob a direção de Mozart Gurgel Valente.

Tinha consciência de que sua trajetória começava diferente daquela reservada à maioria das colegas mulheres, tendo declarado⁹:

As mulheres mais bem colocadas eram, em geral, destinadas a lotações bem menos consideradas à época, como os setores consular, administrativo ou cultural. E poucas iam para as áreas tidas como ‘nobres’, como os setores econômico e político.

Ao deixar o cargo, de Secretário-Geral de Política Exterior em 1969, Mozart Gurgel Valente fez questão de deixar registrado no maço pessoal da funcionária:

A Secretário Vera Pedrosa assessorou-me no encaminhamento de assuntos de natureza cultural,

9 FRIAÇA, op. cit., p. 261.

consular, jurídica e imigratória. Pela sua cultura e bom gosto, pela sua eficiência e amor ao trabalho, soube distinguir-se. Pela sua simpatia pessoal e boa vontade, conquistou a estima e o respeito de quantos tiveram a sua ajuda. Estou seguro de que a Secretário Vera Pedrosa manterá e reforçará, no curso da carreira, o conceito elevado que já vai adquirindo na Casa.

Gurgel Valente não se enganava: em sua lotação seguinte, na Divisão de Transportes e Comunicações, as habilidades de Vera igualmente impressionaram a chefia e seus interlocutores no Ministério da Aeronáutica, que presidia a Comissão de Estudos Relativos à Navegação Internacional (CERNAI), um dossiê que coube à jovem Secretária. Em 1970, poucos meses após sua chegada à equipe, Nestor Luiz dos Santos Lima já registrava:

Muito agradeceria fazer constar no maço pessoal do Secretário Vera Pedrosa o alto conceito que soube ganhar junto a esta chefia durante os poucos meses em que me vem prestando sua preciosa colaboração. O Secretário em causa, de cultura invulgar em sua idade e classe, tem ademais uma extraordinária capacidade de trabalho haurida em sua experiência jornalística. Demonstra habilidades que a classificam superiormente entre seus colegas e autorizam prever uma carreira exitosa.

De fato, a colega Graça Carrion, ao chegar a Brasília em 1974, recorda que Vera Pedrosa, com menos de dez anos de carreira, já era um nome ouvido pelos corredores do Ministério: “Referiam-se a ela com respeito profissional e reverência intelectual”¹⁰.

O reconhecimento não impediu que sofresse vigilância política no contexto da ditadura militar, por associação familiar. Naquela altura,

10 Entrevista em 12/01/2023.

seu pai, Mario Pedrosa, ícone da esquerda, havia sido enquadrado na Lei de Segurança Nacional de 1971 e forçado a partir para novo exílio, desta vez no Chile. A filha, embora apreciada no Itamaraty, era vista com desconfiança. Eram os “anos de chumbo” e sabia-se que agentes infiltrados estavam presentes em praticamente todos os ministérios, monitorando funcionários e seu comportamento.

Sob o argumento de que era preciso protegê-la, foram-lhe negados o acesso a telegramas classificados, assim como a participação no rodízio do plantão de comunicações. Aconselhavam-na, com frequência, a evitar determinados eventos e a abster-se de integrar missões ao exterior. Em dado momento, Vera sentiu que a “proteção” também constituía entrave à remoção para o primeiro posto.

Destemida, tomou a iniciativa de relatar a discriminação de que estava sendo objeto a importante autoridade do governo Médici¹¹. Depois disso, foi removida para Madri em 1972.

ATUAÇÃO NO EXTERIOR: UM LONGO HISTÓRICO DE PROMOÇÃO DA CULTURA BRASILEIRA

Vera Pedrosa costumava dizer que a arte era a melhor forma de conexão com o outro e de expressão para o mundo. Desde pequena, transitava com desenvoltura no meio artístico e acompanhava movimentos e tendências no Brasil e no exterior. Literatura; música; artes plásticas; arquitetura; paisagismo: todos os campos das artes eram objeto de interesse para ela. Alguns dos representantes mais expressivos do modernismo brasileiro, como Lygia Clark e Hélio Oiticica, integravam seu círculo de amigos. O exercício no exterior ofereceu-lhe a oportunidade de ampliar horizontes nesse universo, além de poder contribuir diretamente para a promoção da cultura brasileira e a divulgação de artistas nacionais.

11 FRIAÇA, op. cit., p. 261.

Em Madri, seu primeiro posto, ficou encarregada do setor cultural, responsabilidade que assumiu com facilidade e segurança. Em poucos meses, a residência de Vera tornou-se endereço privilegiado de encontros entre artistas e intelectuais. Mario Pedrosa, que se encontrava exilado em Paris, passou a viajar com frequência para a capital espanhola, animando numerosas reuniões e debates na casa da filha.

A partir de Madri, as residências de Vera seriam sempre palco de encontros entre artistas e intelectuais, brasileiros e estrangeiros, residentes ou de passagem. Amigos como Frederico Araújo¹² e Graça Carrion lembram-se de sua casa como “templos de arte e bom gosto”, repletas de obras, em acervo composto por peças que lhe foram presenteadas por artistas amigos, outras que ia adquirindo aos poucos, e algumas que pertenceram a seu pai.

Em Lima, seu segundo posto, para o qual fora convidada por seu chefe em Madri, o Embaixador Manoel Emílio Pereira Guilhon, embora não se ocupasse exclusivamente do setor cultural, continuou a promover exposições, concertos e trabalhos de artistas brasileiros. Foi dela a iniciativa de lançar, em 1977, obra sobre a poesia brasileira em edição bilingue português/espanhol. No mesmo ano, Vera conquistaria sua primeira promoção por mérito, a Primeiro-Secretário.

Em seguida, após período na Secretaria de Estado, serviu em Paris por duas vezes. Em 1983, incorporava-se à Embaixada em Paris e, alguns anos mais tarde, em 1989, foi designada Ministra-Conselheira na Missão do Brasil junto à UNESCO. Na capital francesa, embora encarregada de temas de natureza política, integrou-se facilmente nos meios artístico, cultural e intelectual, nos quais fazia amizades duradouras. Vera considerava a vida artística francesa enriquecedora e compartilhava com amigos no Brasil contatos de novos artistas, livros e catálogos de exposições.

12 Entrevista em 31/12/2022.

Entre esses dois períodos em Paris, foi nomeada, em Brasília, Secretária de Difusão e Intercâmbio Cultural do Ministério da Cultura, na gestão de Celso Furtado (entre 1986 e 1987). Registrado em seu maço pessoal, o expediente que solicitou sua cessão fez referência ao “notório conhecimento cultural de Vera Pedrosa”, bem como ao prestígio de que gozava junto à classe artística.

PIONEIRA NA ÁREA AMBIENTAL

O ano era 1981 e Vera Pedrosa, recém-promovida a Conselheira, recebeu de Henrique Valle, então chefe da Divisão das Nações Unidas (DNU), convite para integrar sua equipe. Ao recordar¹³ de quando ingressou na carreira, observou que nenhuma mulher estava lotada naquela que era uma das unidades mais conceituadas do Ministério. Considerou o convite irrecusável.

Na DNU, que à época abarcava praticamente todos os assuntos políticos tratados dentro do sistema das Nações Unidas, foram atribuídos a ela os temas de meio ambiente. Tratava-se de dossiê no qual o Brasil sustentava posições muitas vezes antagônicas às dos países industrializados, e Vera, a princípio, pouco ou nada entendia do assunto. Dedicou-se com afinco a estudá-lo e esforçou-se para compreender e fundamentar as posições do Brasil, naquele período marcadamente defensivas.

Em grande medida pautada pelas prioridades e pelos pontos de vista dos países desenvolvidos, a agenda ambiental nos organismos internacionais era predominantemente percebida como restritiva e deletéria aos objetivos de desenvolvimento do Brasil. Foi nesse quadro que Vera passou a contribuir para o posicionamento do país na matéria, inclusive como delegada do Brasil em diversas reuniões multilaterais sobre meio ambiente.

13 FRIAÇA, op. cit., p. 261.

Antecipando a relevância e complexidade que o tema ganharia na política internacional, Vera decidiu dedicar sua tese do Curso de Altos Estudos (CAE) aos temas ambientais. Primeira dissertação do CAE sobre o assunto, foi intitulada *O Meio Ambiente dez anos após Estocolmo: a perspectiva brasileira*. Nela, resumiu os antecedentes da Conferência de Estocolmo, apresentou balanço do estágio do debate ambiental na década de 1980, traçou panorama da administração ambiental no Brasil e compilou os argumentos que fundamentavam as posições brasileiras. Nas conclusões da tese, porém, foi além e ousou lançar sementes para a evolução do posicionamento brasileiro:

Ainda que o Brasil tenha de voltar a recorrer à defesa de posições de princípio, como as da intangibilidade da soberania ou do caráter recomendatório das decisões do Conselho de Administração, a década de 80 apresenta-se como favorável a uma alteração da perspectiva em que o Brasil se situou na década passada, com relação à cooperação internacional em matéria ambiental. Atualmente, torna-se possível aspirar a uma captação de benefícios.¹⁴

Ao voltar do seu primeiro período em Paris, em 1987, Vera assumiu a própria chefia da DNU e teve papel importante na concepção de uma nova política externa ambiental, que viria a desenvolver-se nos anos seguintes.

Era o ano do Relatório Brundtland, marco de um novo olhar sobre a proteção do meio ambiente, “sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir as próprias necessidades”¹⁵. Tratava-se de engajar o país no esforço de definir um novo conceito – o

14 ALMEIDA. Vera Pedrosa Martins de. *O Meio Ambiente dez anos após Estocolmo: a perspectiva brasileira*. Curso de Altos Estudos (CAE). Brasília: Instituto Rio Branco, 1984, p. 166.

15 Relatório Brundtland (Nosso futuro comum). Disponível em: <<https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/5987our-common-future.pdf>>. Acesso em: 3 maio 2023.

desenvolvimento sustentável –, que buscava conciliar crescimento econômico e defesa do meio ambiente em termos que não prejudicassem os interesses nacionais. O reposicionamento operado pelo Brasil, que contou com a contribuição consciente de Vera, foi o ponto de partida para um novo engajamento do país no tema e abriu caminho para a candidatura brasileira à Rio-92.

Luiz Filipe de Macedo Soares¹⁶, que também atuava na área ambiental, aponta que Vera teve influência, talvez decisiva, na concepção do princípio, hoje consagrado, das “responsabilidades comuns, porém diferenciadas”, que se tornaria um dos eixos do novo discurso diplomático brasileiro em matéria ambiental. Em 1989, quando Vera já havia sido promovida a Ministra de Segunda Classe, o Brasil defendeu com sucesso a inclusão de uma das primeiras manifestações desse princípio na Resolução 44/228 (1989)¹⁷ da Assembleia Geral das Nações Unidas, na qual se lê que “a responsabilidade de controlar, reduzir e eliminar as agressões ao meio ambiente compete aos países que as causam, guardadas as proporções com os danos causados e as respectivas capacidades”.

Vera Pedrosa ainda trabalhou ativamente na campanha da candidatura do Brasil para sediar a Rio-92, evento que mais tarde viria a inserir, de modo definitivo, o termo “desenvolvimento sustentável” na agenda pública e internacional.

Mesmo após deixar a chefia da DNU, Vera permaneceu uma referência no Itamaraty para temas ambientais e continuaria a ser convocada, ao longo dos anos, para representar o Brasil em reuniões multilaterais de relevo nesse e em outros campos.

16 Entrevista em 12/01/2023.

17 Resolução 44/228, de 22/12/1989. Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Disponível em: <<http://www.un-documents.net/a44r226.htm>>. Acesso em: 8 maio 2023.

ASSESSORA DIPLOMÁTICA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Em 1992, a convite do Presidente Itamar Franco, que tinha em seu então Chanceler Fernando Henrique Cardoso importante conselheiro, além de aliado político, Vera Pedrosa tornou-se a primeira mulher a chefiar a Assessoria Diplomática da Presidência da República. No cargo até 1995, testemunhou a concepção e o início da execução do Plano Real – a necessidade de transmitir ao mundo uma nova imagem do Brasil, que buscava consolidar o funcionamento de suas instituições democráticas e recuperar a estabilidade econômica.

Antonio Patriota¹⁸, que integrou sua equipe na Presidência, recorda-se da polivalência que a então chefe demonstrou no cargo, atuando em diversas frentes e movimentando-se com habilidade entre políticos, ministros, jornalistas e assessores palacianos. “Sempre com uma extraordinária firmeza, soube conquistar a confiança do Presidente e o respeito dos interlocutores políticos. Com frequência, colocava sua extensa rede pessoal de contatos políticos a serviço do diálogo”.

Essas, entre muitas outras capacidades e qualidades, impressionaram também o coautor deste artigo, que à época retornava de seu primeiro período no exterior e foi por ela convidado a fazer parte de sua assessoria – um privilégio tanto no plano profissional como no pessoal e o início de uma amizade e admiração que com o tempo só cresceram.

Na Presidência, em que muitas vezes atuava também em estreita coordenação com o então chefe do Cerimonial, Marcus de Vincenzi, o conhecimento da cultura brasileira de Vera foi novamente solicitado. Decidido a executar ampla reforma no Palácio da Alvorada, que havia sido preterido por diversos presidentes como residência oficial, Itamar Franco deu continuidade a projeto de melhorias

18 Entrevista em 10/01/2023.

iniciado na gestão Collor. À Assessora Diplomática, solicitou que supervisionasse a atualização do acervo de obras de arte, selecionando peças representativas do modernismo brasileiro. Coube a ela a seleção de pinturas de artistas como Djanira, Portinari e Volpi.

Em 1993, Vera seria promovida a Ministra de Primeira Classe – o mais alto grau da hierarquia do Itamaraty, cujos titulares passam a ser referidos pela designação de Embaixador. Havia então apenas uma única Embaixadora na ativa: Thereza Maria Machado Quintella, promovida em 1987. O intervalo de seis anos até que outra mulher chegasse ao topo da carreira ilustra a que ponto, na época, tal feito ainda era raro.

EMBAIXADORA: CHEFIAS DE POSTO NA HAIA, EM QUITO E EM COPENHAGUE

Ao deixar a Assessoria Diplomática da Presidência da República, em 1995, Vera Pedrosa foi nomeada para sua primeira chefia de posto: a Embaixada do Brasil na Haia. Sem deixar de contribuir para o estreitamento dos laços entre o Brasil e os Países Baixos, seu maior interesse foi despertado pelo nascimento da Organização para a Proibição das Armas Químicas (OPAQ), em 1997. Delegada do Brasil nas reuniões preparatórias que discutiam a implementação do mandato da futura organização, Vera influenciou na ideia de que o Brasil apresentasse candidato para o cargo de Diretor-Geral. Tinha um nome de preferência: Jose Mauricio Bustani, então Diretor do Departamento de Organismos Internacionais do MRE. Convencida de que Bustani era o melhor nome, Vera redigiu e enviou um telegrama em que listava as qualidades que considerava indispensáveis ao candidato brasileiro. Embora não citasse nomes, todos imediatamente compreenderam a quem o expediente se referia.

Lançado candidato, e contando com Vera na articulação de sua campanha na Haia, Bustani foi eleito por aclamação em 1997. Cinco

anos mais tarde, quando Vera já havia deixado a capital neerlandesa, o diplomata brasileiro enfrentaria intensa campanha norte-americana contra a autonomia de sua gestão e a imparcialidade da própria OPAQ, que viria a resultar em sua destituição. Inconformada com posições adotadas pelo Brasil no episódio, Vera, mais de uma vez, procurou interceder diretamente junto ao Presidente Fernando Henrique Cardoso, pedindo maior empenho na defesa de Bustani.

Seu segundo posto como Embaixadora foi Quito, para onde partiu após deixar a Haia, em 1999. Chegou a Quito após período no qual a diplomacia brasileira havia desempenhado papel essencial na mediação do conflito Peru-Ecuador. Concluído o Acordo de Paz de Brasília, Vera percebeu a importância e o potencial da diplomacia cultural para as relações do Ecuador com o Brasil e nela deixou sua marca: organizou diversas iniciativas de promoção da arte brasileira, como mostras sobre Di Cavalcanti e cultura indígena. Um de seus projetos, a exposição “Diálogo Arte Contemporânea Brasil-Ecuador”, recebeu mais de 100 visitantes ao dia, público considerado sem precedentes no Ecuador da época. Em telegrama a Brasília, Vera assinalou que a mostra “representará marco significativo na vida cultural do Ecuador, elevando a cooperação cultural com o Brasil a níveis que nada deixam a dever a iniciativas financiadas por países que investem maiores recursos em divulgação cultural”¹⁹.

Na capital equatoriana, Vera também fez amizades duradouras, que levaria por toda a vida, a exemplo de Mary Lou Hay, empresária local de origem indígena, de quem se tornaria inseparável em Quito, após ser apresentada por Ary Quintella²⁰, colega da Embaixada. Ressaltando a fidelidade que Vera devotava a seus amigos, ele recorda que, mais de uma década após deixar o Ecuador, dedicaria a Mary Lou Hay o poema “Pantografos”, na obra *A árvore aquela*, de 2015.

19 Telegrama 1175 de Brasemb Quito, de 14/12/2000.

20 Entrevista em 11/03/2023.

Seu destino seguinte, em 2001, foi Copenhague, posto onde permaneceu pouco menos de dois anos. Embora demonstrando o dinamismo e a competência de sempre, queixava-se a familiares da distância do Brasil e dos invernos longos e rigorosos. Com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2002, começou a cogitar retornar a Brasília para testemunhar o novo período da história do Brasil, o que tanto orgulharia seu pai – que falecera em 1981, um ano após participar da fundação do PT.

PRIMEIRA SUBSECRETÁRIA-GERAL DE ASSUNTOS POLÍTICOS

Um telefonema de Celso Amorim, em 2003, superaria suas expectativas: ele a chamava para assumir a Subsecretaria-Geral de Assuntos Políticos – então a principal posição de direção política no segundo escalão do Itamaraty.

Primeira mulher nessa função, de ampla visibilidade, Vera Pedrosa passou a coordenar as relações diplomáticas do Brasil com o resto do mundo, à exceção da América do Sul, e a supervisionar a atuação do país em todos os organismos multilaterais políticos. Cabia-lhe, igualmente, a organização de reuniões de cúpula. Não há mais, hoje, correspondência no organograma institucional para essa unidade, que foi, ao longo dos anos, subdividida em diversas áreas, tamanha a variedade e complexidade dos temas que abrangia.

Honrada com o convite e com a responsabilidade que nela depositavam, sentia-se, porém, algo frustrada pela dificuldade de dominar e acompanhar todos os temas relevantes que se encontravam sob sua alçada. Queixava-se também da situação de sublotação da sede em Brasília – um problema recorrente enfrentado pelo Itamaraty.

Foram dois anos de intenso trabalho, em momento no qual o Brasil experimentou notável ampliação de sua presença e de seu prestígio no cenário internacional.

Do período, costumava recordar o desafio de conduzir os preparativos para a primeira Cúpula América do Sul – Países Árabes, em 2005. Iniciativa inédita, a Cúpula contribuiu para a aproximação política do Brasil e de nossa região com os países árabes, facilitada pelos densos laços culturais e migratórios já existentes. O sucesso do evento foi marco da inserção do Oriente Médio na agenda brasileira de cooperação sul-sul. Recordando o período, em que era Subsecretário-Geral para América do Sul no Itamaraty, Luiz Filipe de Macedo Soares conta que a personalidade e a capacidade de liderança de Vera nas negociações preparatórias causaram assombro em alguns de seus interlocutores.

PRIMEIRA EMBAIXADORA DO BRASIL EM PARIS

Primeira mulher nomeada Embaixadora do Brasil em Paris, Vera Pedrosa teve no posto, um dos principais destinos diplomáticos, merecido reconhecimento. Na capital francesa, já sua conhecida de outras passagens, circulava com desembaraço nos círculos político e artístico. Sua gestão coincidiu com momento decididamente positivo das relações bilaterais do Brasil com a França, com a elevação dos fluxos comerciais, o lançamento de projetos estratégicos de cooperação na área de defesa e a troca de visitas presidenciais.

Foi particularmente gratificante para ela estar à frente da organização do Ano do Brasil na França, em 2005, evento que mobilizou cerca de 15 milhões de pessoas em mais de 400 iniciativas culturais brasileiras, com ampla repercussão na imprensa local e internacional.

Em 3 de janeiro de 2006, Vera Pedrosa foi aposentada compulsoriamente da carreira diplomática ao completar 70 anos, porém foi mantida, em capacidade pessoal, Embaixadora em Paris até janeiro de 2008.

VIDA ARTÍSTICA

Esta pequena biografia não estaria completa sem o registro da produção artística de Vera Pedrosa. Ao longo da vida, ela publicou três livros em edições do autor: *Poemas* (1964), *Perspectiva Naturalis* (1978) e *De onde voltamos o rio desce* (1979).

Em 1976, Vera integrou a antologia *26 poetas hoje*, organizada por Heloísa Buarque de Hollanda. A obra reuniu nomes da geração mimeógrafo – poetas à margem do circuito das grandes editoras e que produziam livros de maneira artesanal, em pequenas tiragens vendidas em centros culturais, bares e nas portas dos cinemas. A publicação é considerada a mais importante antologia de poesia brasileira da década de 1970, além de uma forma de reação ao ambiente da época, marcado pela repressão política. Por ocasião de reedição em 2021, em edição comemorativa de 45 anos, Heloísa Buarque de Hollanda estimou que o ponto comum entre “os 26” era o intuito de traduzir para a poesia um cotidiano próximo à sua experiência social.

No caso de Vera, é nítida a influência da vida diplomática em diversos de seus poemas, como naquele intitulado “Mudança de Endereço”²¹:

andava havia luas com a carta
 hesitava em destiná-la
 aborrecia pensar nas demoras
 inquietava pensar que mudando de cidade
 os rumos são outros
 vê-se no céu o crescente ao contrário
 a incidência é outra do sol ao despertar
 desorientação
 assim como a planta deslocada

21 ALMEIDA, Vera Martins Pedrosa de. *A árvore aquela*. São Paulo: Cosac Naify, 2015, p. 26.

de uma para outra janela longe
se inclina a buscar a nova luz
a que estava ao norte
deslocou-se para o sul

Somente em 2015, já aposentada, a poeta da geração do mimeógrafo alcançou uma grande editora, com a publicação da *A árvore aquela*, pela Cosac Naify. Essa é considerada pela crítica literária sua obra mais importante.

Vera também pintava ocasionalmente. Presentou, de maneira discreta, alguns de seus amigos mais próximos com seus quadros, que foram pouco numerosos.

Aos colegas de carreira, pouco falou de sua produção literária, menos ainda de seus quadros. Não queria ser comparada a colegas com produção artística que buscavam principalmente uma fonte segura de renda no Itamaraty, para lhes permitir dedicar mais tempo às suas verdadeiras vocações. Vera, a despeito de reconhecido talento em outros campos, considerava-se, em primeiro lugar, diplomata.

Francisco Alvim, que compartilhou com ela o amor pela diplomacia e pela literatura, e prefaciou uma de suas obras, assim a homenageou:

A escassa obra de Vera, não apenas na quantidade de volumes publicados, mas também na aparência magra dos mesmos, pode induzir em erro o leitor que dela se aproxime, levando-o a pensar que Vera, como poeta, trabalhou pouco. Não é bem assim, para quem a poesia tem sido uma companheira de toda a vida, em ritmo peculiar e próprio.²²

22 ALVIM, Francisco. Prefácio. In: ALMEIDA, Vera Martins Pedrosa de. *De onde voltamos o rio desce*. Rio de Janeiro: Bem-Te-Vi, 2011 [1979].

CONCLUSÃO

Para José Mauricio Bustani²³, Vera Pedrosa foi “a grande dama da diplomacia brasileira”, dotada não apenas de todo o encanto diplomático capaz de seduzir, mas também de qualidades substantivas que faziam sobressair, em qualquer ambiente, sua sempre notável presença: “Sabia representar o Brasil como ninguém”.

Dotada de múltiplos talentos e movida por interesses universais, impressionava a todos, dentro e fora do Itamaraty, por sua inteligência e cultura. Era capaz de discutir, com igual conhecimento e profundidade, não só sobre política e diplomacia, como seria de se esperar, mas também sobre temas como artes, literatura, música, cinema, ou ainda religião, filosofia e psicanálise. Leitora ávida, com qualquer interlocutor sabia encontrar um objeto de interesse comum.

Nas pesquisas para o presente artigo, e para além de suas realizações profissionais, chamou a atenção dos autores não apenas o número de pessoas cujas vidas foram tocadas por Vera, mas também a profundidade dos vínculos que com muitas delas criou. Um extenso círculo de amigos, de diferentes perfis e interesses, era atraído por sua personalidade, seu carisma, sua generosidade. Sabia agregar e misturar pessoas, e muitas amizades nasceram por intermédio dela. Por onde passou, construiu laços que procurou preservar ao longo da vida. Sua influência, especialmente sobre os amigos que a procuravam para conselhos, era evidente, e sua opinião era quase sempre “definitiva”, tamanha a consideração que os mais próximos lhe dedicavam.

Suave no trato, porém firme em suas opiniões, sempre consciente do seu papel, Vera é frequentemente lembrada como uma pessoa que sabia ser categórica, sem ser indelicada. Os que com ela trabalharam

23 Entrevista em 25/01/2023.

aprenderam com sua habilidade política e discernimento sobre os desafios dos diferentes momentos do Brasil que representava.

Espaços antes vistos como restritos ou mesmo inacessíveis para mulheres diplomatas foram ocupados por Vera Pedrosa. Não obstante sua afinidade com temas culturais, fez esforço consciente para atuar na área política, de maior centralidade no Itamaraty e na qual sabia também ter muito a contribuir. Com postura determinada e comprovada competência, abriu portas que, para muitas colegas, pareciam fechadas. Foi, várias vezes, “a primeira mulher” (entre outras inaugurações): a chefiar a Assessoria Diplomática da Presidência; Subsecretária-Geral de Assuntos Políticos (cargo de segundo escalão mais relevante no Itamaraty de seu tempo); e até hoje única, Embaixadora junto ao governo francês, em Paris.

Em uma época na qual os cargos diplomáticos não admitiam flexão de gênero (prática que seria abolida apenas na década de 1980), Vera Pedrosa fez pleno uso de sua rica formação cultural, histórica e política para se impor em um Itamaraty que ainda resistia à ascensão de mulheres. Soube superar o papel em que a cultura do seu tempo e hábitos ali arraigados buscavam enquadrá-la, conduzindo com habilidade sua trajetória. Às colegas mais jovens que dela se aproximaram, ajudou a fazer compreender códigos próprios da carreira e ensinou como transitar com confiança nesse universo construído por homens.

Vera Pedrosa deve ser lembrada também como artista. Dedicou-se à poesia e, ocasionalmente, à pintura. Ao longo da vida, como já mencionado, publicou três livros em edições do autor: *Poemas*, *Perspectiva Naturalis* e *De onde voltamos o rio desce*. Teve poemas incluídos em *26 poetas hoje*, antologia organizada por Heloísa Buarque de Holanda. Pela editora Bem-Te-Vi, publicou seleção de poemas dos três primeiros livros. Em 2015, já aposentada, publicou pela editora Cosac Naify *A árvore aquela* – considerada sua obra mais

importante. Embora pouco falasse de sua produção artística a seus pares, a poesia foi uma companheira de toda a vida. Já à pintura dedicou-se ocasionalmente e chegou a presentear alguns de seus amigos mais próximos com seus quadros.

Vera venceu todos os desafios que encontrou com a segurança de alguém cujos pontos de vista se formam na observação perspicaz e na reflexão fecunda e criativa. Talvez esteja aí seu maior legado, não exclusivo para mulheres, mas para quem nela reconhece um exemplo de diplomata que soube lançar mão de todas as vertentes do seu conhecimento, da sua experiência e de suas convicções em favor de uma atuação engajada e coerente.

Pelos caminhos que trilhou, pela forma original e própria com que viveu sua vida, inseriu-se e encontrou-se na diplomacia, Vera acumulou amigos e admiradores. Todos, e não menos seus familiares, sentem muito sua falta. É uma perda que nos motiva a celebrar sua memória, na certeza de que sua história, assim como as lembranças daqueles e daquelas que com ela tiveram a sorte de conviver, seguirão trazendo força e inspiração.



Nairóbi. Conferência de celebração do décimo aniversário da Conferência da ONU sobre o Ambiente Humano em Estocolmo, 1982.



Haia. Apresentação de credenciais, 1995.



Paris. Apresentação de credenciais, 2005.



Rio de Janeiro. Retrato por Bel Pedrosa (filha), 2015.



Paris. Mural de embaixadores na representação diplomática brasileira, 2023.

VI. MÔNICA DE MENEZES CAMPOS (1957-1985)

Rafaela Seixas Fontes
Pedro Mahin Araujo Trindade

*When a black woman moves,
the whole structure of society moves with her.*

(Angela Davis)¹

*Exu matou um pássaro ontem
Com uma pedra que só jogou hoje.*

(Provérbio yorubá)

Em julho de 2017, mês em que se comemora o Dia Internacional da Mulher Negra, Latino-Americana e Caribenha², a militante histórica do movimento *Black Power* estadunidense, ex-integrante do Partido dos Panteras Negras e do Partido Comunista, ex-presa política, filósofa e professora emérita da Universidade da Califórnia, Angela Davis, realizou a conferência “Atravessando o tempo e construindo o futuro da luta contra o racismo” na reitoria da Universidade

-
- 1 Fala de Angela Davis proferida no Salão Nobre da Reitoria da UFBA, em Salvador, em 25 de julho de 2017.
 - 2 O Dia da Mulher Negra, Latino-Americana e Caribenha é celebrado em 25 de julho. A data remonta-se ao ano de 1992, quando foi realizado, em São Domingos (República Dominicana), o 1º Encontro de Mulheres Negras Latino-Americanas e Caribenhas. O encontro, que denunciava o racismo e o sexismo enfrentados pelas mulheres negras não apenas nas Américas, mas em todo o mundo, deu origem à Rede de Mulheres Afro-Latino-Americanas, Afro-Caribenhas e da Diáspora (RMAAD). No Brasil, a data também é celebrada pelo Dia Nacional de Tereza de Benguela, líder quilombola que comandou o Quilombo do Piolho por duas décadas, entre 1750 e 1770, no estado que hoje corresponde ao Mato Grosso.

Federal da Bahia (UFBA). Na ocasião, a autora de *Mulheres, raça e classe*³, afirmou que a luta das mulheres negras está relacionada com as lutas dos mais diversos grupos de pessoas oprimidas em todo o mundo. Ao organizar e atuar em diversos movimentos contra a pobreza, o racismo, o machismo, a homofobia a catástrofe climática, dentre tantos outros, elas tornam-se sujeitos indispensáveis para o avanço dessas pautas, mesmo que, muitas vezes, o preço do seu engajamento tenha sido seu apagamento enquanto mulheres e negras. Ademais, ainda que alijadas de espaços de poder e frequentemente não reconhecidas como sujeito de direitos, o trabalho das mulheres negras sempre foi fundamental, tanto para a sociedade brasileira quanto para a estadunidense. Dessa forma, quando mulheres negras se movimentam, toda a estrutura da sociedade movimenta-se com elas, porque aquela é sempre transformada pela ação destas.

A possibilidade de movimentação das estruturas pela ação de uma mulher negra foi percebida pela imprensa nacional quando Mônica de Menezes Campos⁴ ingressou na carreira diplomática, em 1978. Manchetes do *Correio Braziliense* de 2 de agosto daquele ano anunciavam em duas reportagens: “Uma negra no Itamarati. Será o fim do preconceito?” e “Talento de Mônica abala preconceitos do Itamarati. Ela será uma diplomata”. O jornal *O Globo*, de 1º de agosto de 1978, também não deixou o fato passar despercebido: “Rio Branco terá sua primeira diplomata negra”.

O tom de surpresa e indagação das manchetes demonstra que o ingresso de uma autêntica representante de um grupo até então não representado no Ministério das Relações Exteriores suscitava perplexidade e dúvidas sobre a continuidade de uma barreira não

3 Publicado em 1981, o livro é uma das primeiras análises feministas negras sobre a experiência da escravidão nas Américas e lançou as bases para os estudos da interseccionalidade, conceito fundamental para a compreensão das relações entre raça, classe e gênero.

4 Os autores escolheram utilizar o nome de solteira de Mônica, pois foi dessa forma que ela ingressou na carreira diplomática, em 1978.

escrita que impedia o acesso de grande parte da população brasileira à diplomacia. Mas, quem foi Mônica de Menezes Campos? O que seu ingresso na carreira de diplomata representou para a política externa brasileira do final dos anos 1970? Quais reflexões sua trajetória enseja, em termos de representatividade na burocracia⁵ brasileira, para mulheres, para negros e, sobretudo, para mulheres negras? Esses são alguns dos questionamentos que se buscará responder nas linhas que se seguem.

Mônica de Menezes Campos nasceu em 10 de dezembro de 1957, na cidade do Rio de Janeiro. Era a filha mais velha de uma família de classe média negra brasileira. Seu pai, Newton Marinho de Campos, era tenente do Exército; sua mãe, Nilza de Menezes Campos, corretora de imóveis; e suas irmãs, Márcia de Menezes Campos e Martha de Menezes Campos, tornar-se-iam professora de inglês e educadora física, respectivamente.

Mônica cursou o ensino primário na Escola México e na Escola Municipal Joaquim Nabuco, instituições de ensino públicas do bairro de Botafogo, no Rio de Janeiro. Posteriormente, uma vez aprovada em concurso de admissão, ingressou no Colégio Pedro II. Em 1972, com a mudança da família para Brasília, em razão da transferência

5 O conceito de burocracia representativa foi cunhado pela primeira vez por Donald Kingsley no seu livro *Representative Bureaucracy: an interpretation of British Civil Service* (1944). Para o autor britânico, ao observar a gradativa ocupação de cargos públicos pela classe média inglesa, as burocracias, para serem democráticas, devem ser representativas do(s) grupo(s) a que servem. A correspondência entre a composição da população e o corpo burocrático é importante fator a ser observado, porque servidores públicos gozam de relativo grau de discricionariedade e autonomia para lidar, mediante o emprego de recursos limitados, com situações complexas, nem sempre redutíveis ao arcabouço jurídico legal pré-existente. Essa circunstância convida-os a constantemente eleger prioridades. Logo, o conhecimento derivado da atuação do burocrata é permeado de subjetividade. Dessa forma, valores e visões de mundo importam para a prática burocrática, pois, simultaneamente, constituem as decisões que serão tomadas e são constituídos por diferentes processos de socialização. Assim, categorias como raça, etnia, gênero, classe, origem geográfica e faixa etária tendem a impactar significativamente a formulação e a implementação de políticas públicas. No Brasil, o debate sobre “Burocracia Representativa” foi introduzido recentemente pelas pesquisas da professora Rebecca Lemos Igreja no projeto “Ações Afirmativas e Burocracia Pública”, executado pela UnB e pelo Colégio Latino-Americano de Estudos Mundiais, com financiamento da Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAP-DF).

de Newton para a capital do país, Mônica passou a frequentar o Ginásio do Setor Noroeste, onde concluiu o 2º grau. Destaca-se que ela tinha um desempenho acadêmico extraordinário, reconhecido por inúmeras premiações recebidas ao longo de sua vida⁶.

Desde muito nova, já considerava tornar-se diplomata, a despeito das ponderações de uma Oficial de Chancelaria⁷ que a teria desaconselhado a prestar o exame de admissão “por causa da sua cor”⁸. Em entrevista concedida ao jornal *O Globo*, de 2 de agosto de 1978, Mônica comentou sobre o episódio: “Há 15 anos que os diplomatas são escolhidos por concurso. Se fosse no tempo do Barão do Rio Branco, em que a escolha era feita num sarau, entre as pessoas da sociedade, [sua exclusão por motivo racial] seria justificável”⁹.

Sem se deixar abater pela advertência racista da Oficial de Chancelaria, Mônica estudou, concomitantemente, para o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (CPCD) e para o vestibular da Universidade de Brasília (UnB). Em 1976, foi aprovada para o curso de Letras da UnB e também chegou a ser admitida na Faculdade de Direito da Universidade do Distrito Federal (UDF), mas optou por não cursar essa última, para concentrar-se nos estudos para o CPCD. Ainda no ano de 1976, deu à luz sua primeira filha, Maria Carolina. Dois anos depois, em 1978, foi aprovada para cursar o Instituto Rio Branco (IRBr), após quatro anos de intensa preparação para ingressar na carreira diplomática.

Mônica preparou-se para as provas de línguas estrangeiras do CPCD – inglês e francês – com bolsas de estudo que lhe foram

6 MARCHI, 1978, p. 29.

7 O Serviço Exterior Brasileiro está integrado pelas carreiras de Diplomata, Oficial de Chancelaria e Assistente de Chancelaria (Lei nº 8.829, de 22 de dezembro de 1993). O cargo de Oficial de Chancelaria, contudo, existe na estrutura do MRE desde 1961.

8 Entrevista concedida por Mônica de Menezes Campos. Cf. FUTURA diplomata negra não sofre discriminação. *O Globo*, Rio de Janeiro, ano 54, n. 16.362, 2 ago. 1978, p. 8.

9 *O Globo*, Rio de Janeiro, 2 ago. 1978, p. 8.

oferecidas por escolas de idiomas de Brasília. Segundo reportagem publicada no *Correio Braziliense*, Mônica classificou-se em primeiro lugar em concursos de bolsa promovidos pela Aliança Francesa por anos a fio¹⁰. Além das línguas cobradas no concurso, Mônica também estudava alemão. Após sua primeira tentativa frustrada de ingresso no Itamaraty, participou de curso preparatório para o CPCD ministrado por alunos do IRBr. O curso foi concebido pelo então Diretor do Instituto, Sérgio Fernando Guarischi Bath, com o propósito de identificar e preparar candidatos negros competitivos¹¹.

Mônica foi aprovada no CPCD em sua segunda tentativa. Obteve a 26ª colocação, em um concurso que oferecia 52 vagas. Para alcançar esse resultado, superou desafios típicos de sua condição de mulher negra, como a maternidade precoce e a falta de apoio de pessoas próximas, fator essencial para a superação de exame reconhecidamente difícil. Além da Oficial de Chancelaria, também seu pai a alertava para o fato de que não se sabia da existência de diplomatas negros, muito menos diplomatas negras, no Itamaraty¹². A primeira colocada no CPCD de 1978 também foi uma mulher, a gaúcha Leonilda Beatriz Campos Gonçalves, que obteve a nota global mais alta registrada desde 1968.

A iniciativa do IRBr de oferecer curso preparatório para o CPCD a candidatos negros inseria-se no contexto das diretrizes de política externa de aproximação com a África e de afirmação da democracia racial no Brasil, implementadas durante os governos Médici (1969-1974) e Geisel (1974-1979)¹³. O projeto do “Brasil

10 MARTINS, F. Uma negra no Itamaraty: será o fim do preconceito? *Correio Braziliense*, Brasília, n. 5.665, 2 ago. 1978, p. 11.

11 Ibid.

12 De acordo com a irmã de Mônica, em entrevista concedida ao documentário *Exteriores: mulheres brasileiras na diplomacia* (direção: Ivana Diniz), o pai delas, Newton Marinho Campos, dizia que o sonho da diplomacia era impossível, pois não existiam negros diplomatas.

13 HAXTON & SILVA, 2021.

Potência”, alimentado pelo “milagre econômico”, necessitava de novos mercados para o escoamento da produção industrial brasileira, em um mundo no qual as nações industrializadas, principalmente os EUA, o Japão e países europeus, adotavam medidas protecionistas. O choque do preço do petróleo de 1973 constituiu fator adicional de impulsionamento do Brasil para a busca de novos fornecedores do produto. Internamente, o elevado índice de desigualdade social dificultava que essa produção industrial fosse absorvida pelo mercado brasileiro.

Não obstante, um dos principais obstáculos à consecução da política externa africanista e à afirmação da democracia racial no Brasil era a presença de um corpo diplomático integralmente branco no Itamaraty. Em seu livro, *Na Diplomacia, o Traço Todo da Vida*, o ex-Chanceler Mário Gibson Barboza conta que em sua viagem a nove países africanos¹⁴, em 1972, a delegação brasileira foi recebida com desconfiança pelo então Ministro das Relações Exteriores de Gana, General Nathan Aferi, por causa da composição racial do grupo:

O general Aferi conduziu-me à mesa onde os pratos estavam servidos (era um *self-service*) e disse-me: “Mandei preparar um almoço típico, como o senhor certamente não conhece. É a maneira como nós comemos. Lamentarei muito se essa comida lhe for desagradável, mas é assim que comemos. E não queremos fingir ser o que não somos”. Percebi tratar-se do primeiro teste, entre vários a que seria submetido. Ali chegava eu, branco, com uma delegação de brancos (somente o médico brasileiro que nos acompanhava era negro), a proclamar que no Brasil não havia discriminação racial e que nos orgulhávamos

14 Os países visitados pelo ex-Chanceler, no chamado “Périplo Africano”, foram: Costa do Marfim, Gana, Togo, Daomé (atual Benim), Zaire (atual República Democrática do Congo), Camarões, Nigéria, Senegal e Gabão.

de nossas raízes africanas. “Vamos desmascarar essa gente”, deve ter pensado ele.¹⁵

O médico a quem Gibson Barboza se referia era Jair Sebastião dos Santos, único funcionário negro do Ministério à época, que, apesar de ser ginecologista, foi designado como médico de uma delegação inteiramente composta por homens brancos, para exibir um grau mínimo de diversidade racial nos quadros do Itamaraty.

A aprovação de Mônica recebeu ampla cobertura midiática, que a tratou como a primeira mulher negra a ingressar na carreira diplomática. O tom de celebração, entretanto, muitas vezes cedia lugar a ressalvas descabidas quanto à nova diplomata. Em matéria escrita para o *Jornal do Brasil*, Carlos Marchi apresentou-a como uma “mulata, estudante de Letras da UnB, ex-aluna de direito da Universidade do DF, 20 anos, *alta e bonita*, [que] conseguiu passar”¹⁶. Ao descrever Mônica como uma atriz de uma peça necessária, Marchi retratou-a como uma pessoa despolitizada, sem interesse pelos problemas do negro no Brasil, que jamais havia sido vítima de discriminação racial¹⁷. O jornalista chegou a escrever que “na simplicidade dos seus 20 anos, procurando fugir tanto quanto possível do estigma de ‘representante da geração do medo’, ela ainda não entendeu bem por que virou manchete em 24 horas”¹⁸.

O artigo suscita a indagação: seria Mônica, de fato, uma pessoa muito jovem e simples que, contrariando todas as expectativas, *conseguiu passar* naquele que é considerado, até hoje, um dos concursos públicos mais difíceis do país, sem compreender muito

15 BARBOZA, 2020, p. 384.

16 *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 3 ago. 1978, p. 29, grifo nosso.

17 Apesar de Mônica não ter reconhecido nas entrevistas que concedeu que passara por episódios de discriminação racial, o fato de ela ter ouvido de uma funcionária do Itamaraty que não deveria prestar o concurso “por causa de sua cor” evidencia que uma pessoa negra tem a sua autoestima e sua autoconfiança testadas por motivos e situações que uma pessoa branca nunca vai vivenciar.

18 *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 3 ago. 1978, p. 29.

bem o seu papel para a política externa brasileira? Ou seria ela uma mulher extremamente perspicaz, que, justamente por compreender o seu papel e perceber-se como minoria em uma instituição predominantemente branca e masculina, no contexto de um governo ditatorial que defendia a tese de que a sociedade brasileira era uma democracia racial, optou por não proferir declarações polêmicas no momento da sua entrada no MRE (cuja posse ainda dependia de aprovação em curso de formação)?

A imprensa fora alertada da aprovação de Mônica pelo próprio Itamaraty, que tinha interesse em conferir ampla divulgação ao fato. Isso não passou despercebido por Abdias do Nascimento, que, relativamente ao ingresso de Mônica Campos no IRBr, destacou:

Ainda recentemente o Instituto Rio Branco admitiu uma jovem negra, Mônica Menezes Campos (*sic*), e desencadeou pela imprensa uma campanha sensacionalista tentando demonstrar a inexistência de racismo naquela instituição pública [...] Mônica, que significa apenas a única exceção na política discriminatória tradicionalmente mantida pelo Ministério do Exterior em relação aos afro-brasileiros, tem um destino certo: melhorar a imagem ário-nórdica do Brasil perante a África, onde a indústria brasileira tenta conquistar mercados, especialmente nos países possuidores de petróleo: Nigéria e Angola. É significativo notar que afirmou que no interesse de reforçar o impacto do evento “Eu fui transformada em negra da noite para o dia. Antes, eu costumava ser mulata”.¹⁹

A afirmação de Mônica, recuperada pela fala de Abdias, demonstra o quanto o conceito de raça no Brasil pode ser impreciso e obscuro, devido ao seu caráter não científico e à ampla miscigenação que ocorreu no país, como política de Estado e método de embranquecimento da

19 NASCIMENTO, 1980, p. 218-219.

população²⁰. A imprecisão do conceito torna-o facilmente manipulável por terceiros²¹, de modo que a autoconsciência de pertencimento racial é elemento fundamental para a construção de políticas que visem a enfrentar a desigualdade racial no Brasil.

Mônica frequentou as matérias do CPCD do IRBr entre 1979 e 1980 e tomou posse como Terceira-Secretária em setembro de 1980, aos 22 anos de idade. Sua primeira lotação foi na Divisão de Passaportes, chefiada por Carlos Norberto de Oliveira Pares, onde exerceu a função de assistente até fevereiro de 1982. Então, transferiu-se para a Divisão de Privilégios e Imunidades, sob a chefia de Sérgio Eduardo Dias Lemgruber. No mesmo ano, casou-se com Stéphane de Veyrac e, em dezembro, tornou-se mãe de seu segundo filho, Raphaël.

Em fevereiro de 1983, foi promovida a Segunda-Secretária, por antiguidade, e, no mesmo mês, foi removida para o Consulado-Geral do Brasil em Zurique. Pouco mais de um ano após sua chegada a seu primeiro posto no exterior, em maio de 1984, Mônica decidiu licenciar-se da carreira, para tratar de interesses particulares.

20 O embranquecimento da população foi uma política de Estado que começou no final do Segundo Reinado e se intensificou nas primeiras décadas da República, sobretudo entre 1890 e 1920. De acordo com George Reid Andrews, “entre 1890 e 1914, mais de 1,5 milhão de europeus cruzariam o Atlântico rumo a São Paulo, com a maioria das passagens (63,6%) pagas pelo governo do Estado” (ANDREWS, 1998, p. 98). Apesar de teorias contestadoras da necessidade de branqueamento da população terem aparecido ainda na década de 1920, com os trabalhos de Mário de Andrade, Tarsila do Amaral e Oswald de Andrade, foi apenas na década de 1930, com o aparecimento de pesquisas e obras como *Casa-Grande & Senzala*, de Gilberto Freyre, que a ideologia abertamente racista do branqueamento foi definitivamente abandonada, o que proporcionou embasamento ao governo nacionalista de Getúlio Vargas, o qual identificava nos imigrantes, principalmente italianos, o “perigo” das teorias anarquista e comunista. Embora nunca tenha havido no Brasil um “equilíbrio de antagonismos” entre descendentes de europeus e descendentes de africanos, como propagou Freyre, suas obras representam um resgate da herança dos povos de origem africana na formação do Brasil.

21 A imprecisão do termo “raça” transparece em trechos do artigo de Carlos Marchi: “A partir de 1974 [...] resolveu-se democratizar o vestibular do IRBr. Não era mais época de lembrar que Raimundo de Souza Dantas (que foi Embaixador em Gana) era *mulato*. Ou que o Embaixador Sérgio Frazão (hoje em Madri) ou o Embaixador Geraldo Heráclito de Lima (hoje na Nigéria) são *moreninhos*. Ou mesmo que o Chanceler Azeredo da Silveira ‘deve ter tido um ancestral mestiço’. Em nome da verdade, exigia-se um *negro indisfarçável*” (*Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 3 ago. 1978, p. 29, grifo nosso).

Entretanto, sua carreira diplomática foi breve. Estava removida para a Embaixada do Brasil em Helsinki quando faleceu em decorrência de um aneurisma cerebral, no dia 1º de janeiro de 1985, aos 28 anos, em São José da Costa Rica.

Sua morte não teve maior repercussão na imprensa brasileira, em contraste com a comoção gerada por sua admissão na carreira diplomática. Apenas o jornal *Correio Braziliense* deu maior ênfase ao acontecimento. Na edição nº 7.952, de 6 de janeiro de 1985, denunciou-se que “alguns amigos da diplomata afirmaram que ela sofrera racismo por parte de seu superior em Zurique, que a tratava como uma ‘serviçal’. Este, inclusive, teria sido o motivo pelo qual ela requerera licença do Itamaraty”²².

Mônica de Menezes Campos não teve tempo nem condições de ter uma trajetória diplomática longa e com grandes feitos. Não teve tempo devido à sua morte precoce; não teve condições, porque, em vez de ter o seu grande potencial intelectual aproveitado, suspeita-se que tenha sofrido racismo insidioso²³.

A memória de Mônica Campos, porém, não pereceu. Resgatada pelo documentário *Exteriores* (2018), ela inspira programa de mentoria que leva seu nome, Mentoria Mônica de Menezes Campos (MMMM), criado por diplomata negra e dedicado a pessoas negras, especialmente a mulheres negras, que aspiram à carreira diplomática, com o objetivo de aumentar a representatividade desse que é o maior grupo social brasileiro²⁴, com cerca de 27,8% da população, enquanto corresponde a apenas 3% dos quadros da diplomacia nacional²⁵.

22 HAXTON & SILVA, 2021, p. 368.

23 De acordo com entrevista concedida pela Embaixadora do Brasil em Burkina Faso, Ellen Barros, colega de turma de Mônica, o superior hierárquico desta, em Zurique, pedia-lhe para limpar os banheiros do Consulado.

24 Segundo dados do IBGE (2020) compilados pela ONG Mulheres Negras Decidem. Disponível em: <<https://mulheresnegrasdecidem.org/1580-2/>>. Acesso em: 8 maio 2023.

25 IPEA. Atlas do Estado Brasileiro, 2021. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/atlasestado/>>. Acesso em: 8 maio 2023.

O programa foi criado em 2021 e, atualmente, é composto por mentores diplomatas de todos os gêneros e raças. Em menos de um ano, a MMMC contou com o engajamento de 30 diplomatas; o acompanhamento individual de 50 candidatos negros, sendo 35 mulheres negras, somando mais de 400 horas de mentoria; a realização de 12 encontros coletivos sobre o concurso e as temáticas de gênero e raça no Ministério e na política externa brasileira; e a captação e distribuição de R\$ 175.907 em bolsas de cursos preparatórios para o CACD.

Em 2022, ao final do primeiro ciclo do programa, quatro mentorandas foram aprovadas no CACD e tornaram-se mentoras da MMMC. Além disso, das 20 melhores notas da segunda fase do CACD de 2022, sete foram obtidas por participantes da mentoria. O projeto contribuiu, dessa forma, para que a mais recente turma de diplomatas do IRBr contasse com o maior número de mulheres na história do Instituto, com cerca de 42% do total de alunos. No segundo ciclo, o programa expandiu-se e, atualmente, conta com 49 diplomatas mentores e 69 candidatos negros, sendo 51 mulheres.

Iniciativas como essa, além do pioneiro Programa de Ação Afirmativa (PAA) do IRBr, que completou 20 anos de existência em 2022, visam a trazer mais diversidade para o Ministério das Relações Exteriores. O PAA foi instituído em 2002, com o objetivo de ampliar o acesso de pessoas negras à preparação para o CACD, cujos custos são reconhecidamente elevados, mediante a concessão de auxílio financeiro. Os números do PAA do IRBr são superlativos: em 20 anos, foram distribuídas mais de 740 bolsas para cerca 440 candidatos e candidatas, dentre os quais 49 obtiveram a aprovação no CACD.

O PAA ganhou novo impulso a partir de 2015, quando o IRBr passou a adotar a reserva de vagas para candidatos e candidatas negras ao CACD, conforme previsto na Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014 (Lei de Cotas em Concursos Públicos). Segundo Emiko

Aparecida de Castro Matsuoka e Leonardo Passinato e Silva²⁶, em estudo conduzido no âmbito do IPEA, “a média de bolsistas ingressantes por ano foi de 1,75 entre 2003 e 2014, passando para 4,0 após a instituição da Lei de Cotas (2015-2019). [...] A taxa de bolsistas aprovados(as) na reserva de vagas é bastante expressiva (76%, em média), chegando a 100% no concurso de 2019”. Nota-se, assim, grande complementaridade entre o PAA e o sistema de cotas no CACD, que se reforçam mutuamente e potencializam a promoção da diversidade racial no Itamaraty.

A diversidade, contudo, não deve ser vista como um fim em si mesmo, mas como um meio para aproximar o Ministério da sociedade, através da reformulação de práticas, prioridades e, em última instância, do *ethos* da instituição. Toda burocracia é representativa, o que enseja a constatação de que a formulação e a implementação de políticas públicas não são práticas neutras. Os diferentes processos de socialização de quem formula e implementa políticas devem ser levados em conta, se se pretende torná-las menos enviesadas.

O Programa de Ação Afirmativa do IRBr e as cotas raciais possuem o mérito de aumentar o número de pessoas pretas e pardas no corpo diplomático brasileiro, enquanto projetos como a Mentoria Mônica de Menezes Campos têm aptidão não apenas para ampliar esse número, como também de criar um espaço propício para o afloramento da consciência de identidade racial em ingressantes na carreira diplomática. O espaço de decisão e autonomia conferido ao burocrata e a consciência de sua identidade, que torna mais estreito o vínculo com seu grupo de origem, seriam as duas principais condições para que um determinado grupo inovasse nas práticas

26 MATSUOKA & SILVA, 2021, p. 67.

administrativas, transformando a representatividade numérica em representatividade voltada para a ação²⁷.

Nesse sentido, deve ser celebrada a recente edição do Decreto nº 11.443, de 21 de março de 2023, que dispõe sobre o preenchimento de cargos em comissão e funções de confiança no âmbito da administração pública federal por, no mínimo, 30% de pessoas negras, até 31 de dezembro de 2025. Igualmente, deve-se celebrar a instituição do Grupo de Trabalho Interministerial para a elaboração do Programa Nacional de Ações Afirmativas, destinado à promoção da equidade de oportunidades para a população negra, indígena, com deficiência e mulheres (Decreto nº 11.442, de 21 de março de 2023).

Versar sobre a trajetória de Mônica de Menezes Campos não serve apenas para rememorar o passado, mas para auxiliar na compreensão dos desafios atuais para a inclusão de mulheres, de negros e, sobretudo, de mulheres negras na diplomacia. Nesse sentido, transformar o presente é também fazer justiça com o passado, encerrar ciclos e construir novas perspectivas, narrativas e possibilidades de reinterpretação desse mesmo passado.

O provérbio Yorubá “Exu matou um pássaro ontem com uma pedra que só jogou hoje” ensina, fazendo uso da imagem do mensageiro que cruza e descruza os caminhos, que muitos desafios que enfrentamos atualmente tiveram seu início em outros processos históricos. O provérbio também propõe uma perspectiva não linear de temporalidade, de interconexão entre passado, presente e futuro, na qual as ações presentes têm o poder de resgatar memórias e narrativas, desvelando episódios, circunstâncias e conjunturas, as quais modificam a percepção do passado e orientam ações futuras.

A análise, ainda que breve, da trajetória de Mônica de Menezes Campos enseja reflexão sobre o impacto da ausência de pessoas negras, mulheres e, em especial, mulheres negras em espaços de

27 MEIER, 2019, apud SILVA ALVES, 2020.

tomada de decisão e de formulação de políticas públicas. Além disso, a memória e o exemplo de Mônica inspiram, ainda hoje, programas de inclusão racial no MRE. Mônica de Menezes Campos – assim como Maria José de Castro Rebello Mendes – não foi militante, contudo, sua trajetória merece ser conhecida por todas, todes e todos, porque, ao ocupar a posição de diplomata com seu corpo, subjetividade e história de vida, atuou como contestadora de privilégio.

Se hoje reconhecemos que o Brasil não é uma democracia racial e temos políticas afirmativas para a inclusão da população negra em um projeto democrático de sociedade, ainda é preciso reconhecer que a promoção da diversidade não é um fim em si mesmo. Parafraseando Edson Cardoso (2022), não se trata apenas de “colorir” a diplomacia, mas de negociar a própria forma de formular e executar a política externa brasileira.

Romper o abismo existente entre a composição racial da população brasileira e a da burocracia estatal, sobretudo em seus estratos superiores, é necessário para sustentar uma massa crítica capaz de apoiar mudanças que alterem as relações de poder entre gênero e raça, os processos de produção de políticas públicas e a alocação de recursos públicos, de forma a contribuir para a consolidação da democracia brasileira. São necessárias várias “Mônicas de Menezes Campos” para que o *ethos* de uma instituição seja transformado. É imprescindível que haja muitas e muitas “Mônicas”, não limpando banheiros, mas em posições de poder e de decisão, para tornar a burocracia estatal mais aberta a valores, interesses e perspectivas de grupos sociais tradicionalmente excluídos ou sub-representados. A maior presença de pessoas negras, em especial de mulheres negras, nos órgãos do Poder Executivo Federal e na diplomacia brasileira permitirá incorporar perspectiva interseccional de gênero e raça nos processos decisórios das políticas públicas.



À direita, Mônica de Menezes Campos, com 16 anos, acompanhada de amigas e familiares, sobe a rampa do Congresso Nacional.

Uma negra no Itamarati

Será o fim do preconceito?

Sempre lutei por isto, e afinal consegui. Foi assim que a jovem Mônica de Menezes Campos, 21 anos de idade e de cor negra, recebeu a notícia de que tinha sido aprovada vestibular do Instituto Rio Branco.

Alegria dupla, pois além de ser a primeira mulher de cor negra a ser aprovada no Instituto Rio Branco, Mônica conseguiu conquistar boa classificação (76% lugar). No ano passado, ela tinha sido reprovada. Mônica nasceu no Rio de Janeiro e mora há 15 anos em Brasília, onde é estudante de Letras da UnB e de Direito da Universidade do Distrito Federal. Há cinco anos se classifica em primeiro lugar como bolsista do Alvaro Francisco, o que não a impede de aprender também alemão e inglês.

QUEBRANDO TABU

O diretor do Instituto Rio Branco, Sérgio Bohn, instruiu sua equipe para que se empenhasse em encontrar negros dispostos e estruturalmente preparados para cursar o Rio Branco, numa tentativa de provar que o preconceito negro da carreira diplomática brasileira decorre mais de outros fatores do que propriamente da discriminação racial.

Mônica foi reprovada no ano passado, mas uma equipe de negros do Instituto Rio Branco passou a orientá-la em seus estudos, juntamente com outros candidatos, sem distinção de cor.

A história do Instituto Rio Branco narra algumas exceções, mas o negro sempre foi a discriminação racial, mesmo que velada, que começava nas relações sociológicas do negro e terminava num gabinete fechado do Ministério das Relações Exteriores, nas relações de trabalho do dia a dia. Hoje, com uma diplomacia aberta para a África, os negros passam a ser ouvidos, mas com reservas. Esta é uma verdade que nem mesmo os bons intenções e o otimismo do Ministro Sérgio Bohn podem contestar, se bem que o problema não tenha origem no Itamarati. O chanceler Azeredo da Silveira comentava há pouco tempo, numa roda de jornalistas brasileiros em Washington, que no Brasil não há discriminação racial, dando a entender que se algo fosse denunciado nesse sentido, estaria sujeito a reflexões mais amplas e não simplistas.

Quem voltar a democracia de pessoal do Ministério das Relações Exteriores terá muita dificuldade para localizar um diplomata de cor negra. De epidemia esporádica, exercendo funções de embaixador, existem apenas os diplomatas Sérgio Fracalossi, em Madri e Gerald Harclito, em Lagos. Também em Madri encontra-se Jair Sebastião dos Santos Silva, médico que integrou como único elemento de cor negra, a delegação do ex-chanceler Mário Gibson Barbosa em sequestro para África. Em todo o quadro de servidores do Ministério, há evidentemente juncos de cor negra, mas não integrantes do quadro diplomático.

Abertura recebe elogio de deputado

O ingresso do primeiro estudante negro no Instituto Rio Branco, que prepara diplomatas para o Ministério das Relações Exteriores, foi saudado na Câmara pelo deputado Erasmo Martins Pedro. Trata-se de Mônica de Menezes Campos, de 21 anos, estudante de Letras na Universidade de Brasília, e também estudante de Direito, no UDF.

Enquanto isso, o deputado paulista Adalberto Camargo, do MDB, apresentou à Câmara projeto de lei visando a modificar



Mônica rompeu tradição

O ex-Presidente Jânio Quadros tentou que o filho, nomeado embaixador no Senegal e do Instituto Rio Branco, o político aberto do Brasil para a África e a propalada crise de valores na diplomacia, começasse a se fixar uma mentalidade de que o ingresso do negro na diplomacia brasileira é imprescindível para que o país seja coerente em sua política contra a discriminação de todas as raças e possa inclusive ter representação mais condizente com a sua composição racial.

O Instituto Rio Branco passou a oferecer bolsas de estudo para estudantes africanos, principalmente da Costa do Marfim, Nigéria, Quênia e Senegal, e de alguns países de língua espanhola da América Central. Vários desses primeiros bolsistas estrangeiros já estão atuando em seus respectivos países, e outros já estão no Brasil estudando.

Além das dificuldades de uma justificativa para a ausência de negros no quadro diplomático brasileiro, o Itamarati teve que decompor silenciosamente o designação de negros para importantes postos na diplomacia dos Estados Unidos, como o embaixador junto à ONU, Andrew Young, e o ex-subsecretário de Estado para Assuntos Interamericanos, Tenente Tadmán, indicações estas que de certa forma foram coerentes com o político de direitos humanos do Governo Carter. Um triunfo usado pelos Estados Unidos ao qual o Brasil, que sempre procura ressaltar no mundo sua composição multirracial, não pode replicar.

Um outro exemplo importante que despartiu o avanço do Itamarati, em seu processo de aproximação mais estreita com os países africanos, é o monarca como a França, por muitas acusações de racismo, conseguiu conquistar a simpatia do negro africano com uma política de boa receptividade à sua cor. O principal resultado dessa política cuidadosamente manuseada e que em geral o negro das ex-colônias da França tem orgulho de ter assimilado multirracial como herança da colonização francesa.

No estrutura funcional do Itamarati o negro tem condições de progredir muito, por uma razão muito simples. Hoje em dia, servir na África ainda dá menos condições de promoção do que em outros países. O chanceler Azeredo da Silveira, numa tentativa de mudar esse quadro e destacar as ambições profissionais de cada diplomata para a África, tem promovido e cobrado com atenção o trabalho das que atuam nos países africanos. Em suma, tem procurado valorizar o trabalho naquelas regiões, criando inclusive novas Divisões, e ampliando o quadro de pessoal para um trabalho mais eficaz. O mesmo vem ocorrendo em relação à Ásia, e hoje o Itamarati já dispõe de muitos diplomatas de origem asiática.

Vencido o primeiro barreira, a grande indagação que poderá surgir para Mônica de Menezes Campos será a seguinte: "Conseguirei agora romper o barreira de discriminação contra a mulher?" Estas, também, igualmente, existem. É muito difícil para uma mulher chegar ao cargo de Embaixador. São raras as exceções, em todo o Itamarati do Itamarati.

Fechas Martins

Matéria do *Correio Brasiliense* de 2 de agosto de 1978.



Mônica com sua primeira filha, Maria Carolina.



Mônica de Menezes Campos.



Mônica no dia do seu casamento religioso com Marcelo de Braz Coutinho, pai de sua primeira filha, Maria Carolina.

REFERÊNCIAS

ANDREWS, G. R. *Negros e Brancos em São Paulo*. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Edusc, 1998.

BARBOZA, M. G. *Na diplomacia, o traço todo da vida*. 4. ed. rev. Brasília: FUNAG, 2020.

BRASIL. Protocolo de cooperação sobre a ação afirmativa no Instituto Rio Branco. Brasília: IRBr/MRE; SEDH/MJ; FCP/MC; CNPq/MCT, 2002.

CARDOSO, E. L. *Nada os trará de volta: escritos sobre racismo e luta política*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

CHAVEZ, X. Burocracia representativa e teorias feministas: uma proposta para a análise da burocracia de nível de rua. In: LIMA, Luciana Leite; SCHABBACH, Leticia (Org.). *Políticas Públicas: questões teórico-metodológicas emergentes*. Porto Alegre: Editora da UFRGS/CEGOV, 2020.

EXTERIORES – Mulheres Brasileiras na Diplomacia. Ivana Diniz. Brasília: Argonautas, 2018. On-line (52 min.). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=vkVUOmF1ew8&t=379s>>. Acesso em: 30 ago. 2022.

FERREIRA, G. L. *A promoção da (des)igualdade racial no serviço público federal: burocracia e ativismo nas ações afirmativas do Instituto Rio Branco*. 2022. Tese (doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Direito. Universidade de Brasília.

FRASER, N. *Qu'est-ce que la justice sociale? Reconnaissance et redistribution*. Paris: Éditions La Découverte, 2011.

FREYRE, G. *Casa-Grande & Senzala*. 42. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

GOBO, K. Da exclusão à inclusão consentida: negros e mulheres na diplomacia brasileira. *Política e Sociedade*, Florianópolis, v. 17, n. 38, jan./abr. 2018.

GONZÁLEZ, L.; HASENBALG, C. *Lugar de negro*. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1982.

IGREJA, R. F.; FERREIRA, G. L. Legislações brasileiras sobre cotas raciais no serviço público: uma análise da categorização racial e distribuição temporal e espacial. *Boletim de Análise Político-Institucional*, n. 31, dez. 2021.

KINGSLEY, J. D. *Representative Bureaucracy: an interpretation of the British civil service*. Yellow Spring: Antioch Press, 1944.

MARCHI, C. Mônica do Itamarati: uma peça necessária à política externa brasileira. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 3 ago. 1978.

MATSUOKA, E. A. C.; SILVA, L. P. e. As políticas de ações afirmativas no Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata: experiências e desafios. *Boletim de Análise Político-Institucional*, n. 31, dez. 2021, p. 63-70. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11065/1/bapi_31_politicas_acoes.pdf>. Acesso em: 8 maio 2023.

PAULA, M. *Políticas de ação afirmativa para negros no governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002)*. 2010. Dissertação (mestrado) – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais. Fundação Getulio Vargas.

SCHILICKMANN, M. *Os argonautas do Atlântico Sul: Raymundo Souza Dantas e o nascimento da política externa independente nas décadas de 1950 e 1960*. 2020. Tese (doutorado) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis.

SILVA ALVES, I. C. da. Burocracia representativa e perspectiva interseccional de gênero e raça nas políticas públicas. *Revista de Políticas Públicas e Gestão Governamental*, v. 17, n. 1, jul./dez. 2020.

WEBER, M. *The protestant ethic and the spirit of capitalism*. New York: Routledge, 2001.

WEBER, M. *Economia e Sociedade: Fundamentos da Sociologia Compreensiva: vol. 2*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

VII. MARCELA MARIA NICODEMOS (1953-2022)

Maria Clara de Paula Tusco

Benoni Belli

No dia que for possível a mulher amar em sua força e não em sua fraqueza, não para fugir de si mesma, mas para se encontrar, não para se renunciar, mas para se afirmar, nesse dia então o amor tornar-se-á para ela, como para o homem, fonte de vida e não perigo mortal.

(Simone de Beauvoir)

Marcela Maria Nicodemos nasceu em 31 de janeiro de 1953, em uma família de classe média de Petrópolis (RJ). Curiosa e irrequieta desde pequena, a menina Marcela buscava ampliar seus horizontes para além de sua cidade natal. A sua curiosidade a levaria a estudar línguas estrangeiras, a ler livros que a transportavam para lugares distantes, exóticos, estimulando sua imaginação.

O interesse pela carreira diplomática foi algo que ocorreu quase que por “geração espontânea”. É como se seu espírito estivesse fértil, desde a tenra idade, para explorar terras desconhecidas e abrir-se a diferentes culturas. A jovem Marcela não tinha ninguém em quem se espelhar e que poderia ter sido uma figura que despertasse nela o interesse pela diplomacia: nenhum parente ou alguma mulher de destaque próxima cujo trabalho diplomático fosse suficientemente visível para lhe servir de modelo.

Sem exemplos que pudesse emular, o fato de Marcela Nicodemos ter decidido fazer o concurso do Instituto Rio Branco ainda como estudante de Direito demonstra muito de sua ousadia e vontade de

abraçar o mundo. A proximidade da cidade do Rio de Janeiro, fonte naquela época da maioria dos diplomatas, que eram nascidos ou lá estudavam com os professores que preparavam para o concurso, certamente facilitou a circulação de informações, mas não explica por si só uma decisão que não parecia evidente à época.

Eram tempos sisudos, o país vivia a ditadura militar no auge do seu ufanismo e do nefando lema “Brasil: ame-o ou deixe-o”. Marcela Nicodemos declarou a pessoas próximas, mais de uma vez, que prestar o concurso naquela época requereu ato de coragem e de esperança em um horizonte distinto, refletindo seu otimismo quanto a uma futura mudança política. Para sorte do Serviço Exterior Brasileiro, a jovem tomou uma decisão que, mais tarde, já com a democracia restaurada, abriria a possibilidade para que ela desse contribuição para projetar um Brasil democrático e comprometido com os valores dos direitos humanos na cena internacional.

Marcela Nicodemos prestou o concurso e passou na primeira tentativa, em 1976, para espanto daqueles que desconheciam o seu pendor para os estudos e sua capacidade de análise. Tudo foi muito rápido. Marcela entrou no turbilhão de sair de casa, mudar de cidade e enfrentar um mundo novo, sem saber ao certo o que encontraria na carreira diplomática. Ela nunca escondeu que desconhecia os pormenores do ofício, que tinha uma visão apenas superficial do trabalho diário de diplomatas, embora se sentisse atraída pela ideia de dedicar-se ao país e defender seus interesses no exterior.

A jovem aluna do Rio Branco, e Terceira-Secretária, foi aprendendo sobre a carreira na prática, ao longo da sua trajetória. Em 1978, concluiu o curso de Direito, enquanto trabalhava em Brasília como assistente da Divisão da Organização dos Estados Americanos (1977-1980), sua primeira lotação no Itamaraty.

Nesse início de vida funcional em Brasília, Marcela Nicodemos viria a conhecer seu futuro marido e companheiro de toda a vida,

Mario Matus, com quem teve dois filhos, os gêmeos Marcelo e Rodrigo, nascidos em 1982. Já praticamente casada, passou pela experiência de “negociar” com seu futuro cônjuge como conciliar a vida a dois com um ofício que requer mudanças constantes, o que inviabiliza muitas vezes a carreira do companheiro ou da companheira. Trata-se de uma situação comum para qualquer diplomata, porém mais difícil para mulheres diplomatas. Em uma sociedade como a nossa, com persistente desigualdade de gênero, mais frequentemente existe uma expectativa de que a mulher acompanhe o marido, e não vice-versa.

Como arrimo de família que era, Marcela não esmoreceu diante das dificuldades para obter deferimento ao seu pedido de concessão de salário-família por seu marido, com base “nos dispositivos da nova Constituição da República, que prevê igualdade de direitos e obrigações entre marido e mulher na sociedade conjugal”. A solicitação foi formalizada por Marcela em janeiro de 1989 e foi objeto de parecer jurídico contrário em abril do mesmo ano:

Peço vênica para lembrar à Administração que a Constituição Federal não revogou as normas ordinárias existentes sobre salário-família ou auxílio-família (Lei nº 5.809, de 1972), permanecendo o entendimento antigo de deferimento somente à esposa [...] Pelo indeferimento, pois inferir de outra forma seria distinguir benefícios que a Carta Magna não autorizou.

Ainda sem ter recebido uma decisão final, em novembro de 1993 a servidora reiterou o pedido e, em fevereiro de 1994, finalmente sua solicitação veio a ser deferida, após novo parecer jurídico, desta vez, favorável.

Claro que o mundo tem mudado, mas se ainda hoje a desigualdade persiste apesar dos avanços relativos das últimas décadas, a inferiorização da mulher na década de 1970 e 1980 era certamente mais pronunciada. Mario Matus conhecia bem a vida

internacional como chileno trabalhando no Brasil em um projeto do BID e aceitou abraçar essa vida itinerante ao lado de Marcela, mesmo que isso significasse abrir mão da possibilidade de um emprego seguro e estável – como de fato o fez, anos mais tarde, quando desistiu de uma oportunidade de trabalho na Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) para poder acompanhar a esposa em sua remoção de Los Angeles para a Cidade da Guatemala.

Antes de ser removida para o exterior, Marcela trabalhou também na Divisão de Produtos de Base (1980 a 1985), período no qual fez o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomata (1982), requisito para a promoção a Primeira-Secretária. Pode-se dizer que essas primeiras experiências na sede do Ministério das Relações Exteriores em Brasília, além de significar um aprendizado sobre o funcionamento do Ministério e socializar a jovem Secretária nas regras e tradições da carreira, ofereceu também aprendizado importante em diplomacia multilateral, em duas vertentes distintas: política e econômica. Esse foi o primeiro passo de uma carreira que se caracterizou por ampla diversidade de temas, tornando Marcela Nicodemos uma diplomata completa e versátil, com um talento especial para o multilateral.

Em 1985, quase dez anos após a entrada no Instituto Rio Branco (IRBr), a próxima década de sua carreira viria a ser em postos no exterior: Los Angeles (1985 a 1988), Cidade da Guatemala (1988 a 1991) e Manágua (1991 a 1994).

Esse foi um período de profundo amadurecimento profissional e de novos desafios, uma vez que a diversidade de assuntos exigia ampliar os horizontes e transitar por caminhos ainda não percorridos. Nas Embaixadas na Cidade da Guatemala e em Manágua, Marcela Nicodemos chefiou simultaneamente todos os setores (político, econômico, comercial, consular e de administração), uma experiência muito comum em postos pequenos, o que a preparou para a futura

chefia de postos no exterior com uma visão a um só tempo ampla e qualificada das tarefas desempenhadas por uma missão diplomática.

Como chefe do Setor de Promoção Comercial do Consulado-Geral do Brasil em Los Angeles, com filhos pequenos, Marcela teve de desdobrar-se para enfrentar o trabalho intenso e a dedicação à família. Contou com a sorte de ter um companheiro que dividia tarefas domésticas. Na Guatemala, foi vítima de um assalto, porém sem emprego de violência. Também teve experiências recompensadoras no posto, inclusive a oportunidade de chefiar, em 1989, a delegação brasileira à XXV Assembleia do Grupo de Países da América Latina e do Caribe Exportadores de Açúcar (GEPLACEA).

Na Nicarágua, passou muito tempo como Encarregada de Negócios (atuando como chefe interina do posto na ausência do Embaixador) em um período de transição para o governo de Violeta Chamorro, marcado pela crise econômica e desabastecimento de produtos em supermercados. Naquele período, Marcela e Mario se apoiavam mutuamente não apenas nas tarefas domésticas, mas também nas protocolares, como, por exemplo, a busca por ingredientes para oferecer uma recepção de comemoração do 7 de Setembro, o que podia ser tão trabalhoso quanto cuidar de duas crianças e administrar a casa.

Entre 1994 e 1997, Marcela Nicodemos volta a Brasília e assume, sucessivamente, as chefias de divisões multilaterais importantes: Divisão do Mar, da Antártida e do Espaço (1994), Divisão de Nações Unidas (1995 a 1997) e Divisão de Temas Sociais (1997), tendo sido promovida a Conselheira em 1995.

Durante essa volta à sede do Ministério e no posto seguinte no exterior, a Missão do Brasil junto à Organização das Nações Unidas em Nova York, Marcela Nicodemos despontou como uma delegada multilateral. No período, representou o Brasil junto à Comissão sobre a Situação da Mulher (CSW) e à Comissão Interamericana

de Mulheres (CIM) e participou da Conferência Mundial sobre Assentamentos Humanos (Habitat) em Istambul. Em todas essas instâncias deu importante contribuição às negociações.

Depois de consolidar sua experiência e conhecimentos sobre direitos da mulher e outros temas sociais, Marcela Nicodemos continuou a jornada de diversificação da carreira. Exerceu a chefia dos setores de política externa, consular e de administração da Embaixada no Panamá (2001 a 2004), a chefia do setor multilateral do Consulado-Geral em Montreal (2004 a 2006) e a função de Ministra-Conselheira¹ na Embaixada em Lima (2006 a 2009).

A experiência em Montreal foi um período particularmente produtivo para a Conselheira Marcela Nicodemos. Rendeu-lhe uma nova gama de conhecimentos na área de meio ambiente, além de coincidir com a defesa de sua tese no Curso de Altos Estudos (CAE) do IRBr e sua promoção à Ministra de Segunda Classe.

O caminho não foi isento de percalços para Marcela que, inicialmente, diante de todas as dificuldades, decidira não fazer a tese e manter-se naquele mesmo nível hierárquico na carreira, sem aspirar à progressão funcional, para a qual a tese é um requisito essencial. Tarefa semelhante à elaboração de uma tese de mestrado, o CAE exige dedicação redobrada àqueles que se dispõem a cumpri-lo, o que é feito de forma adicional às funções ordinárias do trabalho. Sua força de vontade para superar os obstáculos, no entanto, falaria mais alto e, naquele ano de 2005, Marcela defenderia, com grande brilho e eloquência, sua tese de CAE intitulada *Nações Unidas e a promoção do Direito da Mulher: retórica ou realidade?*, a primeira tese sobre essa temática no programa.

A banca do Instituto Rio Branco não era particularmente versada em direitos das mulheres e aparentava pouca simpatia pelo assunto. Apesar da rispidez da arguição, das perguntas que apenas

1 Chefe adjunta da Embaixada.

tangenciavam o objeto da tese e de claras manifestações de antipatia em relação ao tema, a candidata manteve a calma e respondeu as indagações com categoria, sem titubear. Ela própria contava que um dos membros da banca perguntou se havia lido *O segundo sexo*, de Simone de Beauvoir, já que não constava da bibliografia, no que foi obrigada a dissertar sobre a importância daquele texto precursor do moderno feminismo, dando aula sobre o assunto, mas justificando sua ausência da bibliografia pelo recorte temporal e pela necessidade de ater-se a fontes mais diretamente relevantes aos objetivos da tese.

As passagens pelo Panamá e pelo Peru, por sua vez, deram o treinamento derradeiro para assumir na etapa seguinte a chefia de postos no exterior. Como veremos a seguir, Marcela Nicodemos assumiu a função de Embaixadora (comissionada, pois ainda era Ministra de Segunda Classe da carreira)² em Ierevan (2009 a 2013) e, posteriormente, em Nairóbi (2013 a 2017), onde foi promovida ao mais alto nível da carreira (Ministra de Primeira Classe) antes de voltar ao Brasil para assumir a chefia do Escritório de Representação do Itamaraty na Bahia em 2017, cargo que exerceu até o seu falecimento precoce em maio de 2022.

A EMBAIXADORA MARCELA: A CHEFIA DE POSTOS NO EXTERIOR

“Uma das chefes mais humanas com quem já trabalhei”. A Embaixadora Marcela Nicodemos é assim descrita por mais de uma de suas colaboradoras. “Trabalhar com Marcela era prazeroso”. “Ela fazia seus funcionários se sentirem acolhidos e estimulados”. “Fez os lugares por onde passou mais leves para se trabalhar” – prosseguem no mesmo tom as recordações de muitos que fizeram parte de suas

2 A título excepcional, Ministros(as) de Segunda Classe podem ser comissionados(as) como chefes de Missão Diplomática Permanente.

equipes nos dois postos chefiados por ela no exterior, as Embaixadas em Ierevan e em Nairóbi.

Em 2009, ainda como Ministra de Segunda Classe, Marcela Nicodemos assumiu seu primeiro posto como Embaixadora, Ierevan (Armênia). Três anos depois foi promovida ao topo da carreira diplomática, Ministra de Primeira Classe, e, no ano seguinte (2013), passou a chefiar a Embaixada do Brasil em Nairóbi (Quênia), onde também atuou como Embaixadora cumulativa (não residente) junto a Burundi, Ruanda, Uganda e Somália. Em Nairóbi, ocupou, ainda, as funções de Representante Permanente do Brasil junto ao Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e Representante Permanente junto ao Programa das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos (ONU-Habitat) – a serem exploradas na próxima seção.

No período de quase quatro anos à frente da Embaixada em Ierevan, a Embaixadora contribuiu para impulsionar as relações bilaterais entre o Brasil e a Armênia em diversos setores, muito embora tenha reconhecido, ao final de sua gestão, que ainda persistia longo caminho a percorrer para preencher as expectativas das autoridades armênias, assim como da diáspora armênia no Brasil. De maneira elegante e com os agradecimentos às diversas áreas do Ministério que a apoiaram em seus projetos, Marcela Nicodemos não deixou de apontar a necessidade de garantir recursos adequados para explorar todo o potencial das relações bilaterais.

Sob sua gestão, o Brasil ofereceu à Armênia atividades de cooperação técnica na área de defesa civil, bem como prestou importante ajuda humanitária ao país em diferentes temas e ocasiões. Por sua vez, a Armênia ofereceu ao Brasil constante apoio a candidaturas brasileiras em diversos foros das Nações Unidas. No campo político, a Embaixadora manteve-se atenta e transmitiu à Secretária de Estado avaliações altamente valiosas a respeito do

conflito de Nagorno-Karabakh com o Azerbaijão, um dos principais temas da política externa armena e objeto de resoluções no âmbito das Nações Unidas. Em outra frente, implementou rica e diversificada agenda para promover uma aproximação cultural entre Brasil e Armênia, em especial, nos campos do cinema, da música, da fotografia, da capoeira e da literatura.

Em seu terceiro ano como chefe de posto, Marcela Nicodemos passou a prospectar novos desafios como Embaixadora, ao mesmo tempo em que almejava sua promoção ao último estágio da carreira diplomática. Tendo em mente esse duplo objetivo, a Embaixadora conversou com o então Ministro de Estado das Relações Exteriores, que, segundo contava Marcela, teria lhe perguntado de forma franca e direta: “Você quer remoção ou promoção?”. Como era característico de sua personalidade forte e destemida, ela teria replicado de imediato, sem hesitar: “Por quê? Não podem ser os dois?”. Acabou conseguindo alcançar as duas metas: foi promovida a Ministra de Primeira Classe e indicada como Embaixadora em Nairóbi.

Esse episódio que, para desavisados, poderia recair na categoria do anedótico, na verdade revela uma personalidade já calejada nas lides de uma carreira competitiva, em que nem sempre as mulheres conseguem o reconhecimento que merecem. De fato, em vez de adotar uma postura resignada ou reproduzir uma reação característica de quem tem “síndrome de impostora”, Marcela Nicodemos reagiu com confiança, pois sabia de suas capacidades e tinha plena legitimidade para demandar a promoção e um novo posto desafiador.

Seu período de mais de quatro anos à frente da Embaixada em Nairóbi foi marcado por conturbações na política interna queniana, embates do governo local com o Tribunal Penal Internacional (TPI) e frequentes atentados terroristas contra alvos quenianos – cenários que foram acompanhados atentamente e reportados a Brasília, em bases regulares, pela Embaixadora. De maneira exemplar, a

Embaixadora tratou de preservar as relações bilaterais e os interesses brasileiros, sem deixar de enviar análises sobre os problemas e dificuldades enfrentados pelo país e seu governo.

Da mesma forma, a política externa queniana, em especial a importância do país como ator político central na Comunidade da África Oriental, sua política de refugiados, seus esforços de pacificação de países como Somália e Sudão do Sul, o tamanho de sua economia e a forte presença chinesa no setor comercial e de infraestrutura do país também foram objeto de cuidadoso acompanhamento pelo posto sob sua liderança, assim como os impactos de conflitos da região para a agenda de paz e segurança multilateral.

A despeito de significativas dificuldades orçamentárias do Brasil presentes durante quase toda sua gestão à frente do posto, algumas atividades de cooperação técnica puderam ser realizadas. No campo cultural, com persistência e criatividade, a Embaixadora explorou possibilidades de parcerias com empresas locais ligadas ao Brasil ou outras embaixadas latino-americanas para a promoção da gastronomia, do cinema, da música, da dança e do futebol do Brasil no Quênia, sobretudo durante a Copa do Mundo de 2014, com custo nenhum ou bastante reduzido.

Na memória de muitos que trabalharam sob a sua chefia, sobressai, sem dúvida, a forma cordial e afável como tratava seus funcionários. A confiança em sua equipe, sua habilidade para ouvir a todos, buscar o entendimento humano dos fatos, identificar e valorizar as potencialidades individuais e extrair o que cada um de sua equipe podia oferecer de melhor. Segundo relatos, Marcela fazia o trabalho junto com sua equipe “a quatro mãos”, “motivava e empoderava sua equipe, dava autonomia e espaço para seus funcionários brilharem, vibrava com cada conquista”. “Sabia delegar e cobrar resultados, sempre tirando o melhor de cada um de seus subordinados”. “Convidava você a ser você”.

Era muito querida por funcionários locais, a quem dedicou “grande dívida de gratidão” em seus agradecimentos registrados em telegrama ao final de sua gestão em Ierevan. Tratava-os sempre com respeito, consideração, amizade e carinho. Gostava de ouvi-los para entender a realidade local para além do que era noticiado pelos jornais. Esforçava-se para aprender a língua local. Buscou conversar em armênio com os locais em Ierevan e em swahili em Nairóbi.

Nas duas Embaixadas que chefiou, assim como nos postos anteriores pelos quais passou, Marcela Nicodemos deixou amigos não apenas entre colegas do serviço exterior, mas também entre contratados locais e interlocutores da sociedade, do governo local, do corpo diplomático e de organismos internacionais. Essa sua característica de se interessar pelos funcionários, sempre demonstrando empatia, conferiu à sua liderança uma suavidade única, sem retirar nada de seu rigor no tratamento dos assuntos e na apresentação de resultados.

Marcela Nicodemos combinava como ninguém a capacidade de criar ambiente de trabalho saudáveis, com respeito às diferenças e às capacidades individuais, e a eficiência na condução das múltiplas tarefas de uma Embaixada. Entendia que essas eram duas faces de uma mesma moeda, ou seja, funcionários motivados, empoderados e felizes, de um lado, ampliava as chances de êxito na perseguição de objetivos da administração e de política externa, de outro. A sua personalidade profundamente humanista teve impacto decisivo em seu desempenho como líder e gestora.

A DIPLOMACIA MULTILATERAL COMO VOCAÇÃO

Apesar da competência reconhecida em todas as funções que exerceu, Marcela Nicodemos tinha uma vocação natural para a diplomacia multilateral que merece ser ressaltada e devidamente apreciada, tanto pelo que revela de ensinamentos para quem se

aventura pelos caminhos multilaterais, quanto pela necessidade de fazer um reconhecimento, ainda que necessariamente parcial nos limites deste capítulo, de alguém que projetou um Brasil na vanguarda da construção de uma ordem internacional baseada no direito e em regras compartilhadas.

Logo após concluir o Curso de Formação à Carreira Diplomática do Instituto Rio Branco, em 1977, a Terceira-Secretária Marcela Nicodemos iniciou sua carreira diplomática como assistente da Divisão da Organização dos Estados Americanos (DEA), onde teve seu primeiro contato com temas multilaterais regionais, ao longo de quase três anos.

Foi também nesse período que Marcela teve a oportunidade de conhecer o importante trabalho conduzido, no âmbito do sistema interamericano, pela Comissão Interamericana de Mulheres, primeiro organismo intergovernamental criado para tratar especificamente do tema dos direitos da mulher e único foro político hemisférico especializado no tema. Esse primeiro contato com a atuação da CIM viria a ter influência sobre o interesse de Marcela pelo assunto e repercutiria, anos depois, sobre sua atuação multilateral e sua escolha de campo de estudos para a elaboração de sua tese do CAE.

Mais de uma década depois, em 1994, após sua experiência em três postos no exterior, retornou a Brasília e deu início à nova e brilhante fase em sua carreira: seu profundo mergulho no universo multilateral político. Nesse período, viria a ser promovida a Conselheira e passaria a atuar como delegada multilateral de grande destaque em foros de direitos humanos, temas sociais e meio ambiente, além de pesquisadora pioneira no Itamaraty no tema dos direitos das mulheres.

Com poucos anos de experiência multilateral, Marcela Nicodemos já se destacava como delegada muito hábil e bem articulada, que garantia sempre posição de protagonismo para o Brasil em distintos

processos negociadores. O biênio 1995-1996 pode ser considerado como divisor de águas para sua atuação multilateral.

Em 1995, Marcela integrou a equipe do Embaixador José Augusto Lindgren Alves, que deu início ao Departamento de Direitos Humanos e Temas Sociais do Itamaraty em reconhecimento à crescente importância do tema na agenda internacional. Tratava-se de uma época de grandes passos para a plena inserção do Brasil nos sistemas interamericano e universal de direitos humanos. A ela foi confiada a histórica missão de ser a primeira chefe da Divisão de Temas Sociais (DTS) (1996-1997), função que exerceu com competência e brilhantismo que lhe eram característicos.

Como chefe da DTS, Marcela passaria a atuar como representante do Brasil junto à CIM e à CSW, além de ter dado importante contribuição às negociações da Conferência Mundial sobre Assentamentos Humanos em Istambul. Em todas essas frentes, Marcela demonstrava maturidade política e facilidade de criar vínculos com seus interlocutores, virtudes tão importantes para construir pontes e encontrar soluções de compromisso em negociações multilaterais.

No âmbito da Comissão sobre a Situação da Mulher, o mais antigo e importante órgão da ONU sobre os direitos das mulheres, Marcela chefiou a delegação do Brasil em seis sessões e em três sessões do Grupo de Trabalho encarregado da elaboração de um Protocolo Facultativo à Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW) – responsável por dar maior força à Convenção ao estabelecer procedimentos para exame e investigação de alegadas violações aos direitos da mulher. Representando o Brasil, Marcela foi uma voz a favor de um mecanismo eficaz de recebimento de queixas, fundamental para aprimorar a implementação da CEDAW. Nesse sentido, além da experiência de negociar resoluções e outros documentos típicos do chamado *soft law*,

por terem caráter recomendatório ou estabelecer padrões de conduta sem força vinculante, Marcela teve papel de destaque também no fortalecimento do *hard law*, complementando o arcabouço jurídico de direito internacional na área de proteção dos direitos da mulher.

Entre 1997 e 2001, atuou em Nova York, na Terceira Comissão da Assembleia Geral das Nações Unidas, que é encarregada dos temas sociais e de direitos humanos. Marcela acabou se voltando mais para direitos da mulher e direitos da criança, entre outros temas, mas seu conhecimento ultrapassava em muito o seu portfólio. Era uma referência obrigatória não apenas para os delegados de outros países, mas também para o secretariado da ONU, que não ousava escrever relatórios sem ao menos ouvir o que Marcela tinha a dizer. Alcançou grau de projeção e reconhecimento extraordinário junto a colegas na Missão do Brasil, diplomatas estrangeiros, burocratas da ONU, integrantes do governo brasileiro e organizações não governamentais.

Três anos após sua experiência na Missão do Brasil junto às Nações Unidas, em Nova York, Marcela vivenciaria nova jornada multilateral no Consulado-Geral do Brasil em Montreal, como encarregada do setor responsável por acompanhar os temas afetos à Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) e ao Protocolo de Montreal (2004 a 2006).

Nesse período, Marcela adquiriu ampla gama de conhecimentos na área de meio ambiente. Integrou o Grupo Técnico *ad hoc* de Peritos sobre Revisão da Implementação do Programa de Trabalho sobre Florestas da CDB, o Grupo de Peritos Técnico e Legal sobre Responsabilidade e Reparação no âmbito da CDB e o Grupo de Trabalho sobre Responsabilidade e Reparação no contexto do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança. Além disso, chefiou delegações do Brasil em três reuniões do Comitê Executivo do Fundo Multilateral para a Implementação do Protocolo de Montreal; na 25ª Reunião do Grupo de Trabalho Aberto e na 2ª Reunião Extraordinária

dos Estados Partes do Protocolo de Montreal; e na I Reunião do Grupo *ad hoc* sobre Revisão da Implementação da CDB.

Em Nairóbi, além de cuidar das relações bilaterais, a Embaixadora Marcela cumpriu robusto calendário de trabalho multilateral como representante junto ao Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente e ao Programa das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos.

Logo após sua chegada a Nairóbi, em 2013, assumiu, por um ano, a presidência do Grupo dos 77 e China, capítulo Nairóbi, que trata temas de interesse comum dos países em desenvolvimento, especialmente no âmbito do PNUMA e do ONU-Habitat. Exerceu também a vice-presidência na mesa do comitê de representantes permanentes do PNUMA, o que conferiu ao Brasil papel de proeminência na organização dos trabalhos do PNUMA.

Nesse período, foi chamada, em duas ocasiões, a chefiar delegações do Brasil a reuniões de convenções das Nações Unidas na área de meio ambiente. Chefiou a Delegação à Conferência das Partes da Convenção sobre Combate à Desertificação (Namíbia, 2013) e a delegação brasileira à 28ª Reunião dos Estados Partes do Protocolo de Montreal (Ruanda, 2016), que aprovou importante mudança ao texto do Protocolo e que viria a dar importante contribuição para os esforços internacionais de combate ao aquecimento global.

Atuação no tema assentamentos humanos

Em 1996, na Segunda Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos (Habitat II), realizada em Istambul, a então Conselheira Marcela Nicodemos foi um dos pilares da organização da participação da delegação brasileira (cerca de 180 credenciados, sob a chefia da Dra. Ruth Cardoso) e peça fundamental nas árduas negociações tanto do processo preparatório quanto do documento final da Conferência. Sua atuação angariou impressionante

reconhecimento junto a especialistas, acadêmicos, membros da sociedade civil, representantes eleitos, delegados de outros países e imprensa.

Em virtude, em grande parte, da atuação de Marcela, o Brasil foi reconhecido como país-chave para o encaminhamento do consenso na Conferência. Ela presidiu grupo informal tanto na reunião preparatória (III Prepcom) em Nova York, quanto na reunião principal em Istambul, para redação sobre o direito à habitação. Seu trabalho foi unanimemente reconhecido pelas delegações que compuseram o grupo como tendo sido fundamental para que se alcançasse o consenso a respeito do tema.

Em telegrama de relato, o Embaixador Geraldo Egidio da Costa Holanda Cavalcanti, representante pessoal do Presidente da República para o Processo Preparatório da Conferência, registrou o seguinte elogio à atuação da Conselheira:

O bom trabalho por ela realizado na presidência do grupo de trabalho criado especificamente para tratar do tema do direito à habitação durante a III Prepcom em Nova York levou a que a Conferência pedisse que o grupo fosse restaurado em Istambul sob sua presidência. A maneira hábil e firme com que se conduziu nessa nova incumbência levou a que a Conferência decidisse passar ao mesmo grupo todas as demais questões controvertidas que não haviam sido resolvidas no Comitê I [que estava encarregado da negociação do Plano de Ação]. O desempenho da Conselheira Nicodemos recebeu elogios públicos na Conferência de parte das ONGs e na imprensa brasileira. [...] Uma tal decisão representa um reconhecimento público relevante quanto à atuação da delegação do Brasil e um testemunho eloquente da capacidade demonstrada pela Conselheira Marcela Nicodemos.

Ainda sobre a presidência de Marcela no grupo informal, vale destacar também as palavras do arquiteto Jorge Wilhelm, um dos nomes mais expressivos no campo do urbanismo no Brasil, em sua obra *O Caminho de Istambul: memórias de uma Conferência da ONU*:

Comissão especial fora criada para tratar do tema “direito à habitação”. Presidindo-a estava Marcela Nicodemos, experiente membro do Itamaraty, cujo desempenho na condução da espinhosa tarefa foi extensamente elogiado. A criação desse grupo vociferante, porém informal, retirava provisoriamente o tema da pauta da Comissão I.³

Quase duas décadas depois, já como chefe de posto e representante do Brasil junto ao Programa das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos, a Embaixadora Marcela chefiou a delegação brasileira à Segunda Sessão do Comitê Preparatório da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Urbano Sustentável e Habitação (Prepcom2-Habitat III), realizada em 2015, em Nairóbi. Em sua intervenção inicial, feita de improviso e em tom de protesto, viria a alterar por completo o curso da reunião e contribuir para que o Brasil lograsse reestruturar o processo preparatório para a Habitat III, de forma a torná-lo mais inclusivo para os Estados-Membros.

No início da reunião, havia generalizada insatisfação de amplo conjunto de países com a forma como o processo vinha sendo conduzido pelo Bureau do Comitê e pelo Secretariado da Conferência, alijando os Estados da negociação de documentos substantivos que iriam subsidiar diretamente a elaboração de projeto da Nova Agenda Urbana – que viria a ser adotada por ocasião da Habitat III (Quito, 2016).

A contragosto da mesa, que resistia a abrir o debate, a Embaixadora Marcela pediu a palavra e, ao não ser reconhecida por

3 WILHEIM, Jorge. *O Caminho de Istambul: memórias de uma Conferência da ONU*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

algum tempo, insistiu no pedido. Em sua memorável intervenção, manifestou a expectativa do governo brasileiro de que a Nova Agenda Urbana fosse resultado de processo intergovernamental sólido, fundamental para garantir o comprometimento e sua apropriação pelos Estados. Expressou preocupação com o fato de que a estruturação do processo preparatório viesse sendo apenas comunicada pelo *Bureau* em “*briefings* informativos”, sem que os Estados fossem propriamente consultados; enfatizou a necessidade de encontros e tempo suficientes para a negociação do futuro projeto de Nova Agenda Urbana; e lamentou a publicação, pelo Secretariado, apenas cinco dias antes da sessão, do conjunto incompleto de *issue papers* que deveria subsidiar os debates substantivos do processo preparatório, inviabilizando uma reflexão cuidadosa sobre seu conteúdo e retirando conteúdo substantivo à reunião.

A intervenção da Embaixadora foi secundada de imediato por várias delegações de peso. Logo depois, diversas delegações procuraram a brasileira para manifestar disposição de juntar-se a qualquer iniciativa, sob a liderança do Brasil, com o intuito de aprimorar o processo. O *Bureau* e o Secretariado, por sua vez, passaram a consultar, nos bastidores, a delegação brasileira previamente às principais decisões do evento.

Nesse contexto, a Embaixadora Marcela Nicodemos orientou a delegação brasileira a elaborar e apresentar projeto de resolução sobre o processo preparatório, cuja negociação contou com grande engajamento das delegações. Após reação inicial de alguma contrariedade, o próprio *Bureau*, em interações informais, passou a apoiar a adoção da resolução. Por fim, a resolução foi aprovada e contribuiu para estruturar o processo preparatório, de forma mais transparente e inclusiva.

Essa atuação firme e oportuna, além da compreensão ampla dos interesses em jogo, foi característica de Marcela Nicodemos

em diversos momentos da sua trajetória multilateral. Conhecia profundamente os dossiês, tinha memória prodigiosa dos antecedentes e dos documentos de trabalho, sabia esgrimir com maestria as regras de procedimento, que muitas vezes havia ajudado a elaborar ou aprimorar. A intervenção que mudou os rumos do Prepcom2-Habitat III, longe de constituir um fato isolado, é um exemplo que ilustra e sintetiza a capacidade negociadora e a visão estratégica que caracterizaram toda a atuação multilateral de Marcela.

Atuação no campo dos direitos da mulher

Marcela Maria Nicodemos foi a maior especialista no tema dos direitos das mulheres do Itamaraty no século XX. Para além de sua atuação como delegada e chefe de delegação em diversas reuniões da Comissão sobre a Situação da Mulher e da Comissão Interamericana de Mulheres, merece destaque sua tese pioneira e corajosa no CAE, em uma época em que a agenda de gênero não se impunha com a mesma força que tem hoje dentro do Itamaraty.

A tese, já mencionada, tornou-se referência obrigatória aos que se debruçaram sobre o tema depois dela. Teve como objetivo demonstrar o impacto de diferentes iniciativas adotadas ao longo de quase 60 anos sobre a situação da mulher. Sob uma perspectiva de direitos humanos, analisa a evolução do tratamento do assunto no âmbito das Nações Unidas, reconhece os inúmeros progressos obtidos e alerta para os desafios ainda persistentes. Ademais, aponta tendências e perspectivas futuras e apresenta sugestões de possíveis abordagens do tema, “com vistas a acelerar a implementação dos objetivos de igualdade de gênero e não discriminação com base no sexo”.

Marcela defende na tese que “o trabalho das Nações Unidas em favor dos direitos da mulher se confunde com a existência mesma da Organização”. Ao reconhecer o papel central das Nações Unidas

na história da luta das mulheres pelo reconhecimento e respeito de seus direitos no século XX, explora a importância da ONU para dar visibilidade mundial ao tema, estabelecer normas e diretrizes, compilar dados e estudos e criar abrangente agenda de compromissos nesse campo.

Para Marcela,

[p]or meio da realização das quatro conferências mundiais sobre a mulher e de seus processos de seguimento foram expostas as dificuldades e os obstáculos comuns à promoção e proteção dos direitos das mulheres em todos os quadrantes do planeta e identificada assim a natureza global do tema.

A ONU teve o grande mérito de legislar sobre o chamado domínio privado, atrás do qual se escondia – e ainda se esconde – a fonte primária de discriminação e subordinação da mulher.

Ademais, segundo ela, a

[c]apacidade das Nações Unidas de renovar o discurso sobre a promoção da situação da mulher, mediante a introdução de novos temas, conceitos, direitos e estratégias, além de comprovar o dinamismo da Organização, tem sido crucial para avançar os objetivos de igualdade de gênero e não discriminação.

A tese consegue superar, de maneira criativa, uma clivagem artificial que chegou a prevalecer na ONU entre uma perspectiva desenvolvimentista, de um lado, e uma puramente ligada à agenda de direitos políticos e liberdades individuais, de outro. Marcela demonstra com lucidez que, embora mulheres e meninas sejam particularmente mais afetadas por problemas econômicos e sociais, não seria razoável esperar que o desenvolvimento econômico por

si só resolvesse os problemas de discriminação e acesso a direitos básicos. Era necessário adotar uma perspectiva integrada, em que os direitos das mulheres – em particular o respeito a seus direitos sexuais e reprodutivos – fossem incorporados a uma agenda que levasse em conta a interdependência entre direitos econômicos, sociais e culturais e direitos civis e políticos.

Em reconhecimento à importância da atuação multilateral de Marcela no campo dos direitos da mulher e como demonstração de sua elevada estima por seus pares, diplomata argentino elaborou testemunho emocionado da atuação profissional de Marcela como delegada da Terceira Comissão da Assembleia Geral das Nações Unidas. O então colega, hoje Embaixador da Argentina na Argélia, Mariano Padrós, recorda-se de Marcela como pessoa e diplomata extraordinária, que manifestava sempre grande amor por sua família e seu país. Relembra sua generosidade marcante para compartilhar sua experiência com delegados, como ele, menos experientes. Descreveu-a como uma especialista e ardente defensora dos direitos da mulher, uma voz clara e potente na hora de defender as posições brasileiras.

Marcela siempre dispuesta, siempre paciente, siempre didáctica, siempre sonriente, siempre Marcela. Dueña de un carisma y de una personalidad que enseguida le dieron un lugar de preeminencia entre las y los delegados de todos los países del concierto de Naciones Unidas. Una excelente negociadora que trabajaba siempre para lograr un consenso pero que no dudaba en romper filas cuando los estándares mínimos en el lenguaje de los documentos que se negociaban no estaban asegurados.

Esse reconhecimento tornou Marcela uma fonte de consultas para o Secretariado da ONU, para as ONGs, delegações de diversos países e interlocutores de governo e da sociedade civil no Brasil. Diversos delegados consultados sobre a atuação de Marcela na

Terceira Comissão corroboraram o testemunho do Embaixador Mariano Padrós. É impressionante a unanimidade em torno de sua capacidade de defender com firmeza posições do Brasil sem nunca fechar a porta ao diálogo. Esse reconhecimento amplo lhe rendeu elogios de diplomatas e chefes de delegação de outros países, que se manifestaram muitas vezes oficialmente em discursos ou em cartas enviadas à Missão do Brasil.

CONCLUSÃO: MULHER E DIPLOMATA DE CORAGEM

Marcela Nicodemos foi uma mulher à frente de seu tempo, superou barreiras visíveis e invisíveis para ingressar na carreira diplomática e ascender ao posto de Embaixadora, conciliando o cuidado amoroso no seio da família com suas crescentes responsabilidades. E o fez deixando um legado para futuras gerações, inspirando por sua atuação firme e decidida, liderança segura e admirável habilidade negociadora.

Diplomata de voz levemente rouca, que chamava logo a atenção de qualquer interlocutor por passar uma sensação de firmeza, temperada sempre pela suavidade nos modos e o sorriso largo e fácil que eram sua marca registrada.

Carismática, segura no domínio dos dossiês, admirada por seus pares, Marcela era a cara de um Brasil generoso, moderno, audacioso e inovador. Como delegada, comandava respeito pela rapidez de raciocínio e capacidade de articular soluções para o debate multilateral. Como integrante da carreira, angariava o reconhecimento de seus chefes e colegas, que a viam como modelo de funcionária e servidora pública.

Discreta, sempre evitou os holofotes, o que explica certo desconhecimento de suas qualidades por parte do público em geral e até mesmo das novas gerações de diplomatas. Mas quem a conheceu sabe que se tratava de uma diplomata excepcional,

altamente capacitada e que deu contribuição decisiva para a defesa do interesse nacional por onde passou, sem nunca abrir mão de seus valores humanistas e do compromisso inabalável com a justiça social. Marcela Nicodemos certamente merece ser mais conhecida, dentro e fora do Itamaraty.

Em diversas oportunidades, o trabalho de Marcela, apesar de essencial para o encaminhamento de processos negociadores, acabou deixando de receber o devido reconhecimento graças à tendência de se voltar o olhar para o resultado final, sobretudo no âmbito multilateral, em que diversos delegados atuam e negociam. O consenso ou a adoção de uma resolução ou plano de ação têm o condão de retirar imediatamente a atenção dos diversos delegados que trabalharam e negociaram para concentrar os holofotes no resultado propriamente dito.

A importância de Marcela em diversos processos foi tão pronunciada que nem mesmo a tendência de foco apenas no resultado foi capaz de evitar elogios públicos, alguns dos quais registrados em documentos e telegramas. Deve-se ter presente que esses registros, na verdade, são apenas uma pequena amostra de um reconhecimento muito mais amplo entre os delegados e companheiros de trabalho, membros do Secretariado de organismos internacionais e representantes da sociedade civil e do Parlamento. O tom contido de certos reconhecimentos não deve obscurecer o fato de que são raras essas manifestações. Um elogio em linguagem diplomática representa muito mais do que as palavras podem fazer crer à primeira vista.

Em elogios de chefes registrados em telegramas, Marcela era descrita como judiciosa e competente e uma diplomata muito valorizada pela extensa rede de contatos que sabia montar no posto, seja no governo, seja na sociedade local.

Em ofício dirigido ao Secretário-Geral das Relações Exteriores, em agosto de 1980, o então Secretário-Geral do Ministério da Educação, na condição de chefe da delegação brasileira à XI Reunião Ordinária do Conselho Interamericano para a Educação, a Ciência e a Cultura da Organização dos Estados Americanos, registrou elogio nos seguintes termos:

Muito me apraz consignar o excelente desempenho do Secretário Marcela Maria Nicodemos desse Ministério, nos trabalhos realizados durante aquele conclave. Em suas intervenções [...] e nas articulações com vistas ao esclarecimento das posições oficiais da Delegação Brasileira junto às demais Delegações, a mencionada diplomata demonstrou profundo conhecimento dos temas e grande habilidade e eficiência na condução das negociações, muito contribuindo para o êxito da participação do Brasil naquele evento.

Merece destaque, ainda, telegrama do então Representante Permanente do Brasil junto às Nações Unidas, Embaixador Celso Amorim, que relata elogio proferido no plenário da Assembleia Geral da ONU por representante do Chile à colaboração prestada pela então Conselheira Marcela Nicodemos ao processo de negociação de resolução sobre implementação dos resultados da Cúpula Social:

Ao intervir em 25/11/1997, em plenário, sobre o item 46 da agenda da LII AGNU (implementação dos resultados da Cúpula Social), o Representante Permanente Adjunto do Chile, Embaixador Juan Larrain (Encarregado de Negócios), em gesto particularmente expressivo, manifestou apreço e reconhecimento pelo êxito do trabalho articulado pela Conselheira Marcela Nicodemos como coordenadora de consultas informais em torno do respectivo projeto de resolução [...] 3. O gesto chileno,

tão amistoso quanto inusitado no contexto de sessão plenária, confirma manifestações informais que já me haviam chegado e é com especial satisfação que o registro junto a Vossa Excelência.

Marcela Nicodemos teria muito ainda a contribuir para o Itamaraty e para o Brasil, mas acabou partindo prematuramente no dia 9 de maio de 2022, quando estava chefiando o Escritório do Itamaraty na Bahia. Seria algo provisório, até que saísse novamente para algum posto. Acabou se envolvendo com a sociedade local, deu palestras na universidade, foi reconhecida por autoridades. Manteve até o final uma atitude otimista e positiva quanto à possibilidade de reconstruir a política externa e utilizar os imensos ativos do Brasil para uma inserção soberana do país no concerto das nações, uma inserção que refletisse os anseios da sociedade brasileira por condições de vida adequadas, acesso a direitos básicos, igualdade de oportunidades e democracia.

Marcela sempre foi uma mulher e uma funcionária destemida, corajosa, que jamais sacrificou princípios para obter qualquer tipo de vantagem pessoal. Essa virtude, entre tantas outras, é a que gostaríamos de ressaltar ao encerrar este capítulo. Em meio a tensões e polarização política inéditas no Brasil, Marcela Nicodemos não se furtou a firmar o manifesto “Diplomacia e Democracia”, em 01/06/2017, que foi subscrito por mais de 160 diplomatas com o objetivo de emprestar apoio a princípios democráticos e republicanos. Com essa atitude, demonstrou mais uma vez amor ao Brasil e apego férreo à democracia, valores que a acompanharam desde seu ingresso no Itamaraty e guiaram sua trajetória na carreira.

A sua memória e o seu exemplo permanecerão iluminando o caminho de todas e todos que tiveram a sorte de com ela conviver e de novas gerações de diplomatas que podem ter nela uma fonte de inspiração e modelo de dedicação ao país. Esperamos que este

texto contribua para divulgar ao grande público o que apenas alguns afortunados – ex-chefes, colegas de trabalho e amigos – têm muito presente: a grande contribuição de Marcela Nicodemos à diplomacia brasileira, ao avanço dos direitos das mulheres no Brasil e no mundo, à construção de relações produtivas e benéficas no relacionamento do país com seus parceiros, à projeção, enfim, de um Brasil moderno, dinâmico, generoso, justo e democrático que ela soube sintetizar tão bem, com a firmeza suave, a elegância argumentativa e o carisma que a distinguiram e que hoje fazem tanta falta, em particular em um Brasil que precisa se reconciliar consigo mesmo e segue ávido por exemplos inspiradores.



Marcela Nicodemos no início da sua carreira em reunião da Comissão Interamericana de Mulheres (final anos 1970).



Marcela Nicodemos no plenário da Assembleia Geral da ONU com delegados de diversos países (Nova York, 1998).



Marcela Nicodemos apresenta credenciais ao Presidente da Armênia, Serzh Sargsyan (Ierevan, 10 julho 2009).



Marcela Nicodemos inaugurando feira de produtos brasileiros em Nairóbi ao lado da Chanceler do Quênia, Amina Mohamed, e do Ministro de Desenvolvimento Industrial, Adan Mohammed (4 de agosto 2013).



Marcela Nicodemos apresenta credenciais ao Presidente de Ruanda, Paul Kagame (Kigali, 18 março 2014).

SOBRE OS AUTORES

PREFÁCIO

Thais Mesquita

Bacharel em Administração de Empresas pela EAESP/FGV, especialista em Relações Internacionais pela NYU e mestre em Diplomacia pelo Instituto Rio Branco. Diplomata de carreira desde 2002, especializou-se na área econômico-comercial multilateral. Serviu na Missão do Brasil junto à OMC em duas ocasiões e nas Embaixadas do Brasil em Buenos Aires e em Assunção. Foi Assessora do Diretor-Geral da OMC. É Coordenadora-Geral de Gestão e Governança e professora do Instituto Rio Branco.

Guilherme José Roeder Friaça

Diplomata desde 1994. No Brasil, especializou-se na área de gestão administrativa, havendo sido chefe de várias divisões e Coordenador-Geral de Orçamento e Finanças. No exterior, serviu nas embaixadas em La Paz e em Madri, na Delegação junto à Organização das Nações Unidas em Genebra e nos consulados-gerais em Buenos Aires e em Madri. Atualmente é Diretor do Departamento de Administração. É autor do livro *Mulheres diplomatas no Itamaraty (1918-2011): uma análise de trajetórias, vitórias e desafios*.

I. MARIA JOSÉ DE CASTRO REBELLO MENDES

Ana Beatriz Nogueira

Conselheira na Embaixada do Brasil em Nova Delhi. Membro fundador do Grupo de Mulheres Diplomatas, foi produtora executiva e roteirista do documentário “Exteriores” (2018). É autora de *Cartas de Beirute – reflexões de uma mãe e feminista sobre autismo, identidade e os desafios da inclusão* (CRV, 2015). Defendeu tese de CAE intitulada *Outubro Equatoriano: movimento indígena e mobilização popular – trajetória, perspectivas e implicações para a política externa brasileira*.

Tarcisio de Lima Ferreira Fernandes Costa

Ministro de Primeira Classe e exerce atualmente a função de Embaixador do Brasil no Líbano. Doutor em teoria política pela Universidade de Cambridge, ensinou na Universidade de Brasília e no Instituto Rio Branco.

II. BEATA VETTORI

Paula Rassi Brasil

Formada em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília (2006), trabalhou no Ministério da Justiça e no Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente antes de ingressar na carreira diplomática em 2009. Serviu nas Embaixadas do Brasil na Índia e no Reino Unido.

João Alfredo dos Anjos

Cônsul-Geral do Brasil em Londres. Formado em Direito pela Faculdade de Direito do Recife (1990) e mestre em História pela UFPE (1997), trabalhou na Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ) de 1989 a 1994. Em 1994, ingressou na carreira diplomática. Serviu ao Brasil na Itália, na Venezuela, na Argentina, na França e no Chile. Professor do Instituto Rio Branco. É autor de *José Bonifácio, primeiro chanceler do Brasil*.

III. ODETTE DE CARVALHO E SOUZA

Carolina von der Weid

Bacharel em História pela UFF, mestre em Relações Internacionais pelo IRI/PUC-Rio e especialista em Agronegócios pela ESALQ/USP. Assistente de pesquisa no CPDOC/FGV entre 1999 e 2003. Diplomata de carreira desde 2004, atua há 18 anos na área de comércio exterior do MRE, com passagem pelas Divisões de Acesso a Mercados, de Meio Ambiente e de Agricultura e Produtos de Base. Atualmente é chefe da Assessoria Internacional do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA).

Eduardo Uziel

Diplomata desde 2000. Serviu na Missão do Brasil junto às Nações Unidas, na Embaixada em Tel Aviv, na Missão do Brasil junto à União Europeia e na Embaixada em Nova Delhi. Doutorando em ciência política na Université Libre de Bruxelles. Publicou livros e artigos sobre operações de manutenção da paz e sobre o Conselho de Segurança. Foi professor de Organizações Internacionais no Instituto Rio Branco (2013-2016).

IV. DORA ALENCAR DE VASCONCELLOS

Maria Nazareth Farani Azevêdo

Embaixadora. Formou-se em 1981 no Instituto Rio Branco. Serviu na Embaixada em Washington, na Missão Permanente do Brasil junto à ALADI e na Missão Permanente do Brasil junto à ONU em Genebra. Foi por duas vezes Representante Permanente na Missão do Brasil junto à ONU em Genebra. Foi Cônsul-Geral do Brasil em Genebra e em Nova York.

Gustavo Fortuna de Azevedo Freire da Costa

Bacharel em Direito pela UERJ. Diplomata de carreira, ingressou no Instituto Rio Branco em 2012. No exterior, serviu nas Embaixadas do Brasil em Pyongyang (2014) e Teerã (2014-2015), e nos Consulados-Gerais do Brasil na Cidade do Cabo (2016-2017) e em Nova York (2018-2022). Atualmente lotado na Embaixada do Brasil em Tóquio (2022 – presente).

V. VERA PEDROSA

Daniele Luz

Diplomata, ingressou no Instituto Rio Branco em 2007. No Brasil, integrou as equipes da Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares, da Divisão de Temas Humanitários e do Departamento de Organismos Internacionais, além de ter chefiado a Divisão de Oriente Próximo. No exterior, serviu nas Embaixadas em Paris e Damasco. Atualmente, é Conselheira na Missão do Brasil junto às Nações Unidas em Genebra.

Carlos Duarte

Diplomata. Formou-se no Instituto Rio Branco em 1983. Entre outras funções no Brasil, foi Assessor Diplomático da Presidência da República, chefe da Divisão das Nações Unidas e Diretor do Departamento de Organismos Internacionais do Itamaraty. Serviu em Caracas, Buenos Aires e nas Missões do Brasil junto às Nações Unidas em Nova York e Genebra. Foi Embaixador na Índia, no Chile e junto à Agência Internacional de Energia Atômica, em Viena. É atualmente Secretário para África e Oriente Médio no Itamaraty em Brasília.

VI. MÔNICA DE MENEZES CAMPOS

Rafaela Seixas Fontes

Criadora da Mentoria Mônica de Menezes Campos, é Primeira-Secretária na Embaixada do Brasil no Cairo. Mestranda em Direito pela UnB, bacharela em Direito pela UFBA. Foi bolsista do PAA/IRBr (2014-2016). Foi técnica da Coordenação de Enfrentamento à Violência contra a Mulher na SPM-Ba (2012-2014) e Scholar do Programa Ford Motor Company Global Scholars (2011), em Washington DC. Integrante do Núcleo de Assessoria Jurídica e Popular do Serviço de Apoio Jurídico – SAJU (2006-2009).

Pedro Mahin Araujo Trindade

Nascido em Aracaju, Sergipe, é bacharel em Direito pela Universidade de Brasília e especialista em Direito Material e Processual do Trabalho pelo Centro Universitário IESB/DF. Participou do projeto de extensão universitária Promotoras Legais Populares: Ação Contínua em Direitos Humanos e Gênero. Foi advogado, com atuação nas áreas de Direito do Trabalho e de Direito Constitucional. É Terceiro-Secretário da carreira de diplomata.

VII. MARCELA MARIA NICODEMOS

Maria Clara de Paula Tusco

Diplomata de carreira, ingressou no Instituto Rio Branco em 2008. Serviu na Embaixada em Gaborone e na Missão do Brasil junto à OEA. Em Brasília, integrou as equipes da Divisão das Nações Unidas, do Departamento de Organismos Internacionais, da Secretaria de Assuntos Políticos Multilaterais, Europa e América do Norte e da Secretaria-Geral das Relações Exteriores. Atualmente, é Conselheira e chefia a Divisão de Assuntos Humanitários e Migrações.

Benoni Belli

Diplomata de carreira, ingressou no Instituto Rio Branco em 1994. No exterior, serviu na Missão do Brasil junto à ONU em Nova York e nas Embaixadas em Buenos Aires, Argel e Washington. Em Brasília, exerceu, entre outros, os cargos de Secretário de Planejamento Diplomático e Diretor do Departamento de Estados Unidos. Atualmente, é Cônsul-Geral em Chicago e foi indicado para o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Organização dos Estados Americanos (OEA).

Copyright © Fundação Alexandre de Gusmão



Acompanhe nossas redes sociais

@funagbrasil



Impressão: Gráfica e Editora Qualytá Ltda.

Papel da capa: cartão duplex 250g/m²

Papel do miolo: pólen similar 80g/m²

Esta coleção de artigos constitui oportuno resgate da contribuição de diversas mulheres à diplomacia brasileira. Começa com a pioneira Maria José de Castro Rebello Mendes que, em 1918, rompeu a barreira não escrita à entrada de mulheres no serviço público, sendo seguida por dezoito colegas que ingressaram no Itamaraty até 1938.

A legislação que, naquele ano, vedou a inscrição de candidatas no concurso só seria abolida em 1953. Tem-se, assim, nos anos 1940, a situação peculiar de Beata Vettori chefiando a secretaria do recém-criado Instituto Rio Branco, academia diplomática onde as mulheres não podiam estudar.

O grupo de autoras e autores aqui reunidos, sob a hábil organização de Thais Mesquita e Guilherme Friaça, celebra as conquistas de diplomatas brasileiras que se destacaram em um Itamaraty masculino e socialmente homogêneo, como Dora Vasconcellos, propulsora da diplomacia cultural brasileira; Vera Pedrosa, influente na formulação de nossa política ambiental; e Marcela Nicodemos, especialista no tema dos direitos das mulheres e combativa negociadora em foros multilaterais.

Ao mesmo tempo, é inevitável pensar nos talentos que o Itamaraty deixou de atrair com sua política de portas fechadas – que, de resto, nada tinha de incomum entre os serviços diplomáticos durante boa parte do século XX.

Com a publicação desta obra, a FUNAG dá cumprimento a alguns de seus principais objetivos, ao contribuir para o maior conhecimento público sobre a memória diplomática e, em última análise, para a promoção dos interesses nacionais, que passam pela incontornável temática da participação feminina nas diversas esferas da sociedade brasileira.

Márcia Loureiro
Embaixadora, Presidente da Fundação Alexandre de Gusmão

